

Distr.  
RESTRINGIDA

LC/R.443  
10 de junio de 1985  
ORIGINAL: PORTUGUES

---

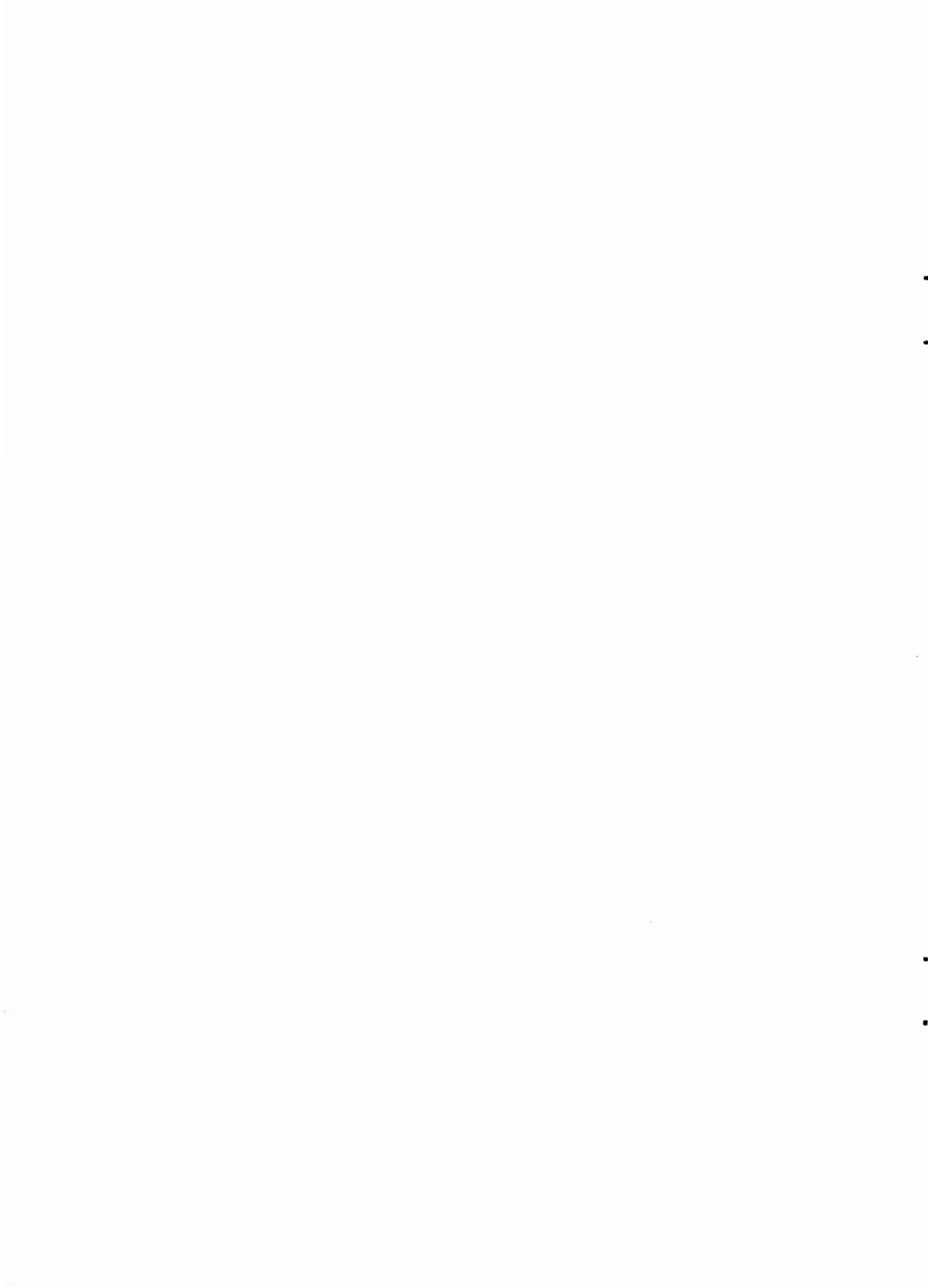
C E P A L

Comisión Económica para América Latina y el Caribe

OS JOVENS E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO BRASIL  
AO LONGO DA DÉCADA DE 70 \*/

---

\*/ Este trabajo ha sido preparado por la señora Felicia Reicher Madeira, consultora de la División de Desarrollo Social de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, con la colaboración de la señora Albertina de Oliveira Costa. Las ideas expresadas en este documento son de la exclusiva responsabilidad de su autora y pueden no coincidir con las de la Organización.



## ÍNDICE

RESUMEN.....	iv
INTRODUÇÃO .....	1
I. A NOÇÃO DE JOVEM .....	4
II. A POPULAÇÃO JOVEM .....	9
2.1. Crescimento e Distribuição da População Jovem .....	9
2.2. A Fecundidade das Mulheres Jovens .....	10
2.3. O Jovem e a Reorganização do Espaço .....	13
III. TRABALHO: UMA ATIVIDADE QUE ENVOLVE A GRANDE MAIORIA DOS JOVENS .....	19
3.1. As Fontes e a Organização dos Dados .....	19
3.2. Taxas de Participação .....	20
3.3. Os jovens e a Reorganização da Estrutura do Emprego .....	28
3.4. Salários/Horas Trabalhadas/Subemprego .....	34
3.5. Os jovens e a Crise .....	37
3.6. Intermitência — um conceito mais próximo do jovem do que desemprego ou inatividade .....	39
IV. A ESCOLA: UMA ATIVIDADE PARA POUCOS JOVENS .....	44
4.1. A Estrutura do Ensino Brasileiro .....	46
4.2. Os Níveis de Alfabetização .....	48
4.3. O Jovem e a Escolarização da População Brasileira .....	52
4.4. A Qualidade do Ensino .....	58
4.5. Nível de Instrução/Ocupação/Nível Salarial .....	59
V. A FAMÍLIA E O JOVEM: ENTRE O CONFLITO E A SOLIDARIEDADE .....	62
RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....	73



## RESUMEN

Nos últimos trinta anos, o Brasil como o restante da América Latina sofreu um processo de intensas mudanças trazendo profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial, demográfica e social do país. Algumas destas tendências básicas seriam: tendência ao assalariamento como forma de ocupação hegemônica, aumento dos níveis de mercantilização das relações de troca e monetização das relações de trabalho, aumento progressivo das ocupações urbanas, tendência progressiva à concentração dos rendimentos do trabalho, formação de grandes desequilíbrios regionais e avanço das oportunidades educacionais.

A novidade dos anos 70, sob o impacto do modelo econômico brasileiro que se implanta no país após a instalação do governo autoritário, foi o aceleração destas tendências e a emergência de novas das quais destacamos: tendência a uma inusitada queda nas taxas de fecundidade, tendência ao rejuvenescimento e feminização da PEA urbana, intensa penetração dos meios de comunicação de massa, difusão de novas pautas de consumo via comunicação de massa, difusão do crédito ao consumidor. A partir dos anos 80, entretanto, o país entra em um período recessivo onde sobressaem as seguintes tendências mais gerais - elevação dos níveis de desemprego nos setores dinâmicos, tendência ao aumento nos níveis de subemprego, tendência à deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora.

Um volume já bem razoável de trabalhos tem se dedicado ao entendimento de fatores que atuaram no delineamento destes novos contornos, apoiados em estatísticas oficiais - Censos e PNADs - e tomando como referência um conjunto de variáveis sócio-econômicas "clássicas" tais como renda, ocupações, zonas residenciais, nível de educação etc.

A grande maioria dos trabalhos, não têm por hábito levar em consideração em suas análises e especificidade que certos grupos bio-demograficamente delimitados, como o jovem, a jovem e mulheres adultas dão a este conjunto de variáveis "clássicas" contribuindo a sua maneira, de acordo com suas características, na ordem social que emerge.

Sem a pretensão de especular demais sobre as razões que colocam tais preocupações como secundárias ou marginais, e que certamente são de natureza distinta para mulheres adultas e jovens de cada um dos sexos, é possível encontrar um ponto de explicação comum - a pouca importância atribuída à família na determinação das condições de vida da população.

De fato, durante muito tempo as relações familiares foram objeto de preocupação acadêmica somente em sua ala mais conservadora, ficando nestes casos o foco de análise restrito às suas funções ideológicas. Já na ala progressista a preocupação com as relações familiares caracterizava-se como preocupação própria de pesquisadores contaminados pela ideologia burguesa, uma vez que da forma como era formulada a problemática acabava por ocultar a realidade da luta de classes.

A nível dos dados secundários, o que se colocava como fundamental de detectar eram os parâmetros que permitiam visualizar a situação que vivia o homem adulto, em geral um chefe de família sobre o qual recaía toda a garantia e responsabilidade da sobrevivência biológica da família ou do nível de qualidade da vida familiar, quando esta estava acima do nível de subsistência.

Por uma série de caminhos que acabaram por se cruzar, a família passou a ser vista por uma nova ótica, que a legitimava como tema de estudo importante ao salientar o papel da "atividade econômica conjunta" de seus membros na determinação da manutenção e reprodução de suas condições de vida. Legitimada através desta perspectiva, o lado da solidariedade, da harmonia entre os diferentes membros é que acabou ganhando destaque nas análises. Por outro lado, na medida em que esta ótica admitia o valor econômico do trabalho doméstico, favoreceu também o florescimento de uma rica discussão sobre a interrelação trabalho produtivo/trabalho improdutivo, na determinação dos níveis de vida e de salários da população.

Se efetivamente esta nova forma de ver a família legitimou os estudos sobre a esposa, a questão do jovem permanece ainda como uma questão praticamente inexplorada.

A verdade entretanto, é que a família, quando analisada da perspectiva do jovem, suscita toda uma nova ordem de questões. Assim se analisada como locus privilegiado da organização da "estratégia de sobrevivência familiar" ou do ângulo da contribuição feminina o que sobressai é a dimensão da solidariedade, olhada da perspectiva do jovem o que ressalta é o conflito ou a relação conflito/solidariedade. Se, no caso da temática mulher, somos levados a discutir de imediato a relação trabalho produtivo/improdutivo quando o tema é o jovem enveredamos quase que de forma inevitável pelo terreno do futuro, da democratização da escolaridade, e daí resvalamos imediatamente para a mobilidade social, manipulação das aspirações, frustrações etc.

A ausência de estudos que levem em conta a dimensão do jovem, por si só, justificaria fazer um balanço do que ocorreu no Brasil na última década com esta parcela da população. Entretanto, a revelação de que os novos padrões que emergiram ao longo da última década, com implicações fundamentais para a definição dos rumos da sociedade brasileira, atingiram de forma especial jovens de ambos os sexos, tornando este exercício dos mais oportunos.

Este trabalho se propõe a duas tarefas básicas e complementares - o de mostrar como os jovens foram condicionados a participar das tendências ocorridas ao longo deste período, contribuindo a sua maneira para os novos contornos que assumiu a sociedade brasileira, e em segundo lugar como estas mudanças acionaram mecanismos de expansão ou de acesso à identidade jovem.

No primeiro capítulo se discute a proção de jovem. No segundo se procura dar uma ideia das dimensões, da distribuição e do papel da população jovem brasileira na dinâmica da transição demográfica.

O terceiro capítulo destina-se ao estudo da atividade que congrega a maior parte dos jovens brasileiros - o trabalho. Para tanto se analisam aspectos como as taxas de participação, os jovens e a reorganização da estrutura do emprego, salários, horas trabalhadas e subemprego, os jovens e a crise e, finalmente, a utilidade do conceito de "intermitência" como mais próximo do jovem do que o desemprego ou inatividade.

O quarto capítulo, intitulado "Escola: uma atividade para poucos jovens", parte da dolorosa constatação de que 7 milhões de crianças, 1/3 da população de 7 a 14 anos que totaliza 21.9 milhões de pessoas permanecem à margem da escola, para em seguida analisar a estrutura de ensino brasileiro, o jovem e a escolarização da população brasileira, a qualidade do ensino e as relações entre nível de instrução, ocupação e nível salarial.

No último capítulo são revistos alguns dos principais temas relacionados com o jovem e a família, destacando a presença simultânea de relações de cooperação e solidariedade, e de conflito.



## INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, o Brasil como o restante da América Latina sofreu um processo de intensas mudanças trazendo profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial demográfica e social do país. Algumas destas tendências básicas seriam: tendência ao assalariamento como forma de ocupação hegemônica, aumento dos níveis de mercantilização das relações de troca e monetização das relações de trabalho, aumento progressivo das ocupações urbanas, tendência progressiva à concentração dos rendimentos do trabalho, formação de grandes desequilíbrios regionais e avanço das oportunidades educacionais.

A novidade dos anos 70 foi o aceleração destas tendências e a emergência de novas das quais destacamos: tendência a uma inusitada queda nas taxas de fecundidade, tendência ao rejuvenescimento e feminização da PEA urbana, intensa penetração dos meios de comunicação de massa, difusão de novas pautas de consumo via comunicação de massa, difusão do crédito ao consumidor. A partir dos anos 80, entretanto, o país entra em um período recessivo onde sobressaem as seguintes tendências mais gerais — elevação dos níveis de desemprego nos setores dinâmicos, tendência ao aumento nos níveis de subemprego, tendência à deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora.

Uma sociedade desigual e contraditória resultou do entrelaçamento destas tendências, num processo social onde a dimensão do

drama humano ainda é pouco conhecida e do qual possuímos apenas os frios parâmetros das séries estatísticas. Esta sociedade possui um mercado de bens de consumo dinâmico e de certa magnitude que no entanto é altamente segmentado. Tão segmentado que como bem ressalta Faria "é insuficiente enfatizar a existência de um contingente de excluídos pelo seu poder de compra, pois este é apenas um dos aspectos da inserção social destes grupos na sociedade de consumo. Outro igualmente importante se relaciona à sociabilidade específica que esta instaura, tanto do ponto de vista da mercantilização do consumo, como do ponto de vista da inculcação de hábitos, aspirações, desejos e frustrações."

Tais transformações não são só vividas a nível de público mas sobretudo a nível do privado e no âmbito familiar, incidindo diretamente na concepção dos papéis genéricos como nas aspirações e nos projetos de vida, e nas expectativas dos diferentes membros da família. De fato a proletarização e o assalariamento de jovens e mulheres nas zonas rurais e urbanas por um lado, e por outro, a elevada desocupação masculina, rompem o velho esquema de homem único provedor da família, abrindo um novo processo onde passa a existir um espaço de negociação e barganha no seio da família. No caso das jovens, a existência de um novo modelo sexual e a possibilidade de acesso aos meios anticoncepcionais são fatores que em si geram enorme tensão face aos papéis tradicionais.

O objetivo deste trabalho é examinar de forma sucinta dois aspectos interligados no processo recente de transformação social no Brasil: o papel da inserção do jovem na configuração da estratificação social brasileira recente e seu impacto na difusão da identidade "jovem" na sociedade.

O trabalho está organizado em cinco itens.

No primeiro discute-se a noção de juventude. No segundo procura-se dar uma idéia das dimensões, da distribuição e do papel da população jovem brasileira na dinâmica da transição demográfica brasileira. No terceiro detém-se na análise da atividade que congrega a maior parte dos jovens brasileiros — o trabalho, e na quarta trata de caracterizar o paradoxal processo de ampliação do acesso dos jovens à educação. Finalmente o item cinco discute a juventude e a família, na sua interdependência entre a solidariedade e o conflito.

## I -- A NOÇÃO DE JOVEM

Em grande parte motivados pela decisão da ONU de designar 1985 como Ano Internacional da Juventude, os meios de comunicação de massa, os partidos políticos, setores organizados da sociedade etc. têm se manifestado sobre a questão. Nestas manifestações é possível distinguir duas formas de encarar a questão — ou se fala da juventude brasileira genericamente, ou se insiste nas enormes diferenças entre os jovens. Neste último caso, naturalmente, estão as colocações de natureza mais contestatória.

"Por isso entendemos que não se pode falar em juventude em geral mas que temos que caracterizar o jovem a partir de suas condições de vida, de trabalho e da classe a qual pertence. Nesse sentido o jovem trabalhador é aquele que pertence à classe operária e com ela compartilha condições de vida e trabalho" (Quem somos)<sup>1</sup>.

Um canal de TV, durante algum tempo, apresentava ao longo de sua programação "flashes" onde os mais diferentes tipos de jovens — operário, ambulante, bóia-fria, pregadores de seitas — e mesmo a adultos, perguntava-se o que era ser jovem ou viver a juventude. Não obstante a tônica na enorme diversidade de tipos feita pela organização dos programas, sempre que a questão resvalava para o que é ser jovem ou para as preferências sobretudo em termos de lazer ou das dificuldades que sentiam para realizá-las as diferenças estreitavam-se consideravelmente.

Viver a juventude significava sobretudo aproveitar um pe-

---

<sup>1</sup> Documento preparado pelo Jornal Juventude Operária para o Ano Internacional da Juventude.

período transitório de menor responsabilidade seja com o trabalho, seja com a família, desfrutar ao máximo o lazer que significava frequentemente "curtir um som", namorar, praticar esporte, farrear com amigos etc.

No fundo, o que o conjunto de depoimentos estava mostrando é que existe na sociedade — de uma forma que pode não ser absoluta mas que é certamente generalizada — uma percepção relativamente clara do que seja viver o período da juventude, apesar das enormes diferenças nas formas que os indivíduos têm de se inserir na sociedade.

Braslavski (1984) traduz bem o sentido do conjunto dos depoimentos quando delinea a noção de juventude tomando como referência dois critérios.

O primeiro é o que discrimina etapas porque passam os seres humanos segundo sua maior ou menor autonomia. Neste sentido, o que caracterizaria o jovem é o fato de possuir uma margem de autonomia maior do que as crianças e menor do que os adultos.

Este sentimento e atribuição social de uma capacidade relativa maior de enfrentar os problemas, faz com que os jovens oscilem entre dois tipos de comportamento. Por um lado, a posse de uma autonomia incomparavelmente superior da que usufruía até esse momento, dá a eles a percepção de que são capazes de resolver uma quantidade enorme de tarefas individuais e de enfrentar uma série de desafios sociais. Este sentimento toma frequentemente a forma de onipotência pessoal e social. Outras vezes, manifestam a angústia de não poder levar a bom termo todas estas ambições: esta angústia se origina no reconhecimento crescente dos limites que lhes são impostos tanto interna como externamente, pela família e pela sociedade.

Na prática, no cotidiano, o jovem acaba imprimindo fre-

qüentemente às atividades que exerce, inclusive àquelas mais regulamentadas — escola e trabalho, um caráter "intermitente", de idas e voltas, próprio de quem não necessita socialmente arcar com "toda" a responsabilidade.

Certamente este conjunto de traços distintivos dos jovens está na base de outro componente que sempre aparece no discurso que caracteriza o jovem — o conflito com o mundo do adulto.

O segundo critério coloca a juventude como a etapa de transição entre a infância e a vida adulta. E neste sentido deve-se assinalar que a transição para o mundo adulto não se dá de uma forma única. Quase sempre se trata de uma série de mudanças paralelas ou consecutivas que variam histórica e culturalmente. A literatura científica tem considerado cinco formas de transição que são aquelas mais recorrentes em depoimentos e consagradas pelo senso comum: 1) deixar a escola; 2) ingressar na FT; 3) abandonar a família de origem; 4) casar-se e 5) estabelecer uma nova unidade doméstica.

Este esforço de delinear o perfil de um jovem está longe de ter um interesse puramente teórico ou acadêmico. É necessário que a problemática específica do jovem alcance visibilidade e seja socialmente reconhecida para que se torne possível pensar no delineamento de políticas públicas especialmente destinadas para esta parcela da população. Por outro lado, ter presente este conjunto de traços é fundamental para interpretar resultados de pesquisas sejam eles qualitativos ou quantitativos, sobretudo porque tais resultados são, em última instância, subsídios preciosos para geração de políticas públicas em duas áreas sociais cruciais — educação e mercado de trabalho. As características próprias deste agente social devem estar presentes inclusive quando se analisa dados oficiais como no caso dos Censos Demográficos. De fato, como mostramos ao longo do texto,

quando se tem como pano de fundo tais noções, ficam bem mais nítidos critérios normativos ou motivacionais que permeiam categorias censais, como por exemplo a de desemprego e inatividade. O viés do dado oficial é fato já amplamente denunciado nos estudos sobre mulher, e agora, quando analisado da perspectiva do jovem, deixa à mostra outras facetas desta questão.

A semelhança da questão do jovem com a da mulher não termina aí. O consenso da autonomia apenas relativa, da menor responsabilidade não passa despercebida nem ao Estado, nem tampouco ao empregador. São qualificados como trabalhadores de contribuição secundária na família, são tratados de forma bastante diferencial dos agentes sociais adultos do mesmo segmento social, o que na prática significa a atribuição de menor valor de mercado a um trabalho, comparativamente, de maior valor.

É possível falar que existe no Brasil hoje, uma parcela da população, que se destaca das demais por certo grau de homogeneidade em razão de autonomia relativa de que desfruta e da qual é consciente. Em outros termos é possível falar em uma identidade jovem que perpassa a sociedade brasileira como um todo.

Entretanto, a existência da identidade jovem assim demarcada não nos permite falar genericamente da "juventude brasileira" da mesma forma que não podemos falar genericamente da criança brasileira, mulher brasileira. A categoria jovem acha-se tão segmentada como a sociedade brasileira como um todo. Os jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos; ricos, remediados e pobres; integrados e marginalizados; do norte e do sudeste, jovens filhas, jovens mães, trabalhadores, estudantes, trabalhadores-estudantes. Naturalmente cada uma das situações específicas vividas pelo jovem delimita a onipotência, as aspirações, os limites que os cõdi-

gos sociais escritos e não-escritos determinam, o nível de conflito, maior ou menor responsabilidade.

Tomando como referência a contraposição identidade/diferenças entre os jovens brasileiros, a título de breve resumo e antecipação de conclusões poderíamos dizer que ao longo da década de 70 uma parcela significativa da população jovem pode se inserir de forma mais "moderna" na sociedade, seja pelo trabalho, seja pela escola ou pelo lazer. Isto não significa que tenham diminuído as distâncias relativas objetivas entre os jovens. Mas parece claro que a série de modificações que ocorreram ao longo deste período reforçaram ou mesmo estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade. Assim a expansão das oportunidades de trabalhos remunerados, dos empregos formais, reforça aspirações, ambições e também a onipotência, e torna mais claramente explícitos os conflitos entre as gerações. A democratização da escola ao mesmo tempo que aviva as aspirações, satisfaz as carências de sociabilidade (sobretudo no caso das jovens); os meios de comunicação se encarregam de criar símbolos visíveis e claros da identidade jovem, o sistema de "consumo" torna-os acessíveis seja pela queda de qualidade, seja pelo barateamento do produto, seja pela criação do sistema de crédito.



## II — A POPULAÇÃO JOVEM

### 2.1. Crescimento de Distribuição da População Jovem

Nada menos do que 20,3% da população brasileira em 1970 era constituída de jovens (Tabela nº 1). A proporção de jovens tendeu a ser mais representativa ainda ao longo da década de 70. Isto se deve ao ligeiro decréscimo da participação percentual da população em todas as faixas anteriores a 14 anos.

Quando a análise é detalhada a nível urbano/rural, nordeste/sul, verifica-se que a proporção de jovens na zona rural é menor do que a proporção na zona urbana da mesma forma como a proporção de jovens é menor no nordeste. Dois fatores contribuem para isso: a seletividade da migração rural/urbana, nordeste/sul prioritariamente jovem e a fecundidade mais elevada nas áreas rurais e do nordeste (Tabela nº 2).

A tendência ao estreitamento da base da pirâmide e ao alargamento nas faixas etárias jovens é o resultado combinado de dois fatores — fecundidade menor e esperança de vida maior.

Ocorre, que no Brasil o processo de estreitamento da base tem sido muito lento, e a explicação para este fato é relativamente simples — a alta fecundidade que precedeu o início do forte declínio da fecundidade (que vai ocorrer ao longo dos anos 70) combinada a um nível declinante da mortalidade faz com que o número de mulheres na faixa mais fértil, portanto jovens, continue alto.

Neste sentido, em termos da dinâmica da população a proporção das jovens na sociedade brasileira hoje é importante por dois motivos — primeiro porque ela é efetivamente bastante representativa no conjunto das mulheres. Em segundo lugar porque o seu comportamento reprodutivo é fundamental para que se conheça a dinâmica que assumirá o processo de transição demográfica nos próximos anos.

## 2.2. A Fecundidade das Mulheres Jovens

Os níveis de fecundidade no Brasil evoluíram apresentando uma relativa estabilidade entre 1940 e 60, uma ligeira queda na década de 60 e uma inusitada redução durante os anos 70. No espaço entre 1950/1960 a taxa de fecundidade brasileira aumentou em 1,95%, na década de 1960/70 houve uma redução de 8,28% e finalmente entre 1970 e 80 a queda foi nada menos do que 21,48%. Os diferenciais regionais já existiam desde 1940, mas acentuam-se enormemente neste período. Assim a queda relativa das taxas de fecundidade apresentou as seguintes dimensões — no norte passou de 4,8% entre 60/70 a 20,9% entre 70/80, o nordeste passou de + 1,1 para 16,9%, o sul de 8,0% para 33,0%, o centro-oeste de 8,2% para 21,4% e finalmente a região sudeste foi a única que diminuiu o ritmo de sua queda relativa nos períodos considerados. A responsabilidade destas quedas cabe sobretudo às famílias de renda mais baixa já que é nítida a correlação entre níveis de renda média familiar e proporção de queda relativa de fecundidade. Embora haja ainda um longo caminho a percorrer para entender esta queda inusitada, não há dúvida de que o controle da fecundidade que na década anterior era um privilégio dos setores médios da população espalha-se até os setores populares de mais baixa renda.

Pesquisas realizadas em diversos Estados indicam aumento acentuado do uso de anticoncepcionais, da prática do aborto e, especialmente, do recurso à esterilização entre a população mais carente (Berquó, 1980). Referindo-se à queda entre as populações mais pobres, Barroso lembra de forma muito pertinente que as decisões sobre ter ou não ter filhos, quando tê-los e o seu número, e que métodos anticoncepcionais usar "não são simplesmente decisões pessoais tomadas no recôndito dos quartos ou dos consultórios médicos, determinados exclusivamente por motivações individuais e não pelo contexto social mais amplo. Por trás de tais decisões está todo um contexto sócio-econômico. Na maioria das vezes, as mulheres individualmente decidem "livremente", isto é, como agentes morais conscientes, mas o fazem dentro de um conjunto de alternativas cujos limites foram socialmente estabelecidos e que elas, individualmente, são impotentes para alterar (Barroso, 1984).

A partir das Tabelas nºs 3, 4, 5 como regra geral, é possível dizer que a fecundidade das mulheres jovens seguiu o padrão do Brasil como um todo.

O dado que merece destaque é que enquanto se verifica essa queda geral na fecundidade, um grupo apresenta tendência inversa: as jovens solteiras, sobretudo as adolescentes. Tanto no Brasil, como em São Paulo e Pernambuco, tem aumentado nos últimos anos a proporção de mulheres de 15 a 24 anos solteiras que têm filhos.

Este fenômeno não é próprio do Brasil, ocorre em vários países e certamente está relacionado a mudanças nos padrões de comportamento sexual que têm registrado uma relativa liberalização dos costumes.

Assim, é verdade que nos últimos anos houve uma enorme divulgação do uso de contraceptivos, particularmente a pílula. Entre-

tanto, os dados são claros em mostrar que a tecnologia da contracepção não é igualmente acessível a todas. Ao que tudo indica as informações necessárias não são amplamente dimensionadas, a dominação masculina e tabus culturais dificultam o uso de anticoncepcionais a muitas mulheres, especialmente às jovens solteiras.

Parece não haver dúvidas que para a minimização deste problema a educação sexual é fundamental. De uma forma geral neste processo de liberação sexual as jovens encontram-se totalmente desassistidas num momento crucial de suas vidas, quando se colocam de forma mais aguda os conflitos oriundos das transformações apenas parciais do papel da mulher na sociedade.

Os pais de um modo geral se acham despreparados para dar uma orientação segura nesta fase de transição, em que normas e valores contraditórios se chocam continuamente. As escolas procuram ignorar o problema. Em particular, o início das relações sexuais coloca necessidades urgentes de informação e orientação.

Pesquisa realizada no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul indica que, entre as mulheres de menor instrução, é mais alta a porcentagem de concepções pré-matrimoniais (42%) e menor porcentagem dessas concepções são legitimadas pelo casamento antes do nascimento (Barroso, 85). Numa sociedade que estigmatiza a mãe solteira e onde é alto o desemprego entre as jovens a situação da mãe solteira adolescente é certamente das mais difíceis.

### 2.3. O Jovem e a Reorganização do Espaço

Talvez a marca mais gritante dos anos setenta seja exatamente esta: a reorganização espacial da população brasileira. Romperam-se as velhas estruturas agrárias e industriais e uma parte substancial da sua população colocou-se em movimento perseguindo os novos empreendimentos capitalistas nas áreas agrárias, nas áreas urbanas e grandes programas nacionais. Em 1970, um terço da população do país, ou seja, 30 milhões de pessoas eram migrantes (residentes em municípios distintos daquele que nasceu). Em 1980 este valor ascendeu para 46 milhões de pessoas.

Esta intensa reorganização do espaço brasileiro se dá em duas dimensões complementares, ambas em resposta à reordenação de oportunidades econômicas e sociais: urbano-rural e inter-regional. Ambas, são ainda produto da combinação de dois fatores — diferenciais no ritmo de crescimento vegetativo e migrações internas — sendo que a segunda é a predominante.

a — Migração rural-urbana — A população rural brasileira vem perdendo importância relativa desde a década de 40, entretanto, ao longo da década de 70 atravessou um patamar importante, já que, pela primeira vez acusou uma perda absoluta da população.

Esta perda relativa de população rural indica que houve, neste período, um volume considerável de migrações rural-urbana, já que o outro fator potencial de redistribuição — o diferencial de crescimento vegetativo — tenderia a trabalhar no sentido contrário. Em outras palavras, sendo o crescimento vegetativo geralmente mais alto nas zonas rurais estas tenderiam a crescer mais rapidamente na ausência de migrações.

Martine e Camargo (1985) apresentam algumas estimativas preliminares da migração rural-urbana, que efetivamente apontam para um volume significativo de êxodo rural na última década. Os dados estimados sugerem uma emigração rural de 13,5 milhões na década de 60 e 15,6 milhões na de 70.

Os dados mostram que a migração é um fenômeno seletivo em termos de idade — as pessoas mais jovens tendem a migrar mais dada a sua disponibilidade e capacidade para o trabalho. A combinação destes dois fatores — menor crescimento vegetativo nas áreas urbanas e migração seletiva — explicam a maior proporção de jovens nas áreas urbanas, já em 1970 (20,4% contra 19,3% na área rural), diferença esta que se acentuou ao longo da década (21,8% nas áreas urbanas contra 19,6% nas áreas rurais).

#### b — Redistribuição inter-regional

Ao longo da década de setenta não mudou só o volume de migrantes. Mudaram os caminhos, as direções, as distâncias. Assim por exemplo a exportação de mão-de-obra do nordeste para outras regiões do país não cessou, mas sua tendência se inverteu — é a migração dentro do próprio nordeste que hoje é mais importante. Ao fluxo rural-urbano somaram-se, provavelmente até com certa primazia o fluxo urbano-urbano. Por sua vez a importância que o fluxo urbano-urbano vem assumindo corrobora uma das características que se acentuaram nesta década, que é a sua realização por etapas — do campo para a cidade e desta para outras de tamanho sucessivamente maiores. Martine (1981) detecta um montante razoável da população brasileira carente, que se movimenta constantemente através de muitas migrações repetidas e sucessivas, constatando também que na sua maioria trata-se

de uma população jovem. Já outros estudos sugerem que para as Áreas Metropolitanas as migrações ocorrem sem que estas etapas intermediárias sejam percorridas. De qualquer forma fica claro que quando se considera a migração apenas como um movimento de indivíduos entre dois pontos, durante um determinado período de tempo, esta constitui uma visão muito parcial do problema.

■ Tabela ~~XXXX~~, apresentada por Martine e Camargo que se referem às taxas de crescimento anual, à proporção de crescimento inter-censal total, assim como ao saldo migratório líquido de cada grupo durante as quatro últimas décadas, dá bem uma idéia da intensa reorganização espacial que vem ocorrendo a partir dos anos quarenta.

Com relação especificamente a década de 70, os autores destacam os seguintes novos padrões de redistribuição espacial da população: "uma aceleração do crescimento de São Paulo a custa de quase todos os outros Estados em termos de atração populacional; a estagnação e reversão da migração nas áreas de fronteiras de maior absorção em décadas anteriores, e a ocupação incipiente da fronteira amazônica. De resto, continuou, a ritmo lento, o processo de esvaziamento de áreas de ocupação mais antigas como o Nordeste, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

Embora não tivesse sido possível, nos limites deste trabalho, assinalar a dimensão dos jovens nestes movimentos, alguns dados sugerem que a proporção deles tende a ser mais representativa no conjunto de migrantes.

De fato, as Tabelas de nº 7 e nº 8 caracterizam o migrante enquanto jovem já que se refere àqueles que estão na localidade no máximo há dois anos. De fato, a Tabela de nº 7 refere-se àqueles que estão fora da Unidade da Federação que nasceram e a Tabela nº 8 àqueles que estão fora do município de origem.

De fato, da justaposição das tabelas, é possível fazer as seguintes considerações:

- Entre os recém-chegados a proporção de jovens é maior entre aqueles que estão fora do seu estado de origem. Este dado sugere que em migrações de distância mais longa a proporção de jovens tende a ser maior.
- Em ambas as situações de migração a proporção de jovens aumentou ao longo da década. Os recém-chegados de outros estados passaram de 26,7% em 1970 para 29,5% em 1980. Já entre os recém-chegados oriundos de outros municípios a evolução foi de 25,05% para 26,5%.
- Entre as mulheres a proporção de migrantes jovens é maior do que entre os homens, embora a proporção de migrantes jovens do sexo masculino seja maior. Estas considerações são verdadeiras para ambas as situações de migrantes recém-chegados.
- O fluxo migratório de jovens é maior para as áreas urbanas, sendo a proporção de mulheres também mais representativa.

Na verdade, como chama a atenção Martine (1981), "o que impressiona no Brasil hoje é a dimensão desproporcional da oferta de mão-de-obra e a presteza da resposta da força de trabalho a qualquer iniciativa que promete gerar oportunidades econômicas em grandes es-



calas. Isto se verifica tanto em áreas de colonização como em obras de construção de barragens, de edifícios urbanos ou de estradas."

As dimensões da oferta de mão-de-obra em geral jovem como mostra o referido autor decorrem certamente do estilo de desenvolvimento adotado no país que ao mesmo tempo requer e gera uma grande disponibilidade de mão-de-obra a fim de baratear os custos de produção. Entretanto, a agilidade, a resposta pronta e rápida sugere também o avanço dos meios de comunicação neste país.

A referência avanço dos meios de comunicação nos leva a uma outra consideração. Trata-se da questão que sempre emerge quando se trata de considerar o deslocamento espacial de indivíduos para áreas de formação social extremamente diferentes — a adaptação e o desempenho do indivíduo na nova área, enfim da dupla socialização.

Parece não haver dúvidas que a partir da ampla penetração dos meios de comunicação a questão da dupla socialização é bastante minimizada, já que se acreditava que os principais problemas de adaptação decorriam sobretudo das diferenças nos repertórios culturais; na visibilidade de traços relacionados à origem rural e regional — sotaque, aparência física, a dificuldade de comunicação pelo uso de determinados termos.

De fato os avanços das telecomunicações no Brasil são surpreendentes. Em 1975, a televisão já alcançava 40% da população urbana, cobertura que hoje atinge 75% da mesma população. Nas áreas rurais, em cada vinte domicílios, três possuíam tal equipamento. O avanço da indústria eletrônica no Brasil se dá no bojo dos enormes investimentos na área de telecomunicações implantadas pelo governo autoritário de 1964, tendo em vista a integração nacional. Micelli (1983) sugere que os níveis de consumo da TV brasileira estão intimamente relacionados ao capital escolar dos públicos expostos a esses

bens. "O fato bruto e brutal do analfabetismo, nas proporções consideráveis em que subsiste na sociedade brasileira, constitui a alavanca decisiva da colossal penetração da televisão no país" e a coloca como uma espécie de sistema de ensino paralelo e integrador: "Apesar da sociedade industrial de consumo estar fortemente concentrada nas regiões sudeste e sul do Brasil, conforme demonstram exaustivamente as evidências disponíveis acerca da distribuição regional da maioria dos bens culturais, e de persistirem as disparidades de renda entre regiões e grupos sociais, a indústria cultural brasileira vem contribuindo decisivamente para o processo de unificação do mercado de bens culturais ao fazer as vezes de um 'sistema de ensino paralelo' e ao expor os setores sociais subalternos a veículos e mensagens em certa medida desagregadores de seu repertório original de linguagem, valores e significações."

Finalmente uma última consideração: não deixa de ser surpreendente constatar que em uma sociedade com tal mobilidade, e com tal avanço no processo de comunicação de massas, comece a ganhar força propostas de uma escola colada no modo de vida regional, tendo em vista, quem diria, evitar uma dupla socialização da criança. Mello (1985) criticando esta linha chama a atenção para aspectos contraditórios e até antidemocráticos contidos nesta proposta lembrando que "escola unitária não significa escola padrão ou única, mas uma educação que, respeitando e contemplando as diversidades culturais e sociais de sua clientela, não permita que o regionalismo ou o localismo estreitos ponham em risco o núcleo mínimo comum de conhecimentos e habilidades que são necessários à unidade cultural da nação e à socialização do saber que é patrimônio da sociedade."

### III — O TRABALHO: UMA ATIVIDADE QUE ENVOLVE A GRANDE MAIORIA DOS JOVENS

#### 3.1. As Fontes e a Organização dos Dados

Neste item procuramos fazer um diagnóstico da situação de trabalho do jovem brasileiro. Para tanto serão utilizadas basicamente as estatísticas oficiais dos Censos Demográficos (1970-1980) e Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) tal como foram publicadas pelo IBGE, ou com algumas elaborações.

O panorama traçado será, basicamente, o da composição da força de trabalho jovem ou População Economicamente Ativa (PEA), tal como é definida por esses indicadores e suas transformações ao longo da década, segundo variáveis estruturais, individuais e familiares. As informações apresentadas referem-se sempre ao país como um todo, e a dois pólos. Um, o Estado de São Paulo, a ponta mais dinâmica do país; o outro, o Estado de Pernambuco, representando a área que sofreu os efeitos mais nocivos do estilo de desenvolvimento que prevaleceu neste país no correr dos anos 70. Algumas vezes, utiliza-se informação Sudeste/Nordeste tendo por objetivo a mesma polarização.

Sempre que foi possível, ao longo do diagnóstico, os dados foram segregados por sexo, já que o impacto das grandes mudanças se dá de forma bastante diferenciada entre os sexos.

Outra decisão foi subdividir as faixas etárias em: 10-14 anos — crianças; 15-19 — adolescentes e 20-24 anos — jovens. Esta

é a subdivisão que é oferecida pelos Censos, entretanto a decisão de mantê-las isoladas vincula-se ao fato de que a sociedade desenvolveu, nos últimos anos, diferenças significativas de expectativas de responsabilidades (com relação ao trabalho, escola, lazer etc.) para cada um destes segmentos etários.

### 5.2. Taxas de Participação

Em geral espera-se que ao longo do processo de urbanização/industrialização a taxa de participação na PEA de crianças, adolescentes e jovens e a sua proporção no conjunto dos que fazem parte da PEA diminua. A razão é simples. Enquanto a proporção da população engajada no setor Primário for alta, utilizará uma proporção elevada de mão-de-obra desta população e de pessoas em idade mais avançada. À medida que se avança no processo de modernização a disponibilidade desta mão-de-obra vai desaparecendo. Isto porque, concomitantemente ao processo de urbanização se dá a extensão e prolongamento da escolaridade, a implantação da legislação trabalhista e melhores sistemas de seguro social. Grosso modo não foi outra a tendência brasileira até a década de 70.

A surpresa dos anos 70 está exatamente na inversão de algumas destas tendências. Pode-se mesmo falar que uma das características da década de 70 foi o rejuvenescimento da PEA urbana.

Antes da análise duas considerações de caráter mais geral sobre a Tabela nº 8. A primeira diz respeito às diferenças entre homens e mulheres em todas as faixas etárias mostrando que as marcas da distinção por gênero se inscrevem desde muito cedo. A segunda são as expectativas com relação à participação no mercado de trabalho entre os diferentes subgrupos da categoria jovem que são muito parecidas no con

junto do país, e que diferenciam-se também igualmente entre os sexos.

Assim, com relação à população masculina grosso modo poderíamos dizer que cerca de 1/5 de crianças estão na PEA; um pouco mais da metade dos adolescentes (entre 15-17); 3/4 dos que acabaram de passar para o período da maioridade legal\* (18-19) e praticamente 90% dos jovens entre 20-24 anos.

Entretanto, assim agregados estes valores escondem diferenças significativas entre as situações polares urbano/rural e São Paulo/Nordeste. Vejamos inicialmente o que ocorre com as crianças:

- As taxas de participação na PEA nas áreas rurais são cerca de 5 vezes maiores do que nas áreas urbanas. São maiores também no pólo menos subdesenvolvido do país, embora tivessem em ambas as situações aumentado ao longo da década. Em São Paulo o valor evoluiu de 28,3% para 30,7% e em Pernambuco passou de 37,6% para 42,0%.
- Já as taxas urbanas embora mais reduzidas referem-se a números absolutos maiores, sofreram acréscimos percentuais mais significativos e atingem níveis mais elevados no pólo mais desenvolvido. Em São Paulo, passou-se de 8,8% para 13,4% e em Pernambuco de 4,3% para 11,7%.

Comparativamente às crianças, não só os níveis de trabalhadores adolescentes são substancialmente maiores como é diversa de condições de trabalho quando se toma como referência as dicotomias Sudeste/Nordeste; rural/urbana.

- É São Paulo, e não Pernambuco que apresenta níveis mais elevados de trabalhadores adolescentes.
- As diferenças decorrem sobretudo da participação mais re-

---

\* No Brasil, a maioridade é diferente de acordo com diversos dispositivos legais, assim aos 18 anos atinge-se a maioridade na legislação eleitoral e trabalhista embora a maioridade civil seja alcançada apenas aos 21 anos.

presentativa dos adolescentes nas áreas urbanas, onde também o ritmo de crescimento é mais vertiginoso.

- A evolução entre os adolescentes do sexo masculino ocorreu da seguinte forma: em São Paulo passou de 53% para 63% e em Pernambuco oscilou cinco pontos de percentagem, passando de 35,0% para 40,5%. Já na área rural paulista, a proporção de jovens trabalhadores apenas acompanhou o crescimento da população (74%), e em Pernambuco até decaiu (81,7% para 78,8%).

Isolar entre os adolescentes aqueles que acabam de completar 18 anos — limite da maioridade legal para o trabalho — foi muito interessante por mostrar claramente o aumento de sua disponibilidade para o trabalho. É preciso lembrar entretanto que entre 17 e 18 anos é muito difícil conseguir emprego. As empresas recusam rapazes nesta idade em razão do alistamento militar em virtude de disposições legais. Os jovens gozam de uma série de vantagens trabalhistas e os patrões preferem não arcar com os ônus desta legislação protecionista.

Os dados da Tabela nº 9, que mostra as tendências na evolução da participação destas categorias etárias no contingente total de trabalhadores reforça algumas das conclusões.

Houve, ao longo desta década, um declínio percentual de participação de crianças e adolescentes, na PEA total sendo a queda menos acentuada entre os últimos, havendo ainda um aumento na participação dos jovens.

Contudo, tomando separadamente a população rural e a urbana, verifica-se na primeira, uma tendência de decréscimo na participação de crianças e adolescentes (de 8,6% para 8,3%, na faixa etária de 10 a 14 anos, e de 16,6% para 15,7%, na faixa etária de 15 a 19 anos) enquanto que na zona urbana se eleva a participação dos jovens, qualquer que seja a faixa etária considerada.

A situação entre as mulheres é bem diversa, como demonstra o gráfico no qual se visualizam as taxas masculinas e femininas, segundo a idade. Enquanto a curva masculina declina apenas quando o avanço da idade sugere a aproximação da aposentadoria, as taxas femininas de participação costumam declinar após os 25 anos, como efeito possível do casamento e da maternidade. Ao contrário do que ocorre em países mais adiantados, no Brasil não há volta da mulher às atividades econômicas, após o crescimento dos filhos.

A tabela chama a atenção para o fato de que as taxas de participação feminina são sistematicamente superiores na faixa dos 20 a 24 anos, declinando logo a seguir. Este padrão é válido para o país e para a zona urbana, alterando-se contudo no campo brasileiro. Tais diferenças como explica Bruschini (1985), refletem tanto a estrutura do emprego disponível para as mulheres em cada região, quanto as possibilidades que elas têm de atender ao mercado em virtude de suas responsabilidades na esfera reprodutiva. A estrutura mais formalizada dos setores econômicos não agrícolas, nos quais predominam relações de trabalho, com jornadas regulares de trabalho e nítida separação entre o espaço familiar e o produtivo, dificulta a conciliação entre as múltiplas atividades femininas, provocando um declínio em suas taxas quando se acumulam as funções reprodutivas. Por outro lado, o mercado de trabalho é mais favorável a jovens e solteiras, em parte também devido a preconceitos e valores dos empregadores.

No campo, o perfil etário da participação feminina é mais irregular, sugerindo que a natureza do trabalho aí realizado permite maior conciliação entre as inúmeras responsabilidades femininas. Não são poucas as pesquisas que revelam a concomitância de atividades produtivas e reprodutivas que a mulher executa em casa, no terreiro, no pequeno roçado.

E esta mesma simultaneidade de ocupações que leva a mulher muitas vezes a se declarar como não trabalhadora, provocando uma subestimação nos dados, como comentamos com mais detalhes mais adiante.

Os dados da Tabela nº 8 mostram ainda que no correr dos anos 70, a taxa de participação feminina cresceu substancialmente, passando de 1/3 em 1970 para 1/4 em 1980, enquanto que a taxa de crescimento entre os homens foi bem menor. Comparando sexo/idade podemos concluir o seguinte:

- entre as crianças as diferenças mais marcantes ocorrem exatamente nas áreas rurais. As meninas participam em ambas as regiões, em torno de 3 vezes menos que os meninos;
- se mais da metade dos adolescentes brasileiros do sexo masculino já trabalhavam, a proporção de adolescentes do sexo feminino que trabalha não chega a um quarto - (21,4% em 70 e 27,4% em 80). No caso das adolescentes do sexo feminino, a distância entre o pólo desenvolvido e o subdesenvolvimento são enormes. Em São Paulo quase 40% dos adolescentes estavam em alguma tarefa remunerada enquanto que em Pernambuco a proporção não chegava a 20% (18,8%). Ao longo da década de 80, esta distância entre os dois pólos tende a se acentuar consideravelmente. De tal forma que em 1980, 43,4% de adolescentes do sexo feminino já trabalhavam na zona urbana paulista contra apenas 19,8% na área pernambucana. Entre as jovens, mantêm-se as diferenças rural/urbano; pólo desenvolvido/pólo subdesenvolvido.



Voltando aos dados da Tabela nº 9, que mostra as tendências na evolução da participação destas categorias no contingente total de trabalhadores, as conclusões reforçam o que foi constatado com relação aos homens — nas áreas urbanas e mais desenvolvidas a FT tornou-se mais jovem e mais feminina.

Enfim, o dinamismo da economia industrial em franca expansão nos anos 70 incorporou de forma acelerada sobretudo jovens de am bos os sexos e mulheres casadas, já que durante o mesmo período a FT masculina cresceu muito lentamente.

Para que se tenha um quadro mais preciso dos fatores respon sáveis por este aumento percentual de trabalhadores jovens e mulheres adultas é preciso considerar dois desdobramentos do modelo econômico que se instalou no país na última década.

Um deles seria responsável por uma espécie de aumento "arti ficial" de trabalhadores. O segundo, pelo aumento "real" de trabalha dores.

No primeiro caso trata-se da monetização das relações de trabalho, tornando cada vez mais o assalariamento a forma mais comum, amplamente hegemônica de ocupação, tanto no campo como na cidade. O desenvolvimento do mercado nacional, conjuntamente com uma maior divi são social do trabalho no Brasil, vem eliminando paulatinamente as possibilidades de produção para a auto-subsistência ou para a comunidade local, levando compulsoriamente o trabalhador às atividades remu neradas como forma de sobrevivência. Portanto, ao longo da década hou ve um largo aumento dos níveis de assalariamento e monetização das rendas recebidas.

Como é sabido, o trabalho não remunerado tende a ser subestimado nos recenseamentos, sobretudo nos Censos Demográficos. A Tabela nº 10 ilustra com clareza este ponto, para o ano de 1980. Comparando

os dados da população economicamente ativa no setor agrícola pelos Censos Demográficos e Agropecuários na mesma data, verifica-se que o número de trabalhadores é muito superior segundo esta última fonte. A subestimação se revela ainda mais aguda se se considerar que o Censo Agropecuário se refere às pessoas de mais de 14 anos, enquanto o limite etário inferior do Censo Demográfico é de 10 anos. Comparando as diferenças entre os sexos, constata-se que a subenumeração de mulheres é muito mais acentuada do que a masculina. Assim, a monetização das relações de trabalho pode significar apenas o crescimento da ET jovem e feminina monetizada e não o crescimento efetivo daqueles que trabalham.

Pelas Tabelas 11, 12, 13, podemos notar claramente que entre 1970/80 cai em quatro pontos de percentagem (16,7% para 12,6%) a proporção de homens que estavam na força de trabalho brasileira e não percebiam a contrapartida monetária para o mesmo. Entre as mulheres a queda é ainda maior (47,2% para 38,9%). Como a proporção de não-remunerados tende a se concentrar na população trabalhadora infantil e jovem, são nestes setores que as quedas foram mais acentuadas. Entre os homens as quedas deram-se no Brasil como um todo nas seguintes proporções: 70,2% para 56,1% as crianças; 42,5% para 33,6% entre os adolescentes e 20,6% para 17,9% entre os jovens.

Entre as diferentes categorias etárias de mulheres, as quedas foram ainda mais significativas: de 76,7% para 59,8% entre as crianças; 63,1% para 49,1% entre adolescentes e de 54% para 51,9% entre os jovens.

Naturalmente em São Paulo, onde a destruição das antigas formas de produção se deu pela atuação de um capitalismo muito mais vigoroso a diminuição da proporção de trabalhadores não-remunerados também foi mais vigorosa, como atestam os resultados comparados dos recenseamentos de 70 e 80. Homens — 50,9% para 29,2% entre as crian-

ças; 31,4% para 20,4% entre os adolescentes e 18,3% para 12,8% entre jovens. Mulheres de 48,8% para 26,3%, 36,9% para 20,5% e de 36,6% para 17,9%. Já em Pernambuco, os pontos percentuais perdidos são muito menores. Homens — 62,3% para 52,0%; 34,1% para 29,6% e 14,7% para 11,3%. Mulheres — 71,4% para 64,6%; 56,9% para 53,9%; de 47,2% para 44,6%. Com a mesma força que cai a proporção de não-remunerados sobe a de empregados.

Já no setor urbano da economia, se ela era pouco representativa em 70, praticamente inexistente em 1980. Em experiência com a pesquisa de campo, pudemos constatar que inclusive os trabalhadores familiares, ou seja, crianças filhos de pequenos comerciantes, feirantes etc. exigiam pagamento pela colaboração seja de forma constante, seja de forma esporádica. (Tabela 12, 13, 14).

Embora seja interessante ter presente a existência de um aumento "artificial" nos níveis de participação dos chamados trabalhadores secundários, certamente o aumento "real" foi muito significativo. Na base dele está o dinamismo da economia industrial em franca expansão no correr dos anos 70, experiência diferente da América Latina como um todo, cuja explicação mais aceita é a seguinte: "contrariamente à experiência de muitos outros países, o crescimento da economia brasileira não se deteve depois da primeira crise do petróleo de 1973. Embora tenha havido uma considerável diminuição nos ritmos de expansão, sobretudo se comparados às taxas de crescimento industrial de 15 a 20% da época do "milagre econômico", a política governamental de aumento da dívida externa, a fim de financiar grandes projetos industriais e de desenvolvimento, permitiu que o crescimento industrial se mantivesse até o final da década. As dificuldades passaram a se avolumar a partir da segunda crise do petróleo de 1979, quando o governo passou a adotar uma política "ortodoxa" de restrição de

crédito e das despesas públicas, para enfrentar os problemas de inflação e de balança de pagamento (Humphrey e Hirata, 1984).

Se é verdade que a dinâmica da indústria e dos serviços criou centenas de milhares de novos empregos inseridos nos setores dinâmicos, é verdade também que não absorveu completamente o grande excedente de FT expulsa das regiões rurais. Este expediente engrossa, a cada dia, o contingente de subempregados atrelados aos serviços de consumo pessoal e do pequeno comércio, às pequenas atividades manufatureiras e de reparo, com baixa produtividade e aos setores não monopolistas da construção civil.

Um conjunto de indicadores nos mostra que os jovens inseriam-se nas duas modalidades de empregos gerados nesse processo, como veremos no próximo item.

### 3.3. Os Jovens e a Reorganização da Estrutura do Emprego

Tomando por base a evolução da estrutura a distribuição do emprego por setores da economia entre 70/80, nota-se, de imediato, a presença de um fator que atuou fortemente na recolocação de todos os trabalhadores, independente de sexo, idade e local de moradia — a perda de importância do setor primário na absorção da mão-de-obra. Tal perda generalizada reflete, na verdade, o intenso processo de urbanização que o país viveu nesta década. De fato, apesar de todas as tentativas de fixar o homem no campo, o Brasil, no final dos anos 80, definiu-se como um país sobretudo urbano.

A transferência da população do campo para a cidade decorre de uma série conjugada de fatores — o fechamento de terra nas regiões de fronteiras agrícolas ainda em expansão impediu a ocupação

mais intensa dessas áreas, ao mesmo tempo que expulsou os resquícios das populações voltadas para o autoconsumo e a subsistência.

Paralelamente, a concentração da propriedade fundiária e a modernização no campo, tanto nas lavouras destinadas ao mercado interno como ao externo, favoreceram grandes deslocamentos humanos para as cidades. Este é um processo contínuo que vem ocorrendo desde a década de 50, mas que atinge seu apogeu na década de 70. Como se verifica na Tabela nº 11, as modificações nas relações de trabalho no campo foram tão intensas, que as próprias categorias do Censo tiveram que ser reorganizadas.

A contrapartida desta queda substantiva da população inserida no Setor Agrícola é a expansão relativa da PEA ocupada no Secundário e no Terciário (Tabela nº 15).

Além desta tendência mais geral, que atinge a população trabalhadora no seu conjunto, existem os dois cortes que devem ser feitos. Um bem nítido, que deixa à mostra as distintas oportunidades que são oferecidas a homens e mulheres, e outro, menos nítido, que diferencia oportunidades por categorias etárias.

Assim, no país como um todo, entre os homens, após a perda relativa de 13 pontos percentuais de trabalhadores do campo transcorrida ao longo dos anos 70, a população trabalhadora masculina distribuiu-se, entre os 3 setores, de forma muito equilibrada em torno de 30%. Já em São Paulo, a representatividade do setor agrícola é muito menor (13,8%), sendo que a FT restante divide-se em proporções muito próximas sempre em torno de 40%, sendo que a percentagem dos inseridos no setor secundário é mais significativa. Bem diversa é a situação de Pernambuco que é o representante da parcela mais penalizada do modelo de desenvolvimento imposto — o Nordeste. Nesta área, é exata-

mente na agricultura que se concentra quase metade da PEA, sendo o terciário o setor que se segue. As diferenças ficam ainda mais gritantes se voltarmos aos resultados das Tabelas nºs 12, 13, 14 em que os trabalhadores dos diferentes setores aparecem discriminados segundo sua posição na ocupação. Em ambos os setores (secundário e terciário) a proporção de trabalhadores autônomos (que engloba desde profissionais liberais até vendedores ambulantes) é muito maior no estado representativo do nordeste.

Assim, se é verdade que acentua-se substancialmente no Brasil a dicotomia urbano/industrial, acentua-se mais ainda a distância Nordeste/Sudeste.

Foram condições históricas concretas que plasmaram um quadro distinto de configuração dos níveis e padrões de desenvolvimento das diferentes regiões do país. Já em 1940 as diferenças regionais estavam marcadas. Elas foram ampliando-se na medida em que o avanço da produção capitalista se fazia acompanhar pela especificação regional que lhe era mais vantajosa, isto é, pólos dinâmicos que passaram a se beneficiar de crescentes economias de aglomeração. A concentração dos benefícios passou a ser cada vez maior na região Sudeste, especialmente em São Paulo, já no Nordeste, na outra ponta, ficam à mostra, sem maiores disfarces as malformações do desenvolvimento brasileiro.

De qualquer forma, em ambos os pólos, nas reacomodações entre os setores, ocorridas ao longo dos anos 70, adolescentes e jovens inseriam-se com primazia no setor secundário da economia, e dentro deste setor preferencialmente entre os empregados. Em São Paulo, as crianças passavam de 17,6% em 70 para 27,4% em 80; os adolescentes de 52,0% para 45,2% e os jovens de 40,0% para 51%. Em Pernambuco a tendência foi também de crescimento percentual significativo, da seguinte forma — de 28% para 6,9%, de 10,5% para 20,6% e de 18,7% para 30,7%.

Spindel (1985), analisando sô trabalhadores adolescentes registrados conclui "quando os cálculos são feitos com base nos dados da Lei dos 2/3, e da Rais, ou seja, apenas para menores registrados, revela um dinamismo muito mais intenso. No segmento mais capitalizado, a incorporação de menores, nos últimos 10 anos, deu-se em ritmo mais acelerado do que no mercado de trabalho como um todo. A taxa de crescimento de empregos para menores na faixa de 12 a 17 anos completos foi da ordem de 250,0%. Assim, poder-se-ia concluir que além do "rejuvenescimento" do trabalho urbano, houve também uma "formalização" do mesmo.

A grande novidade dos anos 70 entretanto, não foi simplesmente a elevação das taxas da população ativa de mulheres casadas e jovens de ambos os sexos, mas foi também a "formalização" do emprego feminino nestes setores. Um exame mais detido da estrutura de emprego no decorrer dos últimos 30 anos mostra que o setor de prestação de serviços (inclui atividades sociais — a maioria professoras e prestação de serviços — empregadas domésticas) perdeu em importância e seu peso na criação de empregos femininos caiu de mais de 50%, a menos de 30% nos anos 70. A contribuição de atividades sociais na criação de empregos também decresceu nos anos 70, ao mesmo tempo que houve um acréscimo significativo da ocupação feminina no comércio e nas indústrias de transformação.

A Tabela nº 16 mostra que esta tendência foi ainda mais notável em São Paulo. Fica bem claro que, no caso das mulheres, todos os setores de atividade urbana cresceram mais do que a média geral, com exceção justamente do setor de serviços. Naqueles setores significativos em termos de absorção de mão-de-obra feminina, o aumento mais significativo ocorreu exatamente nas indústrias de transformação. Os

aumentos mais importantes ocorreram nos setores de vestuário, calçados, tecidos, material elétrico, produtos alimentares, produtos de matérias plásticas e metalúrgicas.

Embora tivesse havido também um aumento das mulheres empregadas em tarefas de escritório, Hirata e Humphrey (1984) mostram que aquelas empregadas nos estabelecimentos industriais de São Paulo não se encontravam, em sua maioria, confinadas aos trabalhos de escritórios. Ao contrário, embora as mulheres constituíssem 29,4% do total nos estabelecimentos de mais de 50 empregados, elas ocupavam apenas 28,9% dos postos administrativos. Raramente elas se encontravam em ocupações técnicas ou fazendo trabalho manual qualificado (exceto como costureiras e overloquistas nas indústrias têxteis e de mostruário), mas se encontravam, em um grande número, em ocupações semiqualificadas. As mulheres constituíam 38,8% da força de trabalho semiqualificada na indústria paulista e três em cada quatro do total de mulheres empregadas estavam de uma maneira ou de outra ligadas a ocupações manuais de produção. Os autores sugerem ainda, no mesmo trabalho, baseados em algumas evidências, que as vagas na indústria foram destinadas a mulheres muito jovens. Assim, já em 1970, a força de trabalho na indústria era muito jovem, particularmente no Estado de São Paulo, na última década. As taxas de atividades para mulheres jovens também cresceram significativamente, além disso há claros indícios de que houve um deslocamento de mulheres jovens do setor de serviços para ocupações na indústria, enquanto mulheres mais velhas, casadas, passaram a trabalhar como diaristas.

A preferência dos empregadores por mulheres jovens certamente encontra alguma justificativa no processo de socialização destinado à mulher. Em outros termos, deve pesar a crença generalizada de que entre as mulheres jovens há o hábito de obediência a normas e pa-



drões de comportamento, características que certamente interessam ao empregador. Mas é preciso considerar também que na indústria moderna, onde o processo de trabalho se torna cada vez mais monótono e rotineiro, os fatores de natureza comportamental, antes ponderados apenas sob o ponto de vista da obediência e manutenção da ordem, ganham agora um novo uso — passam a ser valorizados diretamente no processo de produção, como variáveis importantes no bom relacionamento entre o trabalhador e a máquina.

Como chama a atenção Spindel, "o que os empregadores chamam de 'prática' ou 'experiência' no trabalho de meninas e jovens é muitas vezes o chamado 'saber doméstico'. A costura na indústria do vestuário ou as habilidades de bordadeiras ou tricoteiras, que fornecem um 'grau' de prontidão muito valorizado na indústria eletro-eletrônica, não só pela destreza manual que desenvolvem como pela prática de memorizar os entrelaçados das passagens de fios nos processos de montagem".

Finalizando, para que se tenha uma visão mais concisa do tipo de emprego que se gerou, neste período, é interessante compararmos o número de jovens trabalhadores, conforme estatísticas do censo demográfico (que inclui todos os que declararam trabalhar), para 1980, com as informações fornecidas pelas RAIS, para o mesmo ano (que só considera os assalariados registrados), verificamos que, para cada trabalhador entre 10-17 anos registrado, há 10 que não o são. O mesmo cálculo, feito para a população jovem (20-24), resulta em 3 para 1 e para a população adulta 2 para 1. Por outro lado, é bom lembrar que embora o crescimento percentual de mulheres tenha sido bastante representativo do ponto de vista percentual, ele só é alto porque partiu de um patamar muito baixo. (Spindel, 85)

Tais constatações são importantes para a seguinte consideração — quem trabalhou em contato direto com jovens percebe claramente que as aspirações e esperanças que estes empregos geraram entre eles e suas famílias estão muito acima da realidade objetiva. Este aspecto será comentado com mais detalhe no item 3.5. que trata do desemprego.

#### 3.4. Salários/Horas Trabalhadas/Subemprego

Em todos os setores da economia diminuiu, ao longo da década, a proporção de indivíduos que percebem menos do que um salário mínimo. Alguns estudos, ainda que preliminares, alertam para que não se extraia desta constatação considerações otimistas acerca de uma pretensa melhoria nos padrões de distribuição de renda no Brasil (Médici, 1983). O que indicam estes estudos é que ao longo da década de 70 não houve um movimento de desconcentração de rendimentos, mas sim um movimento menos intenso que o ocorrido na década anterior. Além do mais, um aumento do salário mínimo pode não significar uma melhoria na qualidade de vida. Antes de mais nada, porque neste período ocorreu efetivamente uma queda no valor real do salário. Por outro lado, a qualidade de vida, por um determinado salário, vai depender muito da área em que a família vive — rural, urbana, metropolitana etc.

Infelizmente não foi possível obter dados isolados para áreas urbanas e rurais, já que sabemos que apresentam diferenças substanciais. Mesmo assim decidimos abordar o item salário, já que, é a forma mais concreta de avaliar os resultados das condições de trabalho em geral e dos jovens em especial.

Ao longo dos últimos dez anos permaneceram absolutamente majoritários na população os contingentes de baixa remuneração. Nada me

nos do que 64% de brasileiros recebiam até 2 salários mínimos. Neste caso, fatores de mudanças estruturais podem estar interferindo na distribuição da renda. Assim, a já referida eliminação parcial da PEA que não recebia remuneração por seu trabalho, e que agora tem seu trabalho ridiculamente remunerado, certamente tem seu peso neste processo. Além disso, o crescimento da proporção de jovens e mulheres na PEA, sabidamente pior remunerados, pode estar inchando a base da pirâmide salarial.

Não é aqui o lugar apropriado para discussão exaustiva dos por quês e dos interesses da manutenção desta hierarquia salarial com relação à mulher. Basta lembrar alguns fatores conhecidos que certamente concorrem para isto: o menor acesso da mulher a cargos de chefia e supervisão, o estreito leque de oportunidades ocupacionais que ~~lhe são oferecidas~~, seu menor poder reivindicativo, consequência direta de um processo de socialização que visa fazer das mulheres seres dóceis e submissos, a menor tradição político-sindical das atividades terciárias, nas quais elas se concentram em comparação com as da indústria de transformação.

Quanto ao trabalho de jovens, a justificativa de menores salários baseia-se no pressuposto, socialmente aceito, de que o produto do trabalho do jovem é menos importante para a família de que o dos homens, assim como o da jovem é menos importante do que o da mulher, universalizando um padrão tipo o de família, de divisão sexual e etária de trabalho e de contribuição ao orçamento familiar que nem sempre retrata a realidade.

De qualquer forma imensas diferenças salariais são a manifestação mais concreta e gritante das relações de dominação/exploração contidas nas polarizações homem/mulher; adulto/jovem; pólo desenvolvido/pólo subdesenvolvido, como fica claro na Tabela nº 17.

Não resta a menor dúvida que a relação de dominação/exploração mais chocante é a que se estabelece entre Nordeste/Sudeste. Mais da metade da PEA masculina do Nordeste percebe menos do que um salário mínimo. Este valor sobe para 76,6% entre as mulheres, estabelecendo-se entre os sexos portanto, uma diferença de 22,6%.

Comparativamente, a situação de São Paulo é substancialmente melhor. Entre os homens 13,6% percebia até um salário mínimo. Este valor sobe para 35% no caso das mulheres, mas a diferença percentual entre os sexos permanece inalterada.

Tais desníveis de proporções salariais, praticamente repetem-se em cada uma das regiões, em diferentes faixas etárias. E, tentando resumir o conjunto de resultados poderíamos dizer que os adolescentes recebem o dobro do salário das crianças, e os jovens o dobro dos adolescentes. Também é justo concluir que, genericamente o salário das mulheres tende a ser a metade dos homens.

Um dos argumentos mais recorrentes, na justificativa das diferenças salariais tem sido o número de horas trabalhadas. As mulheres e os jovens supõe-se, trabalham um período de tempo menor, justificando portanto salários menores.

Na Tabela nº 18 onde estão relacionados salários medianos, faixa etária e horas trabalhadas, fica então bastante clara a inverdade contida neste argumento.

Os dados são novamente assustadores. A maioria dos que trabalham, independente do sexo e da idade, o fazem em período integral. De tal forma que, considerando somente aqueles que têm a jornada de trabalho completa as defasagens salariais por região, sexo e idade não se alteram substancialmente. Isto significa que se tomarmos como indicador as horas trabalhadas, as crianças, os adolescentes e os jovens, em sua grande maioria não podem ser considerados subempregados.

Entretanto se o indicador for o nível salarial, praticamente todas as crianças e todos adolescentes podem ser considerados subempregados. De fato, as crianças e os adolescentes continuam percebendo salários baixíssimos, concentrando-se em sua grande maioria em até 1 salário mínimo.

Em termos da comparação entre os sexos, as menores diferenças ocorrem na faixa dos adolescentes, indicando que o casamento, independente do número de horas trabalhadas é um fator que interfere no nível salarial, provavelmente pelo tipo de trabalho que a mulher é com pelida a aceitar.

### 3.5. Os Jovens e a Crise

A partir de 1978, a partir sobretudo do choque provocado pela elevação dos juros internacionais e pelo novo salto nas cotações das matérias-primas importadas, principalmente o petróleo, desencadeia-se o período recessivo brasileiro, provocando uma retração na oferta de emprego na indústria, principalmente em São Paulo, para ambos os sexos. Hirata e Humphrey (1984) mostram como esse efeito se deu com maior intensidade na indústria de transformação e, dentro dela, no setor de bens de consumo durável onde foram registradas quedas importantes no volume de emprego. "Nas montadoras de automóveis houve greves e mobilizações contra as demissões em massa em 1981, e o emprego global naquele ramo foi reduzido em mais de 20%. Em duas firmas de construção elétrica e numa de auto-peças de São Paulo, estudadas em 1982, a mão-de-obra horista foi reduzida em mais do que 50% na metade de 1981 e embora essas firmas tenham voltado a recontratar no final do ano, permaneceram com um efetivo operário bem abaixo daquele do final de 1980."

Na época, várias reportagens mostravam como enfrentavam a crise os desempregados — "Depois de procurar trabalho durante algum tempo e não achar, o desempregado se vira como pode. E quando pode, inscreve-se legalmente como trabalhador por conta própria. Vira ambulante, vendendo pastéis, roupas, bugigangas em geral, monta sua barraca na feira ou nos centros da cidade" (Caderno de Economia, Folha de São Paulo, 24.02.85, p. 36).

Este fato certamente explica duas tendências encontradas nos resultados de 1983. A primeira é a elevação dos percentuais de trabalhadores nos setores de comércio e serviços, onde se abrigam "bicos" e outras ocupações que não mantêm vínculos tipicamente capitalistas com o mercado de trabalho, às quais o trabalhador recorre para enfrentar o desemprego. De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (Tabela nº 25) mostram que o número de trabalhadores por conta própria ou autônomos passou de 9 milhões em 1976 para quase 11 milhões em 83 e que no Estado de São Paulo o número de autônomos aumentou 51,2% no mesmo período, numa velocidade duas vezes maior do que em todo país. O que mostra que na crise, quando se torna necessário o apelo ao trabalho informal é mais fácil encontrá-lo no pólo mais desenvolvido do país. Como não há dados sobre posição na ocupação desagregados por sexo e idade para 1983, não é possível verificar se esse fenômeno ocorreu mais intensamente no caso dos jovens e das trabalhadoras.

Na verdade, os efeitos diferenciados da crise econômica sobre ambos os sexos e diferentes faixas etárias ainda não estão suficientemente esclarecidos.

Há os que acreditam que as próprias condições discriminatórias nas quais se processa a incorporação de mulheres e de jovens na

força de trabalho podem, de certa forma, atuar como mecanismos de defesa a seu favor.

É o caso de Hirata e Humphrey (1984) que defendem a posição de que a própria divisão sexual do trabalho pode, até certo ponto, proteger as mulheres jovens ou não contra os efeitos da crise econômica: "a concentração das mulheres em certos setores da atividade econômica e em ocupações predominantemente femininas limitaria a possibilidade de discriminação, não havendo condições de efetuar uma substituição direta de mulheres por homens".

Spindel que entrevistou adolescentes inseridos no setor formal da economia (inclusive alguns que trabalhavam nos setores que mais foram afetados pela crise) argumenta que o simples fato dos jovens permanecerem nos seus postos apesar da maciça demissão que ocorria no período da pesquisa, permite deduzir que eles sejam portadores de "credenciais" altamente valorizadas no mercado. Por outro lado, são ainda Humphrey e Hirata que encontram junto a empresas justificativas para priorizar a dispensa de mulheres e jovens que não seriam contribuintes fundamentais para o orçamento doméstico.

### 3.6. Intermitência — um conceito mais próximo do jovem do que desemprego ou inatividade

As características do desemprego jovem no Brasil, são muito parecidas com o restante da América Latina.

Assim, as taxas de desemprego aberto são tradicionalmente muito baixas. Sabe-se entretanto que as informações expressas nestes indicadores pouco tem a ver com a real disponibilidade ou desejabilidade do exercício de uma atividade remunerada constante entre a popu-

lação jovem brasileira. É que a grande maioria dos jovens encontram-se numa situação de desemprego mascarado, oculto, seja pela realização de trabalhos precários, comumente conhecidos como "bicos", seja na forma de desempregados desalentados, neste caso entre aqueles que deixaram de procurar trabalho em função do desestímulo do mercado de trabalho.

Por outro lado, sabe-se também que o desemprego dos jovens chega a atingir valores altíssimos, em geral mais da metade dos desocupados totais, quando se ampliam as possibilidades concretas de conseguir trabalho, como ocorreu no Brasil na última década.

Mesmo neste caso entretanto, é necessário a utilização de uma metodologia apropriada.

É o caso por exemplo da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo realizada pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) que define como desempregado o indivíduo que se encontra em uma das seguintes situações:

- a) Desemprego aberto: procurou efetivamente trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceu nenhuma outra ocupação nos últimos 7 dias.
- b) Desemprego oculto pelo trabalho precário: realiza, de forma singular algum trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho.
- c) Desemprego oculto pelo desalento: não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás.



Os resultados para outubro a dezembro de 1984 foram os seguintes:

Taxa de desemprego total:

Sexo: Feminino	15,5
Masculino	10,4
Idade: 10 — 14	39,7
15 — 17	34,8
18 — 24	16,2
25 — 39	8,2
40 e +	6,0

Desemprego aberto:

Sexo: Feminino	10,1
Masculino	5,6
Idade: 10 — 14	24,0
15 — 17	22,3
18 — 24	10,4
25 — 39	4,5
40 e +	2,9

Desemprego oculto:

Sexo: Feminino	5,4
Masculino	4,8
Idade: 10 — 17	15,0
18 — 24	5,9
25 — 39	5,8
40 e +	5,1

Os dados mostram que o desemprego, tanto aberto como oculto é particularmente agudo entre os jovens. Cabe destacar ainda que

não se trata somente de desemprego de crianças ou adolescentes, mesmo entre jovens entre 20 e 24 anos o desemprego atinge índices altíssimos, quase a metade do desemprego infantil ou adolescente.

Embora os dados não estejam separados por idade e sexo, como o desemprego atinge mais as mulheres que os homens, é possível inferir que o desemprego afeta particularmente a mulher jovem. Esta constatação entretanto, não deve ser encarada só com pessimismo. O simples fato das jovens assumirem abertamente a necessidade de trabalhar significa que abriu-se efetivamente oportunidade de empregos para jovens e que elas estão dispostas a trabalhar. Deixaram portanto de fazer parte da categoria desempregadas ocultas.

Em outra pesquisa, constatou-se que entre os setores populares da Área Metropolitana de São Paulo (Madeira, 1983) o simples fato de completar 15 anos coloca o jovem em disponibilidade e intensa desejabilidade para o trabalho seja da sua perspectiva seja da perspectiva da família, como se verá no próximo item.

Nesta mesma pesquisa, a utilização de uma técnica complementar, de natureza qualitativa com um pequeno grupo revelou aspectos interessantes para entender este alto padrão de desemprego jovem. Tratava-se de jovens que estavam concluindo o 2º grau, mas cujas famílias percebiam salários até 5 salários mínimos de renda familiar, sendo possível portanto falar-se em população pobre. Naquela ocasião praticamente todos declaravam-se desempregados não porque fosse difícil encontrar emprego, mas sim porque era difícil encontrar o emprego que correspondesse às suas expectativas. No caso das jovens por exemplo se a opção de trabalho fosse o trabalho doméstico, de longe, o arranjo preferido — tanto da perspectiva da família como da perspectiva do jovem — seria o trabalho da mãe (em geral de diarista ou em firmas de limpeza) e a filha a substituindo no trabalho doméstico.

O mais interessante foi constatar uma enorme intermitência nas atividades destes jovens. Embora não tenhamos condições de generalizar esta afirmação ela provavelmente reflete o comportamento de um número considerável de jovens. Com uma freqüência enorme o jovem passava da dupla atividade — escola/trabalho, para uma única atividade — escola ou trabalho ou para a inatividade total.

Essa alta rotatividade dos jovens pelas diferentes categorias não significa necessariamente que a natureza de trabalho do jovem fosse instável. Ao contrário, freqüentemente a atividade em si era bastante formalizada, só que freqüentemente encarada como algo transitório, às vezes com a finalidade única de adquirir uma determinada mercadoria — bicicleta, aparelho de som etc. Alguns jovens, per passavam tanto e tão rapidamente de uma para outra situação, que a impressão que deixavam é que qualquer categoria — a dupla ocupação, estudante ou trabalhador, inativo — se adaptaria a ele, sendo apenas uma questão de tempo.

Tal inconstância, certamente reflete a sua posição de apenas relativa responsabilidade. De qualquer forma deixa uma questão. Será que a rigidez das categorias atividade/inatividade ou ocupação/desocupação se prestam para definir a situação específica do jovem? Mais importante que as categorias (que pela sua própria natureza são estáticas) são as inferências que se fazem a partir delas. Assim o problema da droga e da delinquência acham-se freqüentemente associadas a inatividade. Coerente com a extrema permeabilidade de uma para outra situação, encontramos jovens e até crianças vinculadas ao consumo ou à cadeia de droga, a delinquência, tanto entre aqueles "integrados em uma atividade" como entre aqueles que passaram recentemente por um período de inatividade.

## IV - A ESCOLA: UMA ATIVIDADE PARA POUCOS JOVENS

pw

O estado do sistema educacional brasileiro não é condizente com o nível de crescimento e modernização dos setores básicos da economia que levaram o país a uma posição de relativo destaque na periferia do sistema capitalista. Encarada exclusivamente do ponto de vista dos indicadores relativos à educação, a situação social do Brasil é crítica. É doloroso verificar que 7 milhões de crianças, 1/3 da população de 7 a 14 anos que totaliza 21.900.000 pessoas permanecem à margem da escola.

O sistema educacional brasileiro, bem como o de outros países latino-americanos, conheceu nas últimas décadas uma forte expansão, conferindo-lhe características de um sistema em vias de democratização se encarado desta perspectiva.

A generalizada aspiração por escolaridade, mais particularmente as demandas dos setores da população prejudicados pelo estilo de desenvolvimento adotado, combinadas as necessidades do núcleo dinâmico da economia, forjaram uma espécie de consenso nacional na matéria e tornaram o campo educacional um terreno particularmente propício para que as elites governamentais buscassem a obtenção de sustentação, adesão e apoio seja por via eleitoral ou não. Esse processo de expansão das oportunidades educacionais foi acompanhado e orientado por reformas de ensino e, mais recentemente, por Planos Nacionais periódicos que vêm priorizando metas a serem atingidas, principalmente no que diz respeito a democratização e modernização do ensino.

A evolução das taxas de escolarização da população nos últimos 40 anos é ilustrativa do processo de contínua expansão e ampliação de oportunidades educacionais por que passou o sistema educacional brasileiro nas últimas décadas.

TABELA 20

BRASIL — EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E MATRÍCULAS — 1940-1980

(mil pessoas)

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESCOLAR	PERCENTAGEM DE (b) SOBRE (a)
	(a)	(b)	(c)
1940 <sup>1</sup>	41.236,3	2.723,9	9,05
1945 <sup>1</sup>	46.390,8	4.171,4	9,00
1950 <sup>1</sup>	51.944,4	5.642,4	10,86
1955 <sup>1</sup>	60.217,6	7.011,1	11,64
1960 <sup>1</sup>	70.119,1	9.235,1	13,17
1965 <sup>1</sup>	80.892,9	12.644,4	15,63
1970 <sup>1</sup>	93.139,0	18.043,3	19,37
1975 <sup>1</sup>	107.145,2*	26.500,0*	24,73
1980 <sup>2</sup>	119.002,7	25.995,7	21,84

Fontes: <sup>1</sup> II PSEC, 1976, p. 10.<sup>2</sup> Censo Demográfico, 1980.

\* Estimativas

Essa melhoria na escolarização da população, no entanto só é significativa porque seu ponto de partida é quase nulo. Assim o nível de instrução da população brasileira permanece extremamente baixo — 3,5 anos de estudo em média para a população de 5 anos e mais de acordo com o Censo de 1980. Entre 70 e 80, houve o ganho de um ano em média. Além disso, o exame da expansão revela como este processo acabou por reproduzir, acentuar e criar algumas graves distorções sociais. Este processo assumiu característi-

cas singulares, onde, ao mesmo tempo que ocorreram alguns avanços efetivos na oferta de oportunidades educacionais, ocorreram retrocessos e estrangulamentos. Incorporou e excluiu seletivamente setores da população, assim como desenhou trajetórias diferentes em seu interior para aqueles que logrou incorporar. Na verdade o processo de expansão do sistema educacional repete os salientes paradoxos com os quais o modelo de desenvolvimento obriga a sociedade brasileira a conviver.

#### 4.1. A estrutura do ensino brasileiro

Para que se possa apreender com clareza as transformações recentes ocorridas no processo educacional da juventude brasileira é conveniente descrever brevemente como se estrutura o sistema de ensino brasileiro.

O sistema de ensino brasileiro apresenta a seguinte estrutura:<sup>1</sup>

##### — Ensino fundamental e médio

Ensino de 1º grau. Com 8 anos de duração, destina-se à formação da criança e do pré-adolescente situados na faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos. É a esse nível que corresponde a obrigatoriedade escolar.

---

<sup>1</sup> Essa descrição da estrutura do ensino brasileiro apoiou-se no livro de Otaíza Oliveira Romanelli, História da Educação no Brasil: 1930-1973 (1978).

Ensino de 2º grau. Com 3 ou 4 anos de duração, destina-se à formação de adolescentes.

O ensino de 1º grau, além da formação geral, deve proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. O ensino de 2º grau tem por objetivo primordial a habilitação profissional.

Além desses dois níveis, existe no país, um sistema de ensino supletivo destinado a proporcionar a jovens e adultos a educação que não tiveram em tempo certo, a suprir escolarização incompleta, ou a aperfeiçoar e atualizar conhecimentos. Além de ter estrutura, duração e características diferentes das do curso de formação normal, o ensino supletivo ainda difere dos demais pelo fato de ser ministrado livremente, através dos modernos meios de comunicação de massa.

#### — Ensino superior

O acesso ao ensino superior no Brasil não se faz automaticamente. É necessário que o estudante se submeta a um exame de seleção (vestibular).

O ensino superior é composto por cursos de graduação, licenciatura, pós-graduação (mestrado e doutorado), extensão, aperfeiçoamento e especialização.

O sistema de ensino brasileiro é composto pela integração de diferentes redes. Existe a rede particular — responsável em 1982 por 20% das matrículas (Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1983) — e a rede pública. Esta última se compõe das redes municipal, estadual e federal. A participação das diferentes instâncias administrativas varia de acordo com os diferentes níveis de ensino, relaciona-

dos às diferentes regiões fisiográficas do país.

Administrativamente todo sistema de ensino formal brasileiro está sob a dependência do Ministério da Educação e Cultura, a nível federal; de Secretarias da Educação, a nível estadual e municipal.

A grande maioria das crianças, adolescentes e jovens estão fora dos lugares legalmente previstos para eles no sistema educacional brasileiro. A Tabela nº 19 mostra que na área urbana brasileira menos de 50% das crianças matriculadas no 1º grau estavam na idade prevista por lei. Na zona rural esta percentagem caía para nada menos de 30%. As percentagens de adequação série/idade são ainda mais marcantes nas 3 séries seguintes denunciando os elevados níveis de repetência.

A seguir procuramos medir como a expansão da última década atuou sobre a população jovem, mostrando que no final da década de 70, o Brasil ainda se confronta com quadro educacional alarmante, onde ainda permanecem por enfrentar graves problemas relacionados à alfabetização e à escolarização da população jovem.

#### 4.2. Os níveis de alfabetização

A dimensão do descalabro com relação à alfabetização pode ser melhor avaliada se situarmos o Brasil no contexto latino-americano, onde sua posição é a pior possível.

Esta situação aflitiva do sistema educacional brasileiro tem sido oficialmente reconhecida e considerada alvo prioritário pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento Governamentais que tem estabelecido como objetivo sua modernização e democratização<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> No período 1970-1985 foram elaborados sem maior sucesso três Planos Setoriais de Educação e Cultura, respectivamente para 1971/1974, 1975/1979 e 1980/1985.



TABELA 23  
AMÉRICA LATINA (SEIS PAÍSES): ANALFABETISMO  
DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, 1980

PAÍSES	TOTAL	%
Argentina	85.559	1,9
Brasil	3.917.520	15,7
Chile	43.065	1,8
México	905.091	6,5
Panamá	17.106	4,7
Peru	217.524	6,3

Fonte: UNESCO, 1984, p. 11, Quadro 3.

A distância entre as declarações de intenção, entre os planos e a realidade é enorme. O 1º Plano Setorial de Educação e Cultura (1971-1974) pretendia alcançar a erradicação do analfabetismo até o final do século e estabelecia como meta a redução da taxa de analfabetismo a 10% até o final da década de 1970. Como instrumentos para esse combate o plano previa o recurso à expansão da escolaridade obrigatória, ao aumento da oferta de vagas no ensino elementar e à criação de um organismo especializado na alfabetização de adultos, o MOBRAL.

No final da década era possível constatar que apesar da redução dos índices de analfabetismo, permanecia um forte contingente de analfabetos (Tabela 24). A resistência de núcleos de analfabetos era tão mais desanimadora quanto era possível verificar um aumento

em seu número absoluto. Os analfabetos que eram na população de 10 anos e mais 20 milhões em 1970 passaram a 22 milhões em 1980.

Os progressos na erradicação do analfabetismo têm se revelado lentos e as perspectivas desfavoráveis na medida em que o fenômeno não atinge apenas a população mais idosa — fato que se constituiria apenas no resquício de uma deficiência passada do sistema de ensino — mas afeta todas as idades, mesmo os jovens que estão sob influência do atual sistema de ensino. Os percentuais indicam que o analfabetismo não vem sendo estancado na fonte. Assim na faixa etária dos 7 aos 14 anos, justamente a que corresponde à escolaridade obrigatória, esta taxa situava-se em torno de 35%, de acordo com a PNAD 1982, tendo crescido para surpresa geral no período 1976-1982.

Concentrando nossa atenção nos jovens verificaremos que mesmo se for dado destaque ao grupo etário entre 15 e 24 anos onde tradicionalmente se encontram os índices de escolarização mais altos ainda assim persiste uma significativa proporção de analfabetos. Nesta faixa o índice de analfabetismo é um pouco maior para o sexo masculino, 14,5, que para o sexo feminino, 10,8. No período 1976-1982 esta taxa tendeu a se manter estável para os homens (passou de 12,9 para 14,5) e a se reduzir um pouco no caso das mulheres (onde passou de 12,9 para 10,8).

Na verdade o fato que atrai a atenção são as desigualdades regionais que permanecem chocantes. 50% de analfabetos entre os homens jovens (nas faixas 15 a 19 e 20 a 24) encontram-se na zona rural nordestina. Enquanto em São Paulo, no pólo mais desenvolvido a taxa de analfabetismo passa de 4,5 para 3,8 para os homens e de 4,5 para 3,6 para as mulheres, no Nordeste a situação permanece catastrófica, embora se manifeste também uma tendência à queda do analfabetismo. Aí os percentuais persistem num nível muito elevado, como se

pode constatar pela queda de 36,2 para 34,2 para os homens e de 27,3 para 22,9 para as mulheres. As diferenças entre os sexos que são menos expressivas em São Paulo e no Nordeste ganham algum significado.

A distância entre as taxas de analfabetismo do Brasil urbano e do Brasil rural permanece grande. No grupo etário mais escolarizado que é o dos jovens de 15 a 24 anos, que nos interessa especialmente, constata-se que para o período 1976-1982, nas cidades o analfabetismo tende a se estabilizar em 7,5 para os homens e a se reduzir um pouco para as mulheres, caindo de 7,4 para 6,5. É interessante observar que nas cidades as diferenças entre os sexos não se manifestam tão claramente. Em parte porque o analfabetismo feminino não aumentou no período e também porque as mulheres já eram proporcionalmente mais alfabetizadas do que os homens. É possível além disso investigar a possibilidade de uma migração seletiva, onde as mulheres mais alfabetizadas tenderiam a migrar com mais facilidade.

Na zona rural o analfabetismo masculino tendeu a se agravar enquanto o feminino se atenuou, assim encontramos para o Brasil como um todo um aumento de 28,5 para 31,7 no caso dos homens e uma redução de 26,3 para 23,1 para as mulheres. Essas tendências diferentes poderiam ser explicadas pelo fato incontestado dos homens desempenharem trabalhos com horários mais rígidos do que as mulheres na zona rural. O trabalho agrícola é freqüentemente no caso masculino um obstáculo intransponível à freqüência à escola, enquanto pela própria divisão sexual do trabalho, as tarefas atribuídas às mulheres geralmente executadas na casa ou em suas imediações permitiriam conciliar trabalho e estudo. Neste caso as mulheres seriam beneficiadas, pois enquanto o trabalho masculino exige tempo integral, o feminino apresenta características de intermitência, possibilitando algum espaço para o estudo.

As diferenças regionais são escandalosas. Em 1982 encontramos no Nordeste um percentual de <sup>52</sup>19,1 analfabetos, entre os homens jovens na zona urbana e nada menos que 52,0 na zona rural (esses percentuais são em São Paulo 3,5 e 6,3). O analfabetismo masculino manteve-se estável, em torno de 3,5, na zona urbana paulista enquanto no Nordeste cresceu de 16,9 para 19,1 nesta mesma zona. A hipótese mais provável é que este acréscimo seja efeito da migração uma vez que neste período ela se dá mais intensamente a nível intra-regional.

A Tabela nº 25 procura detectar o motivo que levou os jovens a nunca freqüentarem o curso regular. Ela confirma que grande parte do analfabetismo decorre da necessidade concreta de trabalhar e de se possuir ou não um lugar para estudar, mas existe uma percentagem bastante significativa (mais da metade de pessoas) que optaram por uma categoria vaga "outros motivos". É evidente que seria necessário uma investigação mais profunda para identificar o que está por trás desta categoria generalizadora. Podemos adiantar entretanto, que a instabilidade em que vive parte da população deve desempenhar um papel importante neste desfecho.

#### 4.3. O jovem e a escolarização da população brasileira

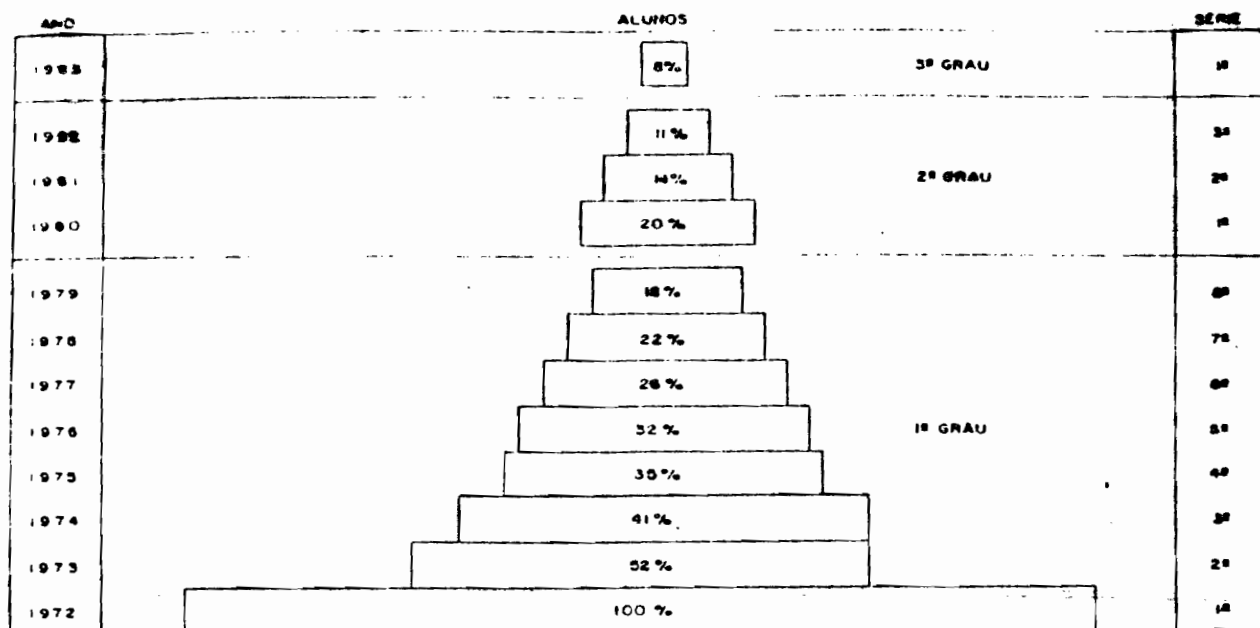
A permanência de grandes insuficiências no ensino fundamental brasileiro, a despeito das metas para a década de 70 propostas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, provocou enorme indignação. "Cotejando a taxa de 90% de escolarização estabelecida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento como meta a ser atingida pelo ensino de 1º grau ao final dos anos 70, com dados do Censo Demo-

gráfico de 1980, que indicam uma taxa de escolarização na faixa dos 7 aos 14 anos da ordem de 67,4%, verifica-se que a escolaridade no país ainda está bem longe de ser alcançada. Isso se torna evidente não só pela extremamente elevada cifra de inatendidos pela escola, como também se sabe que o percurso feito pela maioria dos que figuram entre os escolarizados longe está de se aproximar dos oito anos previstos por lei, encontrando-se ainda, e também, distante da passagem até pelas quatro séries iniciais do 1º grau (...). A julgar por esses dados, praticamente não teria havido expansão da escolarização básica na década, se se toma como referência o conjunto do país, visto que os índices de escolarização nessa faixa etária em 1970 eram da ordem de 66,96%." (Sã Barretto, 1984)

A explicação é que o sistema de ensino vem gerando endemicamente fracassos escolares e repetências que acabam por levar a um estrangulamento justamente no ponto inicial do processo de escolarização. Assim apesar da ampliação do número de vagas, o acesso ao 1º grau permanece bloqueado uma vez que fatores como a má qualidade do ensino, o despreparo de professores, a inadequação do currículo e do sistema de avaliação, faz com que cerca de metade das crianças sejam retidas na passagem da 1ª para 2ª série.

Tal situação de deterioração da escolaridade do 1º grau, principalmente no que diz respeito às 4 primeiras séries, se evidencia quando são comparadas as distribuições dos estudantes brasileiros pelos diversos graus de ensino, como fica claro no que se convencionou chamar de pirâmide educacional brasileira.

**PIRÂMIDE EDUCACIONAL**  
BRASIL 1972-1983



Fonte: Retrato do Brasil, s.d., p. 82.

Isto é: de 100 crianças que entraram em 1972 na 1.<sup>a</sup> série do 1º grau, apenas 8 conseguiram em 1983, matricular-se na 1.<sup>a</sup> série do curso superior (3º grau).

Da Tabela nº 26 é possível extrair as seguintes conclusões, a maioria delas já sugeridas por São Barretto (1984):

- Com a extensão da escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos, aumentaram as oportunidades para aqueles que conseguem entrar na escola de manter-se mais tempo dentro dela. De fato, no espaço destes 10 anos cresceu mais a proporção dos que freqüentam entre as 5.<sup>as</sup> e 8.<sup>as</sup> séries do que as quatro primeiras.
- O atendimento escolar, sobretudo o fundamental (1.<sup>a</sup> até 4.<sup>a</sup> série) está estreitamente ligado à urbanização.

- No que diz respeito à extensão da escolaridade obrigatória a comparação entre as duas áreas representativas dos dois pólos, mostra resultados surpreendentes.

Em Pernambuco caiu inclusive o número absoluto de crianças que freqüentam as quatro primeiras séries, crescendo entretanto substancialmente (40% na área urbana e 80% na área rural) durante a década o número de crianças que freqüentam entre a 5.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> série. Tudo indica que no Nordeste, na prática, a extensão do atendimento escolar obrigatório gerou em contrapartida a diminuição da capacidade da rede escolar absorver a clientela que demanda as quatro primeiras séries.

- A escolarização compulsória de 8 anos é um modelo tipicamente "paulista".

De fato, pesquisa junto aos chamados setores populares da Área Metropolitana paulista constatou que para continuar, pelo menos até a 8.<sup>a</sup> série, famílias, adolescentes e jovens faziam relatos de enormes sacrifícios, envolvendo não só desgaste físico-cotidiano - poucas horas de sono, falta de tempo até para comer etc. - como o adiamento ou mesmo a desistência da compra de alguns bens de consumo (Macedo, 1984).

O cumprimento do curso básico "pelo menos" justifica também as freqüentes voltas à escola apesar das repetições ou interrupções pelos mais diferentes motivos.

Entretanto, o fato mesmo de trabalhar, de um contato mais íntimo com o mercado de trabalho, contribui para aumentar o esforço do jovem e da família de permanecer na escola. Não porque o conteúdo da escola seja importante para o desempenho de seu trabalho, mas porque fica cada vez mais claro para ele e sua família que, na medida

em que o acesso ao sistema escolar é ampliado, elevam-se as exigências que são feitas para a admissão de trabalhadores nos vários setores da economia. Como aliás será demonstrado em análise posterior. Alguns depoimentos revelaram que já na própria história de vida de cada um é perceptível o aumento dos pré-requisitos exigidos para uma mesma ocupação, ou para ocupações tidas tradicionalmente como pouco qualificadas.

Quando nesta pesquisa se procurou analisar os motivos que levaram os jovens a interromper seus estudos, aparecem muito mais dificuldades relativas ao acesso à vida escolar ou a sua própria estrutura que a necessidade de trabalhar — "a escola era longe", "não tinha escola", "não tinha vaga" — e principalmente por situações ligadas à própria estrutura do ensino, no que se refere à organização, conteúdo e à didática. Assim é que, em geral, o jovem chega aos 15 anos bastante atrasado no seu nível de escolaridade, de tal forma que os cursos noturnos e supletivos constituem a resposta mais importante que o sistema de ensino prático vem dando ao fenômeno do jovem trabalhador que demanda mais escolaridade. Os dados são bastante elucidativos — a criação de curso noturno e supletivos constituem a garantia mais concreta da possibilidade de conciliação entre escola e trabalho e é por este processo que vem se dando a democratização da escolarização dos jovens. Quase metade dos jovens da cidade de São Paulo estudaram após as 18 horas. Destes, nada mais que 80% estava disponível para o trabalho, seja trabalhando, seja desempregado.

Foi muito interessante constatar como aliás já havia sugerido Rama (1983), como o conhecido fenômeno da autoculpabilização pelo fracasso escolar em geral, e pela repetência em particular, aliado à forte aspiração por cumprir determinados marcos, sobretudo na oitava série, faz com que a situação dos que estão fora da escola



seja encarada sempre como uma simples interrupção. Na verdade, a frequência à escola, entre os jovens destes setores pode ser encarada como algo intermitente. Desde que a culpa pelo fracasso escolar é dele, o projeto de volta à escola é algo geral entre adolescentes e jovens, que vêem a volta à escola como uma nova chance, uma possibilidade renovada de um desempenho melhor. Assim, é possível dizer que a autoculpabilidade funciona também como demanda por uma permanência mais longa na escola.

Quanto ao 2º grau, a explicação mais corrente, é a dificuldade em encontrar vagas nos cursos noturnos que são cada vez mais procurados. Com efeito, em cada 1.000 alunos matriculados na 1ª série do 1º grau em 1972, apenas 200 (portanto 1/5) se matricularia na 1ª série do 2º grau, em 1980.

No que diz respeito ao ensino superior, paradoxalmente foi aí que se deu a grande melhoria da década. Em 1960, havia um em cada 300 alunos matriculados no primeiro ano do 1º grau. Vinte anos depois já eram 3,4 em cada 100.

A distribuição de matrículas entre as escolas públicas e privadas, permite compreender como se deu o grande salto. Em 1960, a participação relativa das escolas particulares era de 44% e em 1980 aproximava-se dos 65%. Foi essa tendência privatizante do ensino superior, iniciada em meados dos anos 60, que permitiu um alargamento da boca do funil. Um fenômeno recente, que tem se manifestado após a crise, é queda da procura por cursos universitários.

Pela Tabela nº 27 é possível se verificar a correspondência entre a pirâmide de ensino e a posição familiar na escala de rendimento. Ela permite duas considerações:

- É evidente o condicionamento do fator rendimento na distribuição das oportunidades educacionais pela população brasileira, sobretudo a possibilidade de atingir o 2º e o 3º grau.

- Detendo-se entretanto nestes dois graus é possível perceber que nestes últimos 10 anos democratizou-se o ensino do 2º grau na medida em que uma proporção maior de jovens pertencentes a famílias de mais baixo nível de renda passou a ter acesso a este grau de ensino. As famílias entre 2 e 5 salários mínimos foram as mais beneficiadas.

#### 4.4. A qualidade do ensino

Entre os países da América Latina o Brasil encontra-se entre aqueles em que o desenvolvimento da educação tem se dado por processos mais lentos, mais desiguais segundo se trate de populações rurais ou urbanas e de distintas regiões dentro do país, repetindo portanto na área da expansão educacional, as enormes desigualdades regionais que se manifestam como vimos dramaticamente na concentração de renda/distribuição da renda.

Também no que diz respeito à qualidade de ensino a situação brasileira é das mais críticas. De certa forma é esperado que uma expansão quantitativa seja acompanhada por uma queda na qualidade de ensino. No Brasil entretanto, a expansão do ensino entre os jovens vem se dando sobretudo pelos cursos noturnos ou cursos supletivos, cuja qualidade pela sua própria natureza é certamente das mais deficientes.

A implantação dos cursos noturnos encontra uma enorme resistência na própria rede escolar sendo freqüentemente de modo mais ou menos velado, boicotada. A sua precariedade é de tal natureza que freqüentemente é colocada sugerida a sua extinção.

O fenômeno que ocorreu no Brasil nos últimos vinte anos é talvez exemplo mais acabado de que os resultados em termos de expansão de escolaridade pouco tem a ver com o produto nacional bruto principalmente com suas taxas de crescimento.

A democratização da escola sempre esteve associada a decisões políticas que priorizavam a integração nacional, criando via expansão da educação sistemas integrados de comunicação social que servissem de base de sustentação a uma identidade coletiva e a condições mais concretas e efetivas de participação social (Rama, 1984).

O regime militar instalado no Brasil entretanto optou pela integração nacional via telecomunicações. As redes de televisão têm sido um canal de compensação das defasagens educacionais através de tele cursos. O impacto, entretanto, deste sistema de ensino paralelo, são ainda muito pouco conhecidos.

#### 4.5. Nível de Instrução/Ocupação/Nível Salarial

A Tabela nº 28 sugere com muito vigor que ao longo destes 10 anos não só aumentou substancialmente o nível de escolaridade da população jovem trabalhadora como o número de jovens que combinam escola/trabalho. Na verdade, os dados mostram que a escolaridade se tornou uma credencial da maior importância no Brasil de Hoje. De fato, os níveis de escolaridade de crianças, adolescentes e jovens da PEA tendem a ser mais elevados comparados com aqueles que estão fora da PEA.

A visível transformação dos níveis educativos da população jovem trabalhadora brasileira já se manifesta entre as crianças. Para o conjunto do país, em 1970 era de 9,0% de crianças que trabalhavam e que já haviam ultrapassado as cinco séries iniciais. Em 1980, este valor sobe

para 16,8%, sendo que a proporção dos que estão fora do mercado de trabalho permaneceu inalterada. Cai substancialmente entretanto, a proporção das crianças trabalhadoras sem instrução. Naturalmente, o efeito do incremento da expansão da assistência escolar é mais perceptível em São Paulo, onde nada menos de 32,5% de crianças que trabalhavam já haviam ultrapassado as quatro séries iniciais.

Entre os adolescentes, as diferenças são mais perceptíveis. E já é possível sentir até os efeitos da extensão da escolaridade até o segundo grau, entre adolescentes trabalhadores.

É importante marcar a diferença de São Paulo do país como um todo e especialmente de Pernambuco. Os níveis de escolaridade dos que estão fora da PEA são mais elevados nas áreas não-paulistas provavelmente pela ausência de oferta de empregos. Em outros termos, trata-se de jovens desempregados. Fenômeno semelhante acontece com as mulheres, só que neste caso a educação tende a ser uma credencial mais importante. De fato, o nível de escolaridade da juventude trabalhadora feminina tende a ser mais elevada que a masculina, seguindo um padrão internacional.

Spindel (1985), entrevistando empresários, constatou que nas grandes e médias empresas, mais do que nas pequenas, os empresários apontam a escolaridade como o fator mais importante na triagem dos adolescentes. Ao utilizar a escolaridade no processo de seleção, os empresários afirmaram não estar interessados no conhecimento formal ou específico obtido no sistema de ensino. As razões da escolha prendem-se mais ao processo de socialização, ou seja, "o hábito à obediência a certas normas, e padrões de comportamento mais ou menos homogeneizados, que permitam ao empresário certa segurança na previsibilidade das reações deste menor ante as condições de disciplina e de trabalho impostas. (Spindel 85)

A Tabela nº 29 apresenta medianas do rendimento em salários mínimos para diferentes níveis de escolaridade.

O primeiro dado a destacar, é não só a relação positiva entre os níveis de anos de estudo, mas a existência de patamares bastante nítidos, correspondentes a anos de estudo. Assim, é bem marcada a passagem dos sem instrução para a instrução elementar, entretanto, a passagem para além das quatro primeiras séries é bem mais difícil de discernir. As maiores diferenças ocorrem na passagem do nível do segundo grau para o superior. De qualquer forma, estas diferenças são mais marcantes para a população toda do que para a população jovem e também mais significativas entre homens do que entre as mulheres.

Ao longo destes 10 anos, houve um aumento dos níveis salariais medidos em termos de salários mínimos medianos. Entretanto, o aumento ocorreu de forma mais efetiva nos níveis de escolaridade maiores, sobretudo a partir do nível secundário, o que aliás é outra forma de detectar o processo de concentração da renda ocorrido neste período.

As disparidades salariais entre homens e mulheres, e o facto de se acentuarem à medida que se caminha para níveis educacionais mais elevados é um fator já amplamente conhecido, mas continua causando certo espanto sempre que nos deparamos com ele. Em 1980 a mediana de salários para o curso superior entre os homens era quase 10 salários mínimos, entre as mulheres era 4 salários mínimos.

## V — A FAMÍLIA E O JOVEM: ENTRE O CONFLITO E A SOLIDARIEDADE

É de se esperar que o conjunto das intensas mudanças várias vezes assinaladas nos itens anteriores atuem com enorme impacto ao nível da organização familiar e no seu papel socializador. Os grandes volumes e os distantes deslocamentos populacionais realizados pela família em seu conjunto ou por indivíduos isolados certamente levam a rupturas de vínculos conjugais, gerando ainda novos de natureza mais instáveis.

Por sua vez, a monetização da economia, a possibilidade de inserção dos diferentes membros no mercado de trabalho, na certa rompe a antiga estrutura de poder centralizada no chefe.

No fundo, a questão que se coloca é a seguinte:

Qual a capacidade dos pais de entender as novas concepções que emergiram na sociedade relativas a modelos diferentes de união familiar, ao trabalho da mulher, à nova imagem da maternidade, à generalização do uso de anticoncepcionais e às novas formas de gestão e manifestação de autoridade no interior de famílias?

Muito pouco existe de sistematizado como respostas à estas questões, mas as grandes generalizações existentes vão sempre no sentido de intuir a existência de um enorme conflito entre gerações, responsável em parte pelo crescimento da delinquência juvenil e a disseminação da droga entre jovens da América Latina.

É muito interessante constatar entretanto, que não é esta

a tônica que tem predominado nos estudos de família.

Até bem pouco tempo, os estudos sobre a família eram vistos como marginais ou secundários além de tidos como política e cientificamente retrôgados, próprios de "pesquisadores contaminados pela ideologia burguesa" e formulados "para ocultar a realidade da luta de classes" (Durham, 1980).

Vários foram os caminhos que contribuíram para a legitimidade das relações familiares como objeto de preocupação acadêmica. O primeiro deles foi a retomada das questões referentes à reprodução das condições de produção. "A instituição familiar reaparece no quadro das investigações sobre o modo de produção capitalista, dentro da análise do processo de reprodução da FT. E reaparece nos dois momentos desse processo: o da sobrevivência dos trabalhadores adultos e o da formação de novos trabalhadores jovens."

A inexistência de uma teoria marxista também contribuiu. Oliveira (1976) mostra claramente como a reprodução da população está estreitamente ligada ao modo de produção social e como o casamento ou a constituição da família operária é uma estratégia de defesa, na qual homens e mulheres se unem para mediante a venda da FT de um e a produção de valores de uso do outro, sobrevivam à exploração do capital.

Nesta circunstância os filhos são antes um resultado do que um pressuposto da constituição da família.

Essa nova forma de entender a problemática da reprodução das famílias, acabou forjando o conceito de "estratégias de sobrevivência" que apareciam também como fundamentais para retratar as condições de reprodução dos pobres (Lewis, 1959, 1963) e os mecanismos de sobrevivência de grupos marginalizados (Lomnitz, 1975). Outra vertente pela qual os estudos de família ganharam força, foram os estu-

dos na área de Demografia, preocupadas com a reprodução humana como fenômeno social (Oliveira, 1976).

O estudo da família porém, tem se mantido vigoroso por ser uma preocupação constante de pesquisadoras e feministas interessadas na problemática da condição da mulher. No âmbito da unidade doméstica, a família desenvolve forçosamente determinadas estratégias de sobrevivência, que se articulam de formas distintas não só conforme a etapa do ciclo vital familiar, como também de acordo com sua localização na estrutura de classe. Assim, o trabalho da mulher assume características e implicações diversas segundo essas variáveis.

O fato é que, embora originados por diferentes preocupações, o foco de análise passou então a ser o das peripécias e os arranjos que os indivíduos, a partir de suas relações mais próximas com os membros de sua família, realizam para garantir a própria subsistência e a manutenção de um determinado padrão de vida.

O que é importante destacar para nossos objetivos, é que neste enfoque perpassa sempre a idéia da família como uma instituição onde predomina a harmonia e a solidariedade tendo em vista um objetivo comum — conseguir o bem-estar familiar.

Embora o pressuposto da solidariedade e da harmonia já esteja sendo questionado nestas áreas temáticas, não deixa de ser interessante assinalar que quando a temática da família emerge via problemática do jovem, a dimensão do conflito é muito mais acentuada. O conjunto de trabalhos realizados para a CEPAL com vistas ao Ano Internacional da Juventude confirma esta tendência. Parece pois que a imagem de marca que o jovem desfruta na sociedade repercute fortemente nos trabalhos acadêmicos.

A verdade, é que conflito e solidariedade convivem na família, mas o que pretendemos destacar aqui é que através desta com



binação, entre as duas dimensões, do jogo e do confronto é que se torna possível, às vezes, ao jovem elevar-se a níveis sociais acima do nível médio alcançado pelo seu grupo social de origem.

Foi desta forma, por exemplo, que um número substancial de famílias dos setores populares brasileiros, sobretudo paulista propiciou a entrada de jovens no mercado de trabalho viabilizando a participação destes de forma mais intensa no consumo de bens por eles ambicionados, favorecendo ainda a extensão de sua escolaridade. Tanto o jovem como a família, freqüentemente demonstravam ter muita consciência deste jogo complementar, e este aliás é um dos fortes motivos pelos quais o jovem, apesar do conflito permanece morando com a família.

Lançando mão de algumas tabulações especiais de Censos e PNAD'S e complementando-as com conclusões de outras pesquisas é possível explicitar melhor o argumento que estamos desenvolvendo.

A Tabela nº 30 ao fornecer dados sobre taxas de atividades dos diferentes membros da família, segundo seu nível de rendimento, nos dá uma visão, ainda que muito grosseira, de como se organizam as estratégias de soma de rendimentos entre as famílias. Estas tabelas possuem dois tipos de limitações metodológicas muito sérias. A primeira, é que os dados de Censos e PNAD'S não são completamente comparáveis, sendo que as PNAD'S tendem a ser mais sensíveis a trabalhos de caráter muito esporádico e de baixa remuneração, aumentando desta forma o contingente de pessoas que fazem parte da PEA, sobretudo jovens e mulheres.

A segunda, é que os dados estão agregados de tal forma que crianças e adolescentes fazem parte da mesma categoria. Como vimos em análise anterior o comportamento das duas faixas são substan-

cialmente diferentes, em termos de qualidade e quantidade, sendo até possível falar-se em tendências inversas. Apesar destas limitações, a comparação nos oferece um ponto de partida interessante para as considerações que pretendemos desenvolver.

Antes de mais nada, é bom lembrar que trata-se de renda per capita e não renda familiar. Assim, supondo que em média uma família é composta por cinco pessoas, quando estamos falando em renda média de até 1/2 salário mínimo, estamos falando em renda familiar de algo em torno de dois salários mínimos.

É fácil verificar pela tabela que há uma nítida relação inversa entre taxas de participação e nível de renda familiar. O que estaria dentro da relação esperada. Mas verifica-se também uma proporção significativa de adolescentes e jovens que trabalham em faixas cujo rendimento familiar é razoável.

Este dado mostra como é falho o pressuposto de que é sobretudo a pobreza, a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo que coloca os jovens, sobretudo adolescentes em busca de uma atividade remunerada. Levando em conta que existem jovens e adolescentes trabalhadores, em faixas de renda que propiciariam um consumo razoável o mínimo que teria que se fazer é mudar o termo estratégia de sobrevivência para estratégias familiares de estilo de vida. E neste sentido, ela deixaria de ser um fenômeno somente referido aos setores mais empobrecidos, para atingir todos segmentos e grupos sociais.

No entanto esta colocação, tem implícito outro pressuposto que não é verdadeiro. Trata-se da noção de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família seja por problemas materiais objetivos ou por ideologias e crenças no trabalho como "escola da vida" ou com um processo importante de socialização do futuro trabalhador.

Essa forma de encarar o trabalho do jovem, deixa de levar em conta a perspectiva do ator social específico "jovem". Trabalhar, receber algum salário para quem tem uma "autonomia apenas relativa" mas está procurando aumentar seu grau de autonomia, só pode significar liberdade. Outros autores já tocaram nesta questão, só que para eles a busca de autonomia via trabalho está mais ligada aos jovens dos setores médios da população. Bourdieu, mostra que este não é um fenômeno latino-americano. Em uma entrevista, cita "o caso do filho do mineiro que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isto significa entrar no mundo dos adultos". E comenta "uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro para se afirmar em relação aos colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um 'homem'". Pelo menos três pesquisas no Brasil, destacam com muita clareza o sentido de "liberdade" contido na decisão de trabalho dos jovens. Ser livre significava sobretudo ter liberdade para poder tomar com mais autonomia decisões sobre sua vida, sobretudo sobre o consumo e a permanência na escola (Gouveia, 1982); (Spindel, 1985); (Madeira, 1984).

Em discussões com os jovens dos chamados setores populares verifica-se que a roupa — o jeans com grife, o nosso corte de calça, o tênis etc. e o lazer — o som, o gravador, as fitas cassetes, os bailes de fim-de-semana — constituem um tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. A disponibilidade de dinheiro, de um salário significa sobretudo a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família.

Verifica-se também que a necessidade de ostentar marcas visíveis de pertencer à categoria jovem, sobretudo aquelas veiculadas pelos meios de comunicação é um dos pontos nodais de atrito com a família, fonte de intensos e violentos conflitos. As pressões para o consumo entre os jovens é algo generalizado na América Latina. Também é generalizada, nos meios de comunicação, a tendência a oferecer aos mesmos um corpo integrado de símbolos e representações do que é ser jovem. Com relação ao Brasil, talvez se possa detectar duas especificidades.

A primeira, é que grande parte dos jovens pode passar da simples aspiração para o consumo efetivo, porque conseguiram emprego. Neste sentido vale a pena fazer constar o aumento do consumo de bens destinados a "jovens populares" ocorrido recentemente. A proporção de discos e cassetes de música popular brasileira passou de 63% em 1977 para 59,9% em 1980, enquanto que o total de unidades veiculando música popular internacional baixou de 35,4% para 28,9% no mesmo período (Micelli, 1983).

No que diz respeito a roupas, levantamento feito em São Paulo, por agências de pesquisa de opinião e mercado mostra claramente que o maior percentual (59%) dos que declararam pretender comprar roupas em futuro próximo são jovens entre 15 e 29 anos. Entre setores de renda mais baixa, a proporção dos que pretendem consumir roupas é maior, sendo mais significativa a incidência na compra de roupas de cima que são exatamente as que aparecem mais socialmente (Revista Novidades da Moda, nº 202, junho 1976. Pesquisa regular feita em São Paulo por agências de pesquisa de opinião pública).

Outra característica do Brasil é a enorme expansão dos meios de comunicação a que nos referimos antes, e a força de sua presença.

A possibilidade de estudar também está altamente associada a possibilidade de trabalhar. A relação escola/trabalho estava presente nas declarações de forma tão imbricada uma na outra que era efetivamente difícil para o jovem e também para a família decidir sobre qual era mais importante. Algumas vezes, a renda do jovem não era suficiente para arcar com todas despesas escolares que eram então complementadas pela família. Já em outros casos, além de seu próprio sustento, o salário consistia em uma contribuição substancial para a família.

Por sua vez, o fato mesmo de freqüentar a escola o colocar na situação de estudante e portanto de jovem. É ainda Bourdieu quem comenta — "o fato de estar na situação de 'estudante' induz a uma série de coisas que são constitutivas da situação escolar: eles levam os livros amarrados com um cordão, sentam-se nas motocicletas para 'cantar' uma menina, encontram os amigos dos dois sexos fora do trabalho, em casa são dispensados das tarefas materiais porque estão estudando".

O paradoxal de tudo isto, é que os baixos salários percebidos pelos jovens só podem lhes proporcionar esta autonomia à medida que parte de seu custo de reprodução é assumido também pela família. Em outras palavras, à medida que ele é ainda aceito como membro da família, dependente desta instituição. De tal forma que embora haja conflito e tensão há a plena consciência das vantagens da coabitação. Assim, apesar de ameaças constantes de saída de casa por todos os membros da família em geral prevalece a permanência baseada na consciência de que somente somando rendas, acoplando o trabalho doméstico ao remunerado, será possível manter um determinado nível de consumo e qualidade de vida.

Embora da perspectiva do jovem haja todo um interesse em participar do mercado de trabalho, isto não significa que não seja de interesse também da família, seja por razões puramente econômicas, seja por razões de caráter de exercício disciplinar na formação da personalidade preparando o jovem para assumir responsabilidades futuras, seja até por medidas puramente de segurança, ou pelo conjunto todo de fatores. O desejo de que os filhos participem da FT pode ser constatado pelo empenho que as mesmas desenvolvem no sentido de colocar o jovem em alguma atividade remunerada.

Do conjunto de considerações, é interessante registrar como sugestão para um estudo mais aprofundado da existência de uma espécie de "permeabilidade intraclasse" que de certa forma contribuiria para a construção de um substrato favorecido dos setores populares.

Assim Spindel (1985) constatou, que os empregos "formais" são em geral ocupados por jovens cujas famílias pertencem a certos segmentos da classe trabalhadora, cujo nível ocupacional ou de renda traduz-se em possibilidades de acesso a informações sobre a existência destas vagas assim como sua obtenção. O mesmo constatamos nós. Com muita frequência, encontramos filhos que trabalharam com pais e filhas com as mães.

Spindel (1985) testa esta hipótese, apoiando-se nas informações obtidas em respostas a questões que referem-se tanto aos critérios utilizados pelos empregadores para arregimentar os jovens a serem selecionados como a forma como o menor recebe a informação sobre a vaga oferecida.

"Com efeito, mais de 50% das grandes e médias empresas declararam que o recrutamento de menores é feito através de informações obtidas pelos próprios operários, sendo que por volta de 65%

dos menores responderam ter obtido seu emprego graças à indicação de pessoas da família ou amigos. Mesmo entre os menores que estavam no seu segundo emprego, a proporção dos que o haviam obtido por via informal, no círculo de seres familiares e conhecidos foi de 70%, reforçando a tese da mediação do 'hobby' familiar e de amigos na determinação do nível de inserção dos seus membros no mercado de trabalho."

Em outros termos, uma parcela das famílias de baixa renda, que já haviam acumulado um certo estoque de "bens materiais e culturais" manifesto sobretudo em qualificação no trabalho e certo nível de escolaridade puderam se beneficiar do aumento de empregos "formais" gerados neste período, colocando alguns de seus membros nestes empregos, e com isto sofrer uma certa mobilidade social medida em termos de faixa de renda familiar. Já nos casos dos grupos que se aproximam dos níveis de "pobreza crítica", onde a ocupação se dá através de formas esporádicas ou irregulares, a possibilidade de incorporar outros membros é sempre neste mesmo trabalho, o que efetivamente não significa melhora na qualidade de vida.

De outra forma, a comparação entre os resultados de 70/76 detecta a incidência paralela dos dois fatores — na tabela que relaciona tamanho da família e níveis de renda, sobre a proporção de pessoas ocupadas. É nas famílias numerosas e de nível de rendimento relativamente mais alto que se encontram as maiores proporções de pessoas ocupadas. E esta constatação é particularmente verdadeira para 1976, uma vez que, para 1970, há também uma alta participação na ocupação por parte de famílias numerosas de rendimento mensal intermediário (Tabela nº 28).

Ao enfatizar a cooperação familiar, é importante não minimizar o conflito. Na verdade, ele sempre esteve tão presente que a própria decisão de estudar e trabalhar aparece com muita frequência, contraposta simplesmente permanência em casa. A escola sobretudo era o espaço onde podiam encontrar amigos, compartilhar e tentar solucionar problemas muito próximos aos que estavam enfrentando.

Finalmente, podemos concluir que pelo fato de uma proporção de adolescentes e jovens dos chamados setores populares passarem a ter acesso à trabalhos mais bem remunerados, a uma permanência maior na escola e aos meios de comunicação de massa, passaram a ter acesso também à "adolescência", à "juventude", à este status intermediário, temporário, de tolerância de um certo grau de irresponsabilidade porque "nem criança, nem adulto".



## CONCLUSÕES

Sob o impacto do modelo econômico brasileiro que se implanta no país após a instalação do governo autoritário, algumas tendências, próprias e antigas do processo de modernização latino-americano aceleraram-se, novas foram geradas, reorganizando-se assim ao longo dos anos 70 os contornos da estratificação da sociedade brasileira nos seus mais diferentes ângulos.

Um volume já bem razoável de trabalhos tem se dedicado ao entendimento de fatores que atuaram no delineamento destes novos contornos, apoiados em estatísticas oficiais — Censos e PNADs — e tomando como referência um conjunto de variáveis sócio-econômicas "clássicas" tais como renda, ocupações, zonas residenciais, nível de educação etc.

A grande maioria dos trabalhos, não têm por hábito levar em consideração em suas análises a especificidade que certos grupos bio-demograficamente delimitados, como o jovem, a jovem e mulheres adultas dão a este conjunto de variáveis "clássicas" contribuindo à sua maneira, de acordo com suas características, na ordem social que emerge.

Sem a pretensão de especular demais sobre as razões que colocam tais preocupações como secundárias ou marginais, e que certamente são de natureza distinta para mulheres adultas e jovens de cada um dos sexos, é possível encontrar um ponto de explicação comum — a pouca importância atribuída à família na determinação das condições de vida da população.

De fato, durante muito tempo as relações familiares foram objeto de preocupação acadêmica somente em sua ala mais conservadora, ficando nestes casos o foco de análise restrito às suas funções

ideológicas. Já na ala progressista a preocupação com as relações familiares caracterizava-se como preocupação própria de pesquisadores contaminados pela ideologia burguesa, uma vez que da forma como era formulada a problemática acabava por ocultar a realidade da luta de classes.

A nível dos dados secundários, o que se colocava como fundamental de detectar eram os parâmetros que permitiam visualizar a situação que vivia o homem adulto, em geral um chefe de família sobre o qual recaía toda a garantia e responsabilidade da sobrevivência biológica da família ou do nível de qualidade da vida familiar, quando esta estava acima do nível de subsistência.

Por uma série de caminhos que acabaram por se cruzar, a família passou a ser vista por uma nova ótica, que a legitimava como tema de estudo importante ao salientar o papel da "atividade econômica conjunta" de seus membros na determinação da manutenção e reprodução de suas condições de vida. Legitimada através desta perspectiva, o lado da solidariedade, da harmonia entre os diferentes membros é que acabou ganhando destaque nas análises. Por outro lado, na medida em que esta ótica admitia o valor econômico do trabalho doméstico, favoreceu também o florescimento de uma rica discussão sobre a inter-relação trabalho produtivo/trabalho improdutivo, na determinação dos níveis de vida e de salários da população.

Se efetivamente esta nova forma de ver a família legitimou os estudos sobre a esposa, a questão do jovem permanece ainda como uma questão praticamente inexplorada.

A verdade entretanto, é que a família, quando analisada da perspectiva do jovem, suscita toda uma nova ordem de questões. Assim se analisada como locus privilegiado da organização da "estratégia de sobrevivência familiar" ou do ângulo da contribuição feminina

o que sobressai é a dimensão da solidariedade, olhada da perspectiva do jovem o que ressalta é o conflito ou a relação conflito/solidariedade. Se, no caso da temática mulher, somos levados a discutir de imediato a relação trabalho produtivo/improdutivo quando o tema é o jovem enveredamos quase que de forma inevitável pelo terreno do futuro, da democratização da escolaridade, e daí resvalamos imediatamente para a mobilidade social, manipulação das aspirações, frustrações etc.

A ausência de estudos que levem em conta a dimensão do jovem, por si só, justificaria fazer um balanço do que ocorreu no Brasil na última década com esta parcela da população. Entretanto, a revelação de que os novos padrões que emergiram ao longo da última década, com implicações fundamentais para a definição dos rumos da sociedade brasileira, atingiram de forma especial jovens de ambos os sexos, tornando este exercício dos mais oportunos.

Este trabalho se propôs a duas tarefas básicas e complementares — o de mostrar como os jovens foram condicionados a participar das tendências ocorridas ao longo deste período, contribuindo à sua maneira para os novos contornos que assumiu a sociedade brasileira, e em segundo lugar como estas mudanças acionaram mecanismos de expansão ou de acesso à identidade jovem.

Para resgatar o conjunto de conclusões a que chegamos ao longo do trabalho, decidimos por delinear as principais tendências ocorridas ao longo da década, destacando a contribuição específica da população jovem.

### 1. Tendência a uma acentuação da taxa de crescimento declinante

A partir de 1940, a taxa de crescimento da população brasileira tem sido permanentemente declinante, passando de 3,2% ao ano nesta década para os 2,4% registrados em 1980. O declínio ocorrido ao longo da década de 70, decorreu de uma significativa queda na fecundidade aliada a uma reduzida queda nos índices de mortalidade. Assim, as tendências brasileiras estão em sintonia com o que vem ocorrendo de forma generalizada no mundo atual e desmentindo a divulgada idéia da existência de uma "explosão demográfica".

Em consequência destas tendências, a população brasileira modificou seu perfil, tornando-se mais "velha". Entretanto como a tendência à queda na fecundidade é um fenômeno recente, a proporção de jovens (pessoas entre 15-24 anos) aumentou ao longo do período considerado — passou de 20,1% em 70 para 22,0% em 1980. É de se esperar, que ao longo desta década, a proporção de jovens seja ainda mais representativa. Só este fato, justificaria um estudo mais detalhado das formas como o jovem vem se inserindo na sociedade brasileira.

Assim por exemplo, é de fundamental importância conhecer o comportamento reprodutivo das jovens brasileiras, na medida em que este comportamento será o responsável pela evolução da dinâmica populacional dos próximos anos.

Para tanto, vale a pena dividir o grupo das jovens em duas categorias — as adolescentes (15-19 anos) e as jovens (20-24 anos).

No caso das adolescentes, o Brasil segue a tendência que se alinha com outros países da América Latina, que vêm registrando uma proporção crescente de mães nesta faixa etária, sobretudo mães

solteiras. Os dados mostram ainda que este é um fenômeno sobretudo urbano e disseminado pelo país como um todo.

Entre as jovens (20-24 anos) repete-se a tendência geral da queda da fecundidade e de encurtar o período reprodutivo. Vale a pena acrescentar que ainda nesta faixa é significativo o crescimento contínuo de mães solteiras nas cidades.

## 2. Tendência à rápida urbanização

A transferência da população do campo para a cidade decorre de uma série conjugada de fatores — o fechamento de terras nas regiões de fronteiras agrícolas, ainda por expandirem impediu a ocupação mais intensa dessas áreas, ao mesmo tempo em que expulsou os resquícios da população voltada para o autoconsumo e a subsistência inserida nestas regiões.

Paralelamente, a concentração da propriedade fundiária e a modernização das relações de produção no campo, tanto nas lavouras destinadas à exportação, quanto na produção agrícola destinadas ao mercado interno, favoreceram grandes deslocamentos humanos para as cidades. Este é um processo contínuo que vem ocorrendo desde a década de 50, mas que atinge seu apogeu na década de 70.

No conjunto da população que se movimenta do campo para as cidades, os jovens concentram a maior proporção. Este fato, aliado à fecundidade maior na área rural, faz com que a população jovem seja proporcionalmente bem mais representativa nas áreas urbanas brasileiras.

Vale a pena lembrar, mais a título de hipótese já que não existem trabalhos específicos sobre o tema, que no correr da última

década a integração do jovem migrante ocorreu de forma menos conflitante, pelo menos no que diz respeito ao choque cultural. Isto, imagina-se, torna-se possível a partir do momento em que a TV passa a ocupar um papel destacado no cotidiano do brasileiro, integrando não só o mercado brasileiro, mas a sua própria população (sobretudo a população jovem) em códigos mais comuns.

Por outro lado, como a tendência à urbanização e reorganização espacial da população é um processo ainda em pleno desenvolvimento, e que certamente continuará por um longo período não fazem sentido propostas que vêm ganhando força de currículos escolares colados à realidade rural e regional.

### 3. Tendência ao assalariamento como forma de ocupação hegemônica

Se a modernização das relações de trabalho foi intensa no campo, nas cidades ela atingiu formas ainda mais avançadas. Assim, o aumento dos níveis de assalariamento pode ser verificado tanto nas atividades agropecuárias como nas atividades de perfil ocupacional urbano para ambos os sexos.

Entre 1970 e 1980, a participação dos empregados nas atividades rurais entre os homens da seguinte forma: no Brasil passou de 26,5% para 36,6%; em São Paulo de 51,0% para 68,0% e em Pernambuco de 55,0% para 45,5%. Já entre as mulheres, o crescimento foi muito maior, já que evoluiu de 17% para 35% no Brasil, de 29,8% para 56,1% em Pernambuco e de 54,4% para 75% em São Paulo. Assim, o assalariamento no campo foi a tendência amplamente hegemônica nesta década e que levou ao aumento dos níveis de monetização nas distintas relações de trabalho.

Os adolescentes de ambos os sexos, seguiram a mesma tendência apenas com um vigor muito maior, dada queda da proporção daqueles que trabalham sem a contrapartida monetária, como veremos no item que segue.

#### 4. Tendência ao aumento dos níveis de mercantilização, das relações de troca e monetização das relações de trabalho

Em 1970, no Brasil, na área rural, 16,7% de homens e 47,2% das mulheres não recebiam contrapartida monetária por seu trabalho, enquanto em 1980, o percentual de trabalhadores sem remuneração chega ao patamar de 12% entre os homens e 38,9% entre as mulheres. Dois fatores conjuntos e complementares — a maior divisão social do trabalho no Brasil e a ampliação do mercado — vem eliminando as possibilidades da produção para a auto-subsistência ou para a comunidade local obrigando o trabalhador a exercer atividades remuneradas como forma de sobrevivência. Os dados indicam que ao longo desta década este processo avançou.

Entretanto, como os trabalhadores não-remunerados costumam ser sobretudo trabalhadores familiares concentram-se entre as crianças, esposas e jovens de ambos os sexos, sendo portanto os setores populacionais mais atingidos por este processo.

A proporção de adolescentes no Brasil como um todo que não percebiam salários passou de 12,5% para 55,6%, em São Paulo decresceu de 31,4% para 20,4% e em Pernambuco de 54,1% para 29,6%. Entre as adolescentes as quedas foram ainda mais representativas para o conjunto da população brasileira, passando de 65,1% para 49,1%. Esta queda de praticamente 16 pontos percentuais ocorreu de forma mui-

to desigual. O pólo mais desenvolvido apresentou um patamar próximo ao brasileiro enquanto em Pernambuco a perda resumiu-se em três pontos percentuais.

Os jovens (20-24) seguem a tendência mais geral, mas com níveis de queda bem menores, algo em torno de 3 pontos percentuais. O setor destoante neste quadro, são as jovens, cujos níveis de participação em tarefas não-remuneradas reduziram-se drasticamente praticamente pela metade — de 55,6% para 17,9%.

##### 5. Tendência ao crescimento da população economicamente ativa (PEA)

O crescimento dos níveis de atividade da população brasileira é uma tendência nítida no correr dos anos 70. É fundamental entretanto destacar algumas variantes desta tendência mais geral que a detalham e caracterizam.

— A constância das taxas masculinas rurais, que praticamente acompanha os níveis de crescimento da população, tanto no conjunto da população como entre os grupos de adolescentes e de jovens. As diferenças de níveis entre os dois pólos considerados também são muito pequenas, permanecendo em torno de 75% entre os adolescentes, 95% entre os jovens e 78% para o conjunto da população.

— A constância mantém-se quando se toma como denominador o contingente da população trabalhadora, mostrando portanto que a estrutura etária da população trabalhadora rural não se alterou no período.

— A proporção de homens que ocupam-se de tarefas urbanas sobreu um pequeno aumento — algo em torno de cinco pontos percentuais — que repete-se para o Brasil, São Paulo e Pernambuco. Parece



não haver dúvidas de que grande parte da responsabilidade deste aumento coube ao crescimento da PEA jovem, sobretudo a adolescente, cujos ritmos de crescimento foram mais acentuados sobretudo na área mais desenvolvida.

— Tomando como denominador o contingente da população trabalhadora masculina, constata-se que houve um rejuvenescimento da PEA urbana masculina, já que as faixas jovens passaram a ter maior representatividade.

Detendo-se na PEA feminina constata-se tendências bastante diferentes tanto nas taxas globais como nas específicas por idades.

— Embora as taxas de atividades mantenham-se em níveis ainda ~~muito baixos~~ (no Brasil passou de 18,2% em 70 para 26,6% em 80), mesmo na área mais desenvolvida (passou de 23,0% para 30,8%), o ritmo de crescimento foi certamente surpreendente. Esta tendência manifestou-se tanto na área rural como na urbana.

Na área rural, é difícil saber até que ponto houve um crescimento efetivo de trabalhadoras, e o quando decorreu da simples passagem de trabalhadora familiar para trabalhadora remunerada. Já na área urbana não se coloca esta questão.

Enquanto que o crescimento nas áreas rurais tende a ser relativamente homogêneo em ambas as áreas polares consideradas, o crescimento da PEA feminina é bem mais rigoroso nas áreas urbanas de maior dinamismo.

— Estas constatações praticamente repetem-se no caso da PEA adolescente e jovem.

Em suma a PEA brasileira tornou-se mais jovem e mais feminina.

## 6. Tendência à formalização da PEA

A grande surpresa revelada pelo Censo de 80, não foi simplesmente o aumento da PEA jovem e feminina, mas sim a natureza dos empregos em que parte destes setores se inseriram — no setor secundário e terciário produtivo. A surpresa vai por conta da forma de organização da produção adotada — altamente intensiva em capital — e que em geral se acredita ser capaz de gerar menos empregos que absorvessem a população urbana que no período cresceu a taxas elevadas.

— Em ambos os pólos considerados, nas reacomodações entre os setores, ocorridas ao longo dos anos 70, adolescentes e jovens inseriram-se com primazia no setor secundário da economia.

Em São Paulo os adolescentes do sexo masculino passaram de 32% para 45,2%, os jovens de 40,2% para 51,0%. O crescimento percentual nestas faixas etárias para as mulheres foi na mesma proporção — adolescentes passaram de 25,8% para 34,7%, e jovens de 25,2% para 32,5%. Em Pernambuco passou-se entre adolescentes do sexo masculino de 10,5% para 20,6% e de 18,7% para 30,7% entre os jovens. Já para as faixas etárias femininas o avanço do secundário foi menos favorável já que o crescimento percentual foi bem menor 7,5% para 12,5% (adolescentes) e 8,6% para 15,8% (jovens).

No caso específico das mulheres todos os setores de atividade urbana cresceram mais do que a média geral, com exceção justamente do setor de serviços. E naqueles setores significativos em termos de absorção de mão-de-obra feminina, o aumento mais significativo ocorreu exatamente nas indústrias de transformação. Esta tendência foi particularmente marcante entre as jovens.

## 7. Tendência a aumentar a segmentação do mercado

Se é verdade que a dinâmica da indústria e dos serviços criou centenas de milhares de novos empregos inseridos nos setores dinâmicos, é verdade também que não absorveu completamente o grande excedente de FT expulsa das regiões rurais. Este excedente engrossa a cada dia, o contingente de subempregados atrelados aos serviços de consumo pessoal e do pequeno comércio, às pequenas atividades manufatureiras e de reparo, com baixa produtividade e aos setores não-monopolistas da construção civil. Acentua-se portanto a tônica do desenvolvimento brasileiro marcada por uma grande diversidade e segmentação nas relações de trabalho, nos níveis de remuneração e nas condições de vida da população.

Os jovens inseriram-se em ambas as relações de trabalho, como pode ser detectado pelas tabelas que oferecem a posição na ocupação.

A comparação do número de jovens trabalhadores conforme estatísticas do Censo Demográfico (que inclui todos os que declararam trabalhar...) para 1980, com informações fornecidas pela RAIS, para o mesmo ano (que só considera registrado) permite dois tipos de conclusões.

— A incorporação de jovens nos empregos "formais" ocorreu em ritmo mais acelerado do que no mercado de trabalho como um todo.

— Mesmo assim, verifica-se que para cada trabalhador de 10-17 anos registrado, há 10 que não o são. O mesmo cálculo feito para a população jovem (20-24) anos, resulta em 5 para 1 e para a população adulta de 2 para 1.

### 8. Tendência à manutenção dos baixos salários

Permaneceram, ao longo da década, absolutamente majoritários os contingentes de baixa remuneração.

— No Brasil, entre os homens 50% recebem até 1 salário mínimo, 27,6% entre 1 e 2 salários mínimos. Mais da metade da população brasileira masculina (57%) recebe portanto até 2 salários mínimos. Comparativamente a situação paulista é mais confortável (11,7% recebem até 1 salário mínimo, 29,8% até 2 salários mínimos) já que em Pernambuco (nada menos de 54,2% percebiam até 1 salário mínimo e 24,7% até 2 salários mínimos) quase 80% da população (78,2) recebia até 2 salários mínimos.

Entre as mulheres a situação é no mínimo deprimente. No conjunto da população masculina trabalhadora quase metade percebe até 1 salário mínimo e 23,5% entre 1 e 2 salários mínimos. Portanto, nada menos de 1/4 das trabalhadoras têm como contrapartida monetária por seu salário algum valor abaixo de 2 salários mínimos. Contrapondo as duas regiões polares os resultados são os seguintes: em São Paulo 30,6% recebe até 1 salário mínimo e 38,7% entre 1 e 2 salários mínimos, e em Pernambuco, praticamente toda parcela de mulheres trabalhadoras têm uma renda por seu trabalho inferior a 2 salários mínimos assim distribuídas: 71,3% até 1 salário mínimo e 15,9% entre 1 e 2 salários mínimos.

— O argumento de que os baixos salários estariam relacionados ao reduzido número de horas trabalhadas não se sustenta. Somente 8,6% dos homens trabalham menos de 40 horas semanais. Este valor sobe apenas para 13,9% quando se considera aquelas que recebem até 1 salário mínimo. Entre as mulheres, apenas 26,0% trabalham menos que

o turno completo, ascendendo para 31,5% quando se trata da parcela que recebe menos de 1 salário mínimo.

Os adolescentes e jovens, seguem o mesmo padrão. Também a grande maioria está em turno completo, de tal forma que, se o indicador de subemprego for o número de horas trabalhadas é certamente reduzido o número de subempregados, mas que tende a subir substancialmente quando o referencial é nível mínimo salarial.

— Dois fatores parecem ter atuado no alargamento da base da pirâmide salarial na área mais desenvolvida — a ampliação da proporção de adolescentes e esposas na PEA. Este fato é claro na tabela que segue, em que reorganizamos os dados de tal forma que deixe à mostra a distribuição percentual dos que percebem menos do que 1 salário mínimo.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS QUE PERCEBEM MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO

		BRASIL	SÃO PAULO	PERNAMBUCO
CRIANÇAS	Homens	4,6	7,4	4,4
	Mulheres	2,5	5,5	1,7
ADOLESCENTES	Homens	14,2	16,6	12,7
	Mulheres	8,7	15,6	5,8
JOVENS	Homens	9,7	5,3	10,3
	Mulheres	6,5	8,3	5,5
ADULTOS	Homens	34,5	17,5	39,6
	Mulheres	19,0	23,7	32,9
TOTAL		100,0	100,0	100,0

Assim, em São Paulo, a moda da distribuição está entre os adolescentes — 32,2%, seguindo-se, em proporção as esposas — 23,7%.

## 9. Tendência a expansão da educação com pontos de estrangulamentos

### A. A resistência a núcleos de analfabetismos

Os progressos na erradicação do analfabetismo têm se revelado lentos e as perspectivas desfavoráveis na medida em que o fenómeno não atinge apenas a população mais idosa, mas afeta todas as idades. Mesmo se for dado destaque ao grupo etário entre 15 e 24 anos onde tradicionalmente se encontram os índices de escolarização mais altos ainda assim persiste uma significativa proporção de analfabetos. Nesta faixa o índice de analfabetismo é um pouco maior para o sexo masculino 14,5%, que para o feminino 10,8%.

— As diferenças regionais permanecem chocantes — 50% de analfabetos entre homens jovens encontram-se na zona rural nordestina. Em São Paulo, a taxa de analfabetismo passa de 4,3% para 3,8% para os homens e de 4,5% para 3,6% para as mulheres. No nordeste, os percentuais persistem num nível elevado como se pode constatar pela queda de 36,2% para 34,2% para os homens e de 27,3% para 22,9% para as mulheres.

— A distância entre taxa de analfabetismo rural permanece grande. Ao longo do período que se estende de 76-82, o analfabetismo no Brasil tende a se estabilizar em 7,5% na cidade. Na zona rural o analfabetismo ficou em torno de 25%. Na área rural, encontramos no nordeste um percentual de 19,1% analfabetos, entre os homens jovens na zona urbana e nada menos de 52,0 na zona rural.

### B. Democratização vertical, estancamento horizontal

— Se efetivamente houve, ao longo dos anos 70 uma inegã-

vel expansão da escolaridade ela se deu mais no sentido vertical do que horizontal. Ou seja o que tem crescido sistematicamente é uma possibilidade maior de crianças e jovens de permanecerem na escola por um tempo maior. Entretanto, a proporção dos que conseguem, a cada ano, entrar na escola permanece praticamente constante, crescendo basicamente no mesmo ritmo que a população.

— Por esse motivo, e pela volta à escola em cursos noturnos ou supletivos, a taxa de escolarização cresce basicamente na faixa de adolescentes e de jovens. No Brasil a taxa de escolarização de adolescentes passa de 37,03% para 42,33%; em São Paulo de 41,59% para 45,35% e em Pernambuco de 37,0% para 41,97%. Por sua vez a de jovens passa de 15,63% para 17,48% no Brasil, de 19,06% para 17,51% em São Paulo e de 14,84% para 18,42% em Pernambuco.

— Quando se separa a análise por áreas rurais e urbana, é menor a proporção de crescimento nas áreas urbanas sugerindo que o efeito demográfico da migração para as áreas urbanas de certa forma mascara o crescimento das taxas específicas de escolarização para adolescentes e jovens.

— Detendo-se no 2º e 3º graus, é possível perceber que nestes últimos 10 anos democratizou-se o ensino desses graus na medida em que uma proporção maior de jovens pertencentes a famílias de mais baixo nível de renda passou a ter acesso a estes graus de ensino. No que diz respeito especificamente ao segundo grau, é possível perceber um crescimento substantivo na faixa de 2 a 5 salários mínimos.

— No que diz respeito à extensão da escolaridade obrigatória a comparação entre as duas áreas representativas dos dois pólos, mostra resultados surpreendentes. Em Pernambuco caiu inclusive o número absoluto de crianças que freqüentam as quatro primeiras séries, crescendo entretanto substancialmente (10% na área urbana e

So na área rural) ao longo da década o número de crianças que frequentam entre a 5.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> série. É possível levantar a hipótese de que, na prática, a extensão do atendimento escolar obrigatório gerou em contrapartida a diminuição da rede escolar absorver a clientela que demanda as quatro primeiras séries. Assim a escolarização compulsória de 8 anos parece ser um modelo tipicamente "paulista". Isto ocorre não só pela maior oferta de escolas, mas também porque o acesso à escola é facilitado pelo acesso também ao trabalho. A expansão do ensino via cursos suplementares e noturnos, faz com que a natural queda de qualidade do ensino graças à sua democratização seja um fenômeno mais grave no Brasil.

#### 10. Tendência a aumentar substancialmente o nível de escolaridade da população jovem trabalhadora

Ao longo destes 10 anos não só aumentou substancialmente o nível da escolaridade da população jovem trabalhadora como o número de jovens que combinam escola/trabalho.

— Em primeiro lugar cabe assinalar a queda daqueles que não possuem instrução. Entre os adolescentes trabalhadores do sexo masculino este valor passou 8,8% em 1970 para 5,1% em São Paulo e de 58,4% para 42,9% em Pernambuco. Entre os jovens a queda em São Paulo foi de 10,0% para 7,7%, e em Pernambuco de 59,1% para 29,5%.

— Esta queda percentual entre aqueles que não possuem instrução foi amplamente compensada pela proporção cuja escolaridade já ultrapassou as quatro primeiras séries e mesmo o nível médio.

— Como a oferta de empregos para jovens do sexo feminino é menor que para jovens do sexo masculino, a escolaridade tende a



ser uma credencial de entrada no mercado de trabalho mais importante para as mulheres. Este processo ocorre para os dois sexos na área menos desenvolvida.

— Relacionando salários e anos de estudos, é possível constatar que é bem marcada em termos de níveis salariais a passagem dos que não tem instrução para os que possuem instrução elementar. Entre os jovens entretanto, é bem menos nítida a passagem, ainda em termos de níveis salariais para além das quatro primeiras séries. Provavelmente, este dado indica que a maioria destes jovens e adolescentes encontram-se ainda estudando.

#### 11. Tendência ao aumento da segmentação da distribuição da renda familiar entre os setores populares

Não resta a menor dúvida que a incorporação de outros membros na PEA significa um esforço suplementar dos componentes do grupo familiar para, a nível familiar, desenhar uma nova estratégia de sobrevivência. Entretanto ela se especifica diferencialmente para grupos sociais, inclusive os de baixa renda, podendo inclusive propiciar ou não uma melhor situação de renda.

Assim, uma parcela das famílias de baixa renda, que já haviam acumulado um certo estoque de "bens materiais e culturais" manifestos sobretudo em níveis de escolaridade pode se beneficiar do aumento da oferta de empregos "formais", consequência das taxas crescentes de desenvolvimento econômico, e sofrer uma certa mobilidade social medida em termos de faixa de renda familiar. Já nos casos dos grupos que se aproximam dos níveis de "pobreza crítica", ou a ocupação se dá através de formas esporádicas ou irregulares que normalmen

te são extremamente mal remuneradas, e não consideradas como trabalho, ou quando a possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho é inexistente e, neste caso, as estratégias de sobrevivência adquirem formas consideradas "marginais" (esmola, coleta de lixo etc).

A comparação entre os resultados de 70/76 deteta a incidência paralela dos dois fatores —, tamanho da família e níveis de renda, sobre a proporção de pessoas ocupadas. É nas famílias numerosas e de nível de rendimento relativamente mais alto que se encontram as maiores proporções de pessoas ocupadas. E esta constatação é particularmente verdadeira para 1976, uma vez que, para 1970, há também uma alta participação na ocupação por parte de famílias numerosas de rendimento mensal intermediário.

O apelo a dados de uma pesquisa qualitativa nos fez levantar a hipótese de que através de um jogo de solidariedade/conflito na família estaria havendo uma espécie de "permeabilidade entre parcelas de setores populares" que de certa forma contribuiria para a formação de um substrato favorecido no conjunto deste setor.

Os jovens pertencentes a estes setores ascendentes na estrutura de renda familiar seriam aqueles que teriam acesso às novas pautas de "consumo para jovens" que vêm sendo inculcadas pelos meios de comunicação, e à extensão da escolaridade.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Carmen. Esterilização feminina: liberdade e opressão. Revista de Saúde Pública, São Paulo 18:170-80, 1984.
- \_\_\_\_\_. A Saúde da Mulher no Brasil: 1975-1985. São Paulo, Relatório para o Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- BERQUÓ, Elza. Algumas indicações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil. Comunicação à Reunião do G.T. sobre o Processo de Reprodução da População, Teresópolis, 1980.
- BRASLAVSKY, Cecília. Juventud y Sociedad en la Argentina. CEPAL, 1985.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho. Uma avaliação da Década da Mulher. 1975-1985. São Paulo, Relatório para o Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- DURHAM, Eunice R. Família operária: consciência e ideologia. Dados, Rio de Janeiro 23 (2):201-214, 1980.
- FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura de emprego: a experiência dos últimos trinta anos. IN: ALMEIDA, M. H.T. e SORG, B., (org.) Sociedade e Política no Brasil Pós 64, São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 118-165.
- GOUVEIA, Aparecida Joli. O trabalho do menor, necessidade transfigurada em virtude. Cadernos de Pesquisa, São Paulo 44:55-62, fev. 1983.
- HUMPHREY, John e HIRATA, Helena. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. Revista de Economia Política 4 (4): 89-107, out./dez. 1984.
- LEWIS, Oscar. Five families: Mexican case studies in the culture of poverty. New York, New American Library, 1959.

- LEWIS, Oscar. The children of Sanchez. Autobiography of a mexican family. New York, Vintaje Books, 1965.
- LOMNITZ, I.A. Como sobreviven los marginados. México, Siglo Veintiuno, 1977.
- MADEIRA, Felícia R. A jovem brasileira. A experiência dos anos 70 entre os setores populares na cidade de São Paulo. Comunicação à reunião da CEPAL "Pensar la mujer joven: problemas y experiencias preliminares". Santiago, dez. 1984.
- MARTINE, George. A migração repetida e a busca da sobrevivência. Alguns padrões brasileiros. Comunicação à VII Reunião ao G.T. sobre migrações da comissão de População e Desenvolvimento da CLACSO, Buenos Aires, 1980.
- MEDICI, André. O mercado de trabalho brasileiro na conjuntura recente (1976-1983). Comunicação ao IV Encontro Nacional da ABEP, Águas de São Pedro, 1984.
- MELLO, Guiomar Namó de. Ensino de 1º grau: as estratégias da transição democrática. IN: Educação e Transição democrática, São Paulo, Cortez, 1985.
- MICELI, Sérgio. "Entre no ar" e Belíndia. A indústria cultural hoje. São Paulo, IDESP, 1984.
- OLIVEIRA, M. Coleta F.A. Família e Reprodução. São Paulo, FAU/USP, 1976.
- RAMA, Guman. Aspiraciones educativas y cambios de la sociedad. Comunicação apresentada à reunião da CLACSO, Educação, São Paulo, FCC, 1985.
- REVISTA Novidades da Moda 202, jun. 1976.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil: 1930-1975, 1978.

ROSEMBERG, Fúlvia. Diagnóstico sobre a educação da mulher no Brasil. São Paulo, Relatório para o Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

SÁ BARRETTO, Elba Siqueira de. Implantação da escola de 8 anos. Extensão efetiva ao ensino fundamental? Comunicação a 36ª reunião anual da SBPC, São Paulo, jul. 1984.

SPINDEL, Cheywa R. O menor assalariado registrado: condições de trabalho em áreas metropolitanas. São Paulo, Textos IDESP nº 8, 1985.

TABELA 1  
COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO, NOS RECENSEAMENTOS DE 1970 E 1980 POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

CATEGORIA DE IDADE	1970										1980									
	URBANA					RURAL					GERAL					URBANA				
	T	M	F	T	M	T	M	F	T	M	T	M	F	T	M	T	M	F	T	M
0 A 4	14,83	15,04	14,62	13,08	12,56	17,05	16,73	17,39	13,89	14,05	13,55	12,73	13,22	12,26	16,03	15,69	16,40			
5 A 9	14,45	14,66	14,23	13,36	12,87	15,83	15,63	16,05	11,99	12,65	12,19	11,36	11,75	10,98	14,61	14,41	14,83			
10 A 14	12,73	12,80	12,66	12,24	12,08	13,35	13,28	13,43	11,08	12,11	11,86	11,20	11,46	11,12	13,45	13,39	13,50			
15 A 19	11,01	10,78	11,23	11,06	11,43	10,94	10,91	10,94	11,15	11,34	11,47	11,47	11,33	11,61	11,27	11,36	11,18			
20 A 24	8,09	8,71	9,07	9,29	9,54	8,39	8,33	8,45	9,76	9,42	9,75	10,30	10,23	10,37	8,37	8,34	8,40			
25 A 29	6,90	6,85	7,11	7,33	7,50	6,34	6,48	6,60	8,19	7,85	8,02	8,36	8,48	8,64	6,63	6,61	6,65			
30 A 34	6,08	6,04	6,12	6,34	6,59	5,30	5,30	5,49	6,61	6,43	6,49	6,91	6,88	6,94	5,53	5,53	5,59			
35 A 39	5,46	5,40	5,53	5,90	5,95	4,90	4,86	4,95	5,28	5,29	5,39	5,57	5,53	5,62	4,85	4,87	4,88			
40 A 44	4,87	4,93	4,80	5,29	5,24	4,34	4,46	4,20	4,81	5,00	4,80	5,00	5,01	4,99	4,41	4,47	4,25			
45 A 49	3,81	3,87	3,74	4,11	4,07	3,34	3,55	3,30	3,95	3,90	3,93	4,10	4,06	4,13	3,52	3,56	3,47			
50 E MAIS	10,68	10,67	10,69	11,57	11,94	0,95	10,07	9,00	12,23	11,86	12,45	12,61	11,95	13,24	11,30	11,66	10,70			
LABOR IMOBILIZADA	0,20	0,20	0,19	0,21	0,21	0,18	0,18	0,18	0,06	0,11	0,10	0,09	0,09	0,09	0,15	0,15	0,14			
TOTALS	(93.139.037)	(46.331.345)	(44.807.694)	(32.084.994)	(24.857.159)	(41.054.053)	(21.105.318)	(19.950.535)	(119.002.706)	(59.121.361)	(59.879.345)	(80.436.409)	(59.228.040)	(41.208.369)	(38.166.297)	(19.895.321)	(18.670.978)			

Fonte: Censo 1970-1980.

**TABELA 2**  
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE PARA  
BRASIL, REGIÃO SUL E REGIÃO NORDESTE EM 1982

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES	URBANA			RURAL		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
BRASIL									
0-4	13,58	13,93	13,22	12,90	13,44	12,38	15,26	15,09	15,44
5-9	12,22	12,41	12,02	11,35	11,69	11,03	14,37	14,13	14,61
10-14	11,73	12,05	11,42	11,07	11,38	10,78	13,37	13,63	13,09
15-19	11,02	11,08	10,96	10,97	10,98	10,96	11,15	11,33	10,96
20-24	9,23	9,53	9,37	9,74	9,59	9,88	7,98	7,90	8,05
25-29	7,85	7,59	8,11	8,45	8,17	8,70	6,39	6,21	6,57
30-34	6,76	6,75	6,77	7,21	7,21	7,21	5,66	5,67	5,64
35-39	5,55	5,45	5,64	5,79	5,72	5,89	4,91	4,83	4,99
40-44	4,89	4,85	4,92	5,01	4,98	5,05	4,57	4,50	4,58
45-49	4,07	3,95	4,19	4,21	4,09	4,32	3,74	3,62	3,86
50 +	13,09	12,83	13,36	13,29	12,75	13,81	12,61	13,01	12,19
Idade Ignorada	0,00009	0,00018	—	0,00012	0,00026	—	—	—	—
T O T A I S	122.507.125	60.735.153	61.771.972	87.254.535	42.578.356	44.676.179	35.252.590	18.156.797	17.095.793
REGIÃO SUL									
0-4	12,52	12,61	12,42	12,41	12,69	12,13	12,70	12,48	12,95
5-9	11,45	11,67	11,22	10,79	11,23	10,38	12,56	12,39	12,73
10-14	11,82	12,36	11,27	11,03	11,69	10,41	13,15	13,45	12,83
15-19	11,24	11,20	11,27	10,96	10,81	11,11	11,70	11,82	11,58
20-24	9,45	9,40	9,51	9,91	9,76	10,05	8,69	8,83	8,53
25-29	8,15	7,88	8,42	8,65	8,49	8,81	7,30	6,90	7,73
30-34	7,18	7,10	7,25	7,58	7,34	7,82	6,49	6,72	6,24
35-39	5,84	5,78	5,90	6,08	6,01	6,15	5,43	5,40	5,45
40-44	5,04	4,95	5,13	5,13	5,11	5,16	4,88	4,70	5,07
45-49	4,21	4,24	4,19	4,28	4,23	4,33	4,09	4,24	3,94
50 +	13,09	12,79	13,40	13,15	12,63	13,65	13,01	13,06	12,95
Idade Ignorada	—	—	—	—	—	—	—	—	—
T O T A I S	19.676.302	9.829.600	9.846.702	12.389.700	6.057.746	6.331.954	7.286.602	3.771.854	3.514.748
REGIÃO NORDESTE									
0-4	15,68	16,24	15,14	14,78	15,85	14,00	16,71	16,66	16,75
5-9	14,21	14,46	13,96	13,07	13,57	12,63	15,49	15,42	15,57
10-14	13,03	13,52	12,55	12,52	12,99	12,09	13,61	14,08	13,12
15-19	11,41	11,43	11,38	11,75	11,67	11,90	10,47	11,17	10,76
20-24	8,13	7,81	8,45	8,97	8,52	9,36	7,18	7,02	7,35
25-29	6,26	5,95	6,57	6,95	6,56	7,29	5,43	5,29	5,70
30-34	5,68	5,49	5,87	6,15	5,92	6,37	5,15	5,03	5,28
35-39	4,82	4,69	4,95	5,04	4,94	5,13	4,58	4,43	4,73
40-44	4,55	4,50	4,59	4,56	4,50	4,09	4,53	4,50	4,56
45-49	3,47	3,22	3,71	3,49	3,25	3,70	3,44	3,18	3,71
50 +	12,76	12,69	12,83	12,68	12,19	13,12	12,85	13,22	12,47
Idade Ignorada	—	—	—	—	—	—	—	—	—
T O T A I S	36.544.586	17.889.791	18.655.795	19.409.203	9.215.772	10.193.431	17.135.383	8.574.019	8.561.364

TABELA 3

"FECUNDIDADE" DAS ADOLESCENTES E JOVENS POR ESTADO CONJUGAL — BRASIL 1970 E 1980

96

	A	B	B/A	C	C/B	D	D/B	E	E/B	F	F/B
	TOTAL POPUL.	JÁ SÃO MÃES	%	CASADAS	%	SEPARADAS	%	VIÚVAS	%	SOLTEIRAS	%
<b>1970</b>											
<b>GERAL</b>											
15 — 19	5.183.953	426.008	8,2	372.398	87,4	16.583	3,9	1.782	0,4	35.154	8,2
20 — 24	4.205.985	1.813.420	43,1	1.649.134	90,9	66.178	3,6	11.834	0,6	85.885	4,7
<b>URBANA</b>											
15 — 19	3.060.611	200.661	6,5	164.540	82,0	10.320	5,1	999	0,5	24.753	12,3
20 — 24	2.555.988	947.576	37,1	832.641	87,9	43.812	4,6	7.065	0,7	63.817	6,7
<b>RURAL</b>											
15 — 19	2.123.342	225.347	10,6	207.858	92,2	6.263	2,8	783	0,3	10.401	4,6
20 — 24	1.649.997	865.844	52,5	816.493	94,3	22.366	2,6	4.769	0,6	22.068	2,6
<b>1980</b>											
<b>GERAL</b>											
15 — 19	6.803.205	695.319	10,2	563.880	81,1	22.912	3,3	2.191	0,3	93.665	13,5
20 — 24	5.808.713	2.666.716	45,9	2.310.299	86,6	93.884	3,5	14.334	0,5	212.615	8,0
<b>URBANA</b>											
15 — 19	4.804.819	430.571	9,0	327.485	76,0	17.129	4,0	1.424	0,3	75.940	17,6
20 — 24	4.286.214	1.805.478	42,1	1.510.646	83,7	76.750	4,2	10.482	0,6	182.203	10,1
<b>RURAL</b>											
15 — 19	1.998.386	264.748	13,2	236.395	89,3	5.783	2,2	767	0,3	17.725	6,7
20 — 24	1.522.499	861.238	56,6	799.653	92,8	17.134	2,0	3.852	0,4	30.412	3,5

Fonte: Censo 1970-1980



TABELA 4

"FECUNDIDADE" DAS ADOLESCENTES E JOVENS POR ESTADO CONJUGAL — PERNAMBUCO 1970 — SÃO PAULO 1970

A		B	B/A	C	C/B	D	D/B	E	E/B	F	F/B
TOTAL POPUL.		JÁ SÃO MÃES	%	CASADAS	%	SEPARADAS	%	VIÚVAS	%	SOLTEIRAS	%
PERNAMBUCO - 1970											
GERAL											
15 — 19	298.846	23.768	7,9	19.117	80,4	1.558	6,5	124	0,5	2.960	10,1
20 — 24	240.785	98.880	41,1	84.749	85,7	6.210	6,3	688	0,7	7.213	7,3
URBANA											
15 — 19	171.058	13.519	7,9	9.939	73,5	1.103	8,1	78	0,6	2.399	17,7
20 — 24	140.951	55.095	39,1	44.369	80,5	4.373	7,9	393	0,7	5.948	10,8
RURAL											
15 — 19	127.788	10.249	8,0	9.178	89,5	455	4,4	46	0,5	561	5,5
20 — 24	99.834	43.785	43,9	40.380	92,2	1.837	4,2	295	0,7	1.265	2,9
SÃO PAULO - 1970											
GERAL											
15 — 19	947.742	62.797	6,6	56.321	89,7	1.813	2,9	215	0,3	4.431	7,1
20 — 24	834.503	326.221	39,1	303.481	93,0	9.097	2,8	1.759	0,5	11.845	3,6
URBANA											
15 — 19	768.238	44.902	5,8	39.326	87,6	1.553	3,5	167	0,4	3.843	8,6
20 — 24	697.659	251.585	36,1	231.295	91,9	8.002	3,2	1.467	0,6	10.782	4,3
RURAL											
15 — 19	179.504	17.895	10,0	16.995	95,9	260	1,5	48	0,3	588	3,3
20 — 24	136.844	74.636	54,5	72.186	96,7	1.095	1,5	292	0,4	1.063	1,4

Fonte: Censo 1970

TABELA 5

"PECUNIDADE" DAS ADOLESCENTES E JOVENS POR ESTADO CONJUGAL — PERNAMBUCO 1980 — SÃO PAULO 1980

98

	A	B	B/A	C	C/B	D	D/B	E	E/B	F	F/E
	TOTAL POPUL.	JÁ SÃO MÃES	%	CASADAS	%	SEPARADAS	%	VIÚVAS	%	SOLTEIRAS	%
PERNAMBUCO - 1980											
GERAL											
15 — 19	363.153	36.813	10,1	28.221	76,7	1.838	5,0	149	0,4	5.433	14,7
20 — 24	277.760	125.619	45,2	103.026	82,0	6.180	4,9	945	0,7	12.246	9,7
URBANA											
15 — 19	235.735	23.273	9,9	16.526	71,0	1.373	5,9	94	0,4	4.474	19,2
20 — 24	189.524	81.127	42,8	63.079	77,7	4.760	5,9	653	0,8	10.494	12,9
RURAL											
15 — 19	127.418	13.540	10,6	11.695	86,4	465	3,4	55	0,4	959	7,1
20 — 24	88.236	44.492	50,4	39.947	89,8	1.420	3,2	292	0,7	1.752	3,9
SÃO PAULO - 1980											
GERAL											
15 — 19	1.348.793	128.019	9,5	105.159	82,4	3.415	2,7	341	0,3	17.761	13,9
20 — 24	1.327.025	578.567	43,6	509.105	88,0	19.931	3,4	2.550	0,4	43.238	7,5
URBANA											
15 — 19	1.197.986	107.360	9,0	86.401	80,5	3.135	2,9	293	0,3	16.589	15,5
20 — 24	1.205.266	507.307	42,1	441.270	87,0	18.915	3,7	2.314	0,5	41.294	8,1
RURAL											
15 — 19	150.807	20.659	13,7	19.058	92,3	280	1,3	48	0,2	1.172	5,7
20 — 24	121.759	71.260	58,5	67.835	95,2	1.016	1,4	236	0,3	1.944	2,7

Fonte: Censo 1980

**TABELA 6**  
DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM, POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO,  
SEXO, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ATUAL E GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	1970						1980					
	1 ANO			2 ANOS			1 ANO			2 ANOS		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F
<b>CEBAL</b>												
0-4	13,46	13,41	13,52	9,87	9,85	9,90	12,87	13,14	12,61	9,75	10,01	9,49
5-9	14,00	14,00	14,00	14,56	14,54	14,57	12,55	12,75	12,36	13,24	13,43	13,05
10-14	11,71	11,27	12,15	12,24	11,96	12,51	10,98	10,60	11,35	11,36	11,22	11,50
15-19	12,06	10,72	13,44	12,08	10,85	13,34	12,56	11,09	14,02	12,25	11,01	13,48
20-24	12,99	12,56	13,44	13,46	13,09	13,83	13,97	13,39	14,53	14,50	13,82	15,18
25-29	9,51	9,83	9,19	9,95	10,09	9,81	10,88	11,03	10,74	11,35	11,23	11,46
30-34	7,20	7,83	6,59	7,53	8,01	7,04	7,47	8,01	6,94	7,91	8,33	7,49
35-39	5,31	5,73	4,89	5,67	6,04	5,31	5,07	5,52	4,61	5,39	5,81	4,99
40-44	4,10	4,49	3,70	4,36	4,76	3,95	3,92	4,35	3,49	4,14	4,55	3,73
45-49	2,90	3,19	2,61	3,11	3,35	2,86	2,83	3,06	2,59	2,96	3,19	2,73
50 +	6,60	6,83	6,37	7,05	7,32	6,77	6,79	6,95	6,65	7,04	7,29	6,80
Idade Ignorada	0,16	0,12	0,13	0,13	0,14	0,12	0,10	0,11	0,09	0,09	0,11	0,08
<b>T O T A I S</b>	<b>1.813.256</b>	<b>917.619</b>	<b>895.637</b>	<b>2.194.958</b>	<b>1.106.070</b>	<b>1.088.888</b>	<b>2.761.103</b>	<b>1.378.085</b>	<b>1.383.018</b>	<b>3.011.190</b>	<b>1.494.530</b>	<b>1.516.660</b>
<b>CEBANA</b>												
0-4	12,57	12,89	12,17	9,22	9,48	9,00	12,27	12,83	12,24	9,32	9,74	8,93
5-9	12,91	13,32	12,51	13,49	13,87	13,13	11,57	11,94	11,69	12,28	12,63	11,95
10-14	11,08	10,68	11,47	11,61	11,42	11,80	10,40	9,97	11,28	10,73	10,56	10,89
15-19	12,64	10,65	14,52	12,46	10,75	14,09	13,01	11,23	15,32	12,58	11,06	14,03
20-24	14,39	13,91	14,85	14,81	14,49	15,12	14,94	14,40	16,10	15,53	15,00	16,03
25-29	10,15	10,45	9,87	10,56	10,63	10,49	11,45	11,62	11,75	11,98	11,90	12,05
30-34	7,41	8,08	6,76	7,71	8,25	7,21	7,76	8,38	7,48	8,15	8,62	7,69
35-39	5,28	5,78	4,80	5,63	6,02	5,25	5,08	5,56	4,81	5,37	5,82	4,94
40-44	4,06	4,43	3,71	4,31	4,68	3,95	3,83	4,26	3,57	4,05	4,46	3,66
45-49	2,79	2,99	2,59	3,04	3,24	2,84	2,74	2,96	2,65	2,87	3,07	2,69
50 +	6,50	6,55	6,61	7,03	7,03	7,02	6,83	6,75	7,21	7,04	7,05	7,03
Idade Ignorada	0,13	0,14	0,13	0,13	0,14	0,12	0,10	0,10	0,09	0,09	0,11	0,08
<b>T O T A I S</b>	<b>1.132.057</b>	<b>551.461</b>	<b>580.596</b>	<b>1.444.135</b>	<b>704.025</b>	<b>740.110</b>	<b>2.040.857</b>	<b>993.818</b>	<b>10.047.039</b>	<b>2.286.803</b>	<b>1.112.280</b>	<b>1.174.523</b>
<b>CEBAL</b>												
0-4	14,95	14,03	16,02	11,13	10,50	11,85	14,57	13,91	15,31	11,10	10,81	11,43
5-9	15,82	15,03	16,74	16,61	15,73	17,63	15,34	14,84	15,92	16,25	15,77	16,79
10-14	12,74	12,16	13,40	13,43	12,92	14,02	12,59	12,25	12,99	13,35	13,15	13,58
15-19	11,10	10,82	11,44	11,35	11,01	11,75	11,26	10,73	11,88	11,20	10,87	11,58
20-24	10,67	10,51	10,86	10,85	10,65	11,08	11,20	10,81	11,65	11,26	10,41	12,23
25-29	8,46	8,91	7,93	8,77	9,14	8,35	9,29	9,49	9,06	9,35	9,26	9,45
30-34	6,87	7,44	6,18	7,17	7,60	6,68	6,67	7,06	6,22	7,16	7,51	6,78
35-39	5,37	5,65	5,04	5,77	6,07	5,42	5,04	5,41	4,61	5,49	5,81	5,14
40-44	4,18	4,61	3,69	4,46	4,89	3,95	4,17	4,57	3,72	4,42	4,81	3,98
45-49	3,09	3,47	2,64	3,25	3,54	2,91	3,06	3,35	2,72	3,24	3,53	2,91
50 +	6,64	7,25	5,93	7,08	7,81	6,23	6,69	7,47	7,82	7,05	7,97	6,02
Idade Ignorada	0,11	0,11	0,12	0,12	0,13	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,11	0,09
<b>T O T A I S</b>	<b>681.199</b>	<b>366.158</b>	<b>315.041</b>	<b>750.823</b>	<b>402.045</b>	<b>348.778</b>	<b>720.246</b>	<b>384.287</b>	<b>335.979</b>	<b>724.387</b>	<b>382.250</b>	<b>362.137</b>

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS NÃO NATURAIS DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ORDEM RESIDEN, POR SEXO E  
TEMPO DE RESIDÊNCIA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL E GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	1970						1980					
	1 ANO			2 ANOS			1 ANO			2 ANOS		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
GERAL												
0-4	14,97	14,76	15,19	11,35	11,26	11,45	13,50	13,52	13,49	10,66	10,83	10,49
5-9	13,20	13,08	13,33	13,85	13,68	14,04	12,33	12,29	12,37	13,06	13,05	13,63
10-14	10,55	9,99	11,14	10,99	10,48	11,53	10,47	9,83	11,12	10,68	10,30	11,07
15-19	11,91	10,52	13,36	11,60	10,09	13,18	13,17	11,62	14,77	12,31	10,79	13,86
20-24	14,79	15,08	14,48	15,44	15,80	15,06	16,16	16,48	15,83	17,20	17,35	17,06
25-29	10,12	10,58	9,64	10,79	11,22	10,35	10,94	11,08	10,76	11,74	11,77	11,71
30-34	7,22	7,89	6,53	7,63	8,24	7,01	7,13	7,65	6,59	7,59	7,93	7,25
35-39	4,97	5,40	4,51	5,40	5,70	5,09	4,67	5,08	4,25	4,85	5,32	4,37
40-44	3,67	4,08	3,24	3,99	4,45	3,52	3,53	3,96	3,08	3,62	4,01	3,22
45-49	2,59	2,83	2,35	2,71	2,88	2,54	2,52	2,79	2,24	2,52	2,73	2,31
50 +	5,83	5,62	6,06	6,06	6,04	6,09	5,47	5,53	5,39	5,64	5,77	5,51
Idade Ignorada	0,16	0,17	0,16	0,16	0,17	0,15	0,11	0,13	0,09	0,10	0,12	0,09
T O T A I S	615.613	315.358	300.255	785.062	400.564	384.498	929.066	471.367	457.699	1.017.410	512.079	505.331
URBANA												
0-4	14,07	14,32	13,83	10,66	10,86	10,47	13,04	13,34	12,74	10,26	10,62	9,91
5-9	12,10	12,31	11,90	12,73	12,91	12,55	11,43	11,57	11,29	12,15	12,28	12,03
10-14	9,75	9,21	10,29	10,29	9,85	10,72	9,86	9,22	10,48	10,07	9,69	10,45
15-19	12,45	10,43	14,43	11,97	9,99	13,92	13,74	11,87	15,58	12,67	10,89	14,40
20-24	16,51	16,94	16,09	17,12	17,67	16,58	17,49	17,98	17,02	18,68	19,07	18,30
25-29	10,84	11,37	10,32	11,46	11,81	11,12	11,42	11,50	11,33	12,37	12,44	12,31
30-34	7,40	8,05	6,76	7,73	8,35	7,14	7,28	7,81	6,77	7,72	8,07	7,38
35-39	4,87	5,35	4,40	5,32	5,60	5,04	4,61	5,00	4,23	4,73	5,17	4,30
40-44	3,59	3,97	3,22	4,08	4,33	3,51	3,33	3,79	2,88	3,42	3,79	3,06
45-49	2,46	2,60	2,33	2,61	2,71	2,51	2,36	2,59	2,14	2,36	2,53	2,20
50 +	5,76	5,25	6,25	6,00	5,72	6,27	5,32	5,17	5,46	5,45	5,32	5,58
Idade Ignorada	0,19	0,20	0,18	0,18	0,19	0,16	0,10	0,13	0,08	0,10	0,13	0,08
T O T A I S	412.205	204.020	208.185	542.622	268.261	274.361	703.257	348.198	355.059	792.987	390.882	402.105
RURAL												
0-4	16,81	15,58	18,28	12,90	12,60	13,90	14,96	14,02	16,07	12,08	11,51	12,75
5-9	15,43	14,49	16,57	16,37	15,24	17,73	15,14	14,34	16,09	16,27	15,57	17,09
10-14	12,16	11,43	13,05	12,56	11,75	13,54	12,36	11,57	13,32	12,84	12,29	13,49
15-19	10,81	10,69	10,95	10,77	10,31	11,33	11,39	10,89	11,97	11,04	10,46	11,73
20-24	11,40	11,68	10,33	11,68	12,02	11,27	11,99	12,25	11,68	11,99	11,81	12,21
25-29	8,67	9,13	8,11	9,28	10,01	8,41	9,44	9,98	8,79	9,52	9,62	9,39
30-34	6,87	7,59	6,00	7,41	8,02	6,69	6,64	7,17	5,99	7,14	7,46	6,76
35-39	5,16	5,49	4,77	5,59	5,90	5,21	4,85	5,28	4,34	5,27	5,31	4,64
40-44	3,84	4,28	3,29	4,17	4,68	3,55	4,14	4,43	3,79	4,31	4,71	3,65
45-49	2,86	3,24	2,39	2,94	3,22	2,59	3,00	3,34	2,60	3,09	3,40	2,74
50 +	6,00	6,29	5,63	6,21	6,67	5,65	5,92	6,55	5,18	6,32	7,24	5,25
Idade Ignorada	0,11	0,10	0,12	0,12	0,13	0,11	0,15	0,16	0,14	0,11	0,12	0,09
T O T A I S	203.408	111.338	92.070	242.440	132.303	110.137	225.809	123.169	102.640	224.423	121.197	103.226

TABELA 8

TAXA DE OCUPAÇÃO POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E TOTAIS — 1970/1980

ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO	CRIANÇAS		ADOLESCENTES				JOVENS		TOTAL	
			15-17		18-19					
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>HOMENS</b>										
<b>BRASIL<sup>1</sup></b>										
Total	19,5	20,0	54,9	57,7	73,5	76,9	87,7	90,5	71,9	72,4
Urbano	6,6	11,3	38,8	50,4	61,4	73,3	82,2	89,0	65,5	70,3
Rural	33,4	35,6	73,4	72,2	87,0	85,0	94,6	90,0	80,1	78,8
<b>SÃO PAULO<sup>1</sup></b>										
Total	13,1	15,6	57,9	64,6	74,7	82,8	88,8	93,0	72,3	75,3
Urbano	8,8	13,4	53,0	63,0	70,6	81,8	87,3	92,5	70,3	75,0
Rural	28,3	30,7	74,0	74,7	88,9	90,1	94,7	97,0	80,0	79,5
<b>PERNAMBUCO</b>										
"15-19"*										
Total	20,1	24,4	57,3	60,4	—	—	86,2	87,9	71,0	69,7
Urbano	4,3	11,7	35,6	49,4	—	—	77,2	85,2	58,1	64,5
Rural	37,6	42,2	81,7	78,8	—	—	96,9	93,5	75,3	78,2
<b>MULHERES</b>										
<b>BRASIL<sup>1</sup></b>										
Total	6,5	8,4	21,4	27,4	27,3	37,1	27,7	38,5	18,2	26,6
Urbano	5,6	7,1	25,0	30,1	34,6	43,4	36,3	45,7	22,3	30,8
Rural	7,6	10,8	16,5	22,8	17,0	22,4	15,0	20,3	12,3	17,6
<b>SÃO PAULO<sup>1</sup></b>										
Total	9,0	10,0	37,2	43,4	42,3	53,6	38,8	48,8	23,0	32,6
Urbano	9,1	9,2	39,3	43,9	46,9	57,0	43,4	51,5	25,5	34,2
Rural	9,0	14,7	28,1	39,3	21,8	30,5	15,6	25,0	11,3	20,6
<b>PERNAMBUCO</b>										
"15-19"*										
Total	5,0	8,9	18,8	24,7	—	—	24,2	34,9	17,0	25,4
Urbano	3,9	5,9	22,3	23,9	—	—	33,2	39,3	25,0	26,8
Rural	6,4	13,6	14,0	26,0	—	—	12,7	25,5	12,2	22,7

Notas: Os dados referentes a 1970 foram retirados de uma tabulação especial — Perfil Estatístico de Mães e Filhos. IBGE.

Os dados referentes a 1970 de Pernambuco foram retirados do próprio Censo Demográfico. IBGE.

Os dados referentes a 1980 foram utilizados do próprio Censo Demográfico. IBGE.

\* Não existe dados discriminados para as faixas 15-17 e 18-19.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR SEXO, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS — BRASIL, SÃO PAULO, PERNAMBUCO

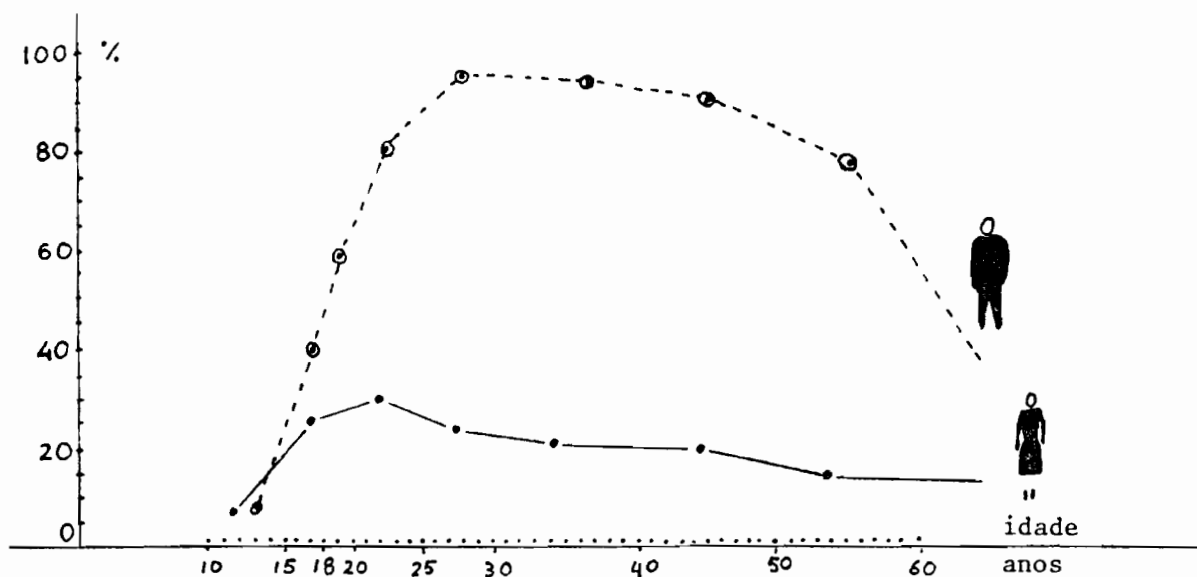
1970-1980

	TOTAL DA PEA		CRIANÇAS		ADOLESCENTES				JOVENS	
	H	M	H	M	15-17		18-19		H	M
					H	M	H	M		
1970										
BRASIL										
Total	(22.939.191)	(5.996.294)	4,9	6,4	7,3	11,6	5,9	9,0	15,2	19,6
Urbano	(11.646.480)	(4.376.764)	1,8	4,1	5,4	10,7	5,1	9,2	15,5	21,0
Rural	(11.292.711)	(1.619.530)	8,2	12,6	9,2	14,0	6,7	8,6	14,8	15,7
SÃO PAULO										
Total	(4.678.857)	(1.507.182)	2,9	6,2	6,9	14,2	5,6	10,2	15,1	21,1
Urbano	(3.652.593)	(1.381.539)	1,9	5,3	6,2	13,3	5,2	10,0	15,3	21,5
Rural	(1.026.264)	(125.643)	6,3	16,4	9,4	24,0	6,8	11,4	14,7	17,0
PERNAMBUCO										
Total	(1.186.237)	(348.566)	15,0	3,0	12,0	12,0	—	—	14,0	13,0
Urbano	(547.003)	(223.081)	1,4	3,2	9,7	17,1	—	—	16,7	20,9
Rural	(669.234)	(95.485)	8,6	10,2	15,4	18,7	—	—	13,5	13,3
1980										
BRASIL										
Total	(31.396.986)	(11.842.726)	4,6	5,2	7,7	10,0	6,2	8,1	16,3	19,3
Urbano	(20.602.752)	(9.646.668)	2,6	3,6	6,7	9,3	6,0	18,1	17,3	20,3
Rural	(10.790.234)	(2.196.058)	8,5	12,1	9,5	13,4	6,4	7,9	14,4	14,7
SÃO PAULO										
Total	(7.245.299)	(3.166.427)	2,9	4,2	7,2	11,0	5,9	9,1	17,2	20,8
Urbano	(6.361.729)	(2.972.787)	2,4	3,7	7,0	10,6	5,9	9,1	17,5	21,1
Rural	(883.570)	(193.640)	6,2	12,2	9,0	18,1	6,4	9,8	15,0	16,0
PERNAMBUCO										
Total	(1.452.809)	(583.456)	6,7	6,2	8,2	8,4	6,0	6,6	14,8	16,6
Urbano	(830.817)	(400.318)	3,0	3,6	6,6	7,4	6,0	6,7	16,7	18,6
Rural	(621.992)	(183.138)	11,3	12,0	9,3	11,3	5,5	6,4	11,1	12,3

Fonte: Censo 1970/1980.

## TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE, SEGUNDO A IDADE

BRASIL — 1970



FONTE: Censo Demográfico de 1970.

Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil/UNICEF — 1982.

Apud Bruschini (1984).

TABELA 10

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO SETOR AGRÍCOLA, SEGUNDO  
O CENSO DEMOGRÁFICO E O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980

POPULAÇÃO ECONOMI- CAMENTE ATIVA	BRASIL			SÃO PAULO		
	CENSO AGRÍCOLA*	CENSO DE- MOGRÁFICO**	(SUBESTI- MAÇÃO)	CENSO AGRÍCOLA	CENSO DEMOGRÁFICO	(SUBESTI- MAÇÃO)
Total	21.163.735	12.661.017	8.502.718	1.376.463	1.175.002	201.461
Homens	14.282.767	11.050.510	3.232.257	1.078.381	989.824	88.557
Mulheres	6.880.968	1.610.507	5.270.461	298.082	185.178	112.904

Fontes: IBGE/Censo Demográfico 1980 — Brasil e São Paulo

IBGE/Censo Agropecuário 1980 — Brasil e São Paulo

\* pessoas de 14 anos e mais

\*\* pessoas de 10 anos e mais

Apud Bruschini (1985)



TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - CRIANÇAS URBANAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL

	MULHERES									
	CRIANÇAS					JOVENS				
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
	TOTAL					TOTAL				
	CRIANÇAS					JOVENS				
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>ATIVIDADES INDUSTRIAIS</b>	(57.178)	(162.551)	(482.347)	(1.169.805)	(824.434)	(1.758.667)	(4.459.535)	(8.988.698)	(27.873)	(58.350)
Empregados	87,81	92,61	89,61	85,31	83,61	76,31	75,91	72,91	92,91	94,51
Autônomos	4,81	5,31	5,41	6,31	7,71	19,91	17,91	17,91	6,31	4,31
Empregadores	0,001	0,12	0,031	0,12	0,31	0,071	0,041	0,041	0,012	0,012
Não remunerados	7,31	5,71	1,81	1,21	0,41	0,081	0,21	0,31	0,31	0,21
Sem declaração	—	0,81	—	0,81	—	1,—	0,61	0,61	—	0,51
<b>COMÉRCIO DE VAREJO</b>	(37.871)	(100.979)	(214.644)	(429.749)	(257.793)	(479.649)	(370.387)	(2.927.605)	(5.849)	(18.365)
Empregados	79,41	71,51	84,41	87,1	73,81	79,91	72,1	58,31	84,81	84,81
Autônomos	14,11	0,011	5,31	8,81	23,41	13,1	24,1	31,71	5,71	6,61
Empregadores	0,012	18,91	0,041	0,31	1,01	1,01	2,01	1,51	—	0,11
Não remunerados	6,11	5,11	1,51	2,91	1,81	1,11	4,51	0,91	5,91	7,31
Sem declaração	—	1,21	—	0,81	—	0,41	—	0,41	1,01	1,01
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	(50.899)	(99.428)	(152.947)	(413.757)	(200.595)	(509.337)	(1.234.986)	(3.057.153)	(154.184)	(256.520)
Empregados	79,01	76,11	86,61	86,51	77,11	78,81	60,31	62,81	92,11	90,81
Autônomos	16,11	17,11	10,21	9,81	21,11	17,81	36,41	30,41	2,51	3,91
Empregadores	0,011	0,011	0,091	0,31	0,61	1,81	2,41	—	—	—
Não remunerados	4,31	5,31	2,81	2,51	1,01	0,71	0,71	0,71	0,21	1,61
Sem declaração	—	1,31	—	0,81	—	0,61	—	0,51	—	3,51
<b>TRANSP. COMÚN. ARMAZ.</b>	(5.474)	(11.595)	(61.793)	(106.796)	(169.258)	(278.391)	(1.182.640)	(1.660.565)	(280)	(539)
Empregados	85,71	70,1	88,1	84,21	84,81	79,81	77,31	68,91	100,1	90,71
Autônomos	8,11	24,51	8,51	12,61	0,021	19,71	27,71	29,01	—	3,81
Empregadores	—	0,081	0,031	0,21	—	0,31	0,51	1,21	—	—
Não remunerados	6,01	4,21	2,61	2,11	0,011	0,51	0,31	0,21	—	4,11
Sem declaração	—	1,01	—	0,81	—	0,51	—	0,41	—	1,81
<b>ATIV. SOCIAIS</b>	(2.061)	(9.403)	(20.765)	(53.634)	(63.763)	(118.716)	(482.932)	(850.150)	(1.616)	(5.356)
Empregados	97,1	89,91	97,01	95,21	96,71	93,61	93,31	87,21	89,11	88,71
Autônomos	0,31	2,51	1,41	1,91	1,81	3,11	1,71	8,61	6,61	6,61
Empregadores	—	0,11	0,031	0,11	0,071	0,41	0,21	2,01	—	—
Não remunerados	0,41	5,71	1,081	1,71	1,31	1,21	4,41	1,41	4,21	3,01
Sem declaração	—	1,61	—	0,91	—	0,81	—	0,81	—	1,61
<b>ADM. PÚBLICA</b>	(3.652)	(5.866)	(75.026)	(101.256)	(144.868)	(183.399)	(992.147)	(1.351.517)	(174)	(558)
Empregados	25,81	51,61	54,31	81,91	77,41	87,41	68,1	16,31	27,21	37,81
Autônomos	1,91	11,31	2,51	6,71	4,81	4,31	1,71	12,21	2,81	12,21
Empregadores	—	0,081	—	0,11	0,761	0,61	0,671	2,51	—	—
Não remunerados	77,11	15,1	42,81	2,31	17,21	0,41	16,31	0,61	69,71	18,51
Sem declaração	0,071	15,81	0,11	9,31	0,31	1,11	0,61	8,11	0,31	37,31
<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	(48.835)	(13.502)	(212.738)	(105.585)	(229.487)	(201.786)	(1.111.646)	(877.961)	(11.283)	(2.945)
Empregados	25,81	51,61	54,31	81,91	77,41	87,41	68,1	16,31	27,21	37,81
Autônomos	1,91	11,31	2,51	6,71	4,81	4,31	1,71	12,21	2,81	12,21
Empregadores	—	0,081	—	0,11	0,761	0,61	0,671	2,51	—	—
Não remunerados	77,11	15,1	42,81	2,31	17,21	0,41	16,31	0,61	69,71	18,51
Sem declaração	0,071	15,81	0,11	9,31	0,31	1,11	0,61	8,11	0,31	37,31

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E OCUPAÇÕES URBANAS - CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JUUVENS, TOTAL

	SÃO PAULO											
	MENORES				ADOLESCENTES				JUVENS			
	CRIANÇAS			TOTAL	ADOLESCENTES			TOTAL	JUVENS			TOTAL
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
<b>ATIVIDADES INDUSTRIAIS (14.575)</b>	(51.711)	(412.347)	(303.596)	(1.895.235)	(3.205.757)	(44.576)	(24.192)	(97.127)	(214.646)	(83.937)	(209.904)	(308.449)
Empregados	94,71	95,61	93,31	88,71	97,51	97,51	97,21	99,21	99,21	99,31	98,21	97,61
Autônomos	1,81	3,01	3,91	8,61	8,81	0,61	0,51	0,31	0,11	0,31	2,01	1,01
Empregadores	—	0,061	0,41	2,61	2,51	—	0,031	—	0,031	0,061	—	0,51
Não remunerados	3,41	0,71	0,21	0,21	1,81	1,81	1,51	0,41	0,21	0,21	0,11	0,31
Sem declaração	—	0,41	—	0,31	0,21	—	0,51	—	0,31	—	0,41	—
<b>COMÉRCIO DE VAREJO (13.607)</b>	(30.721)	(124.776)	(69.684)	(512.589)	(786.483)	(2.819)	(7.769)	(30.221)	(81.643)	(27.060)	(70.853)	(114.586)
Empregados	89,81	92,21	92,51	82,41	83,31	24,41	92,51	96,41	98,81	92,71	92,01	76,11
Autônomos	6,31	7,01	4,51	13,01	25,91	2,71	2,61	2,081	1,351	5,21	5,11	20,31
Empregadores	—	0,061	1,031	3,11	9,41	—	0,051	—	0,11	0,151	1,01	1,11
Não remunerados	3,51	2,31	2,11	1,01	0,71	2,71	4,01	1,41	1,21	1,71	1,31	2,61
Sem declaração	—	0,31	—	0,21	0,21	—	0,81	—	0,31	—	0,31	—
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (10.067)</b>	(27.505)	(117.354)	(56.340)	(375.813)	(908.076)	(50.488)	(64.978)	(166.893)	(201.941)	(114.265)	(175.742)	(634.924)
Empregados	84,91	89,71	80,11	64,11	64,11	99,71	96,91	97,51	94,71	92,91	89,1	78,61
Autônomos	11,11	7,51	17,91	25,71	28,1	0,81	3,11	2,21	3,61	6,61	8,31	12,31
Empregadores	—	0,071	0,71	1,81	6,81	—	—	—	0,031	0,081	0,31	1,01
Não remunerados	3,81	4,11	1,11	0,71	0,31	0,11	0,61	0,11	0,51	0,21	0,51	0,71
Sem declaração	—	0,41	—	0,41	0,31	—	1,21	—	1,061	—	0,91	—
<b>TRANSP. COMÉRC. ABRAV. (11.440)</b>	(2.604)	(35.084)	(45.989)	(332.604)	(444.523)	(145)	(179)	(2.663)	(5.000)	(4.305)	(12.272)	(18.436)
Empregados	90,51	90,21	86,21	77,81	71,41	1001	97,71	99,51	99,31	98,91	99,01	94,71
Autônomos	5,31	7,91	13,11	21,31	26,81	—	2,21	0,41	0,181	1,01	0,31	0,81
Empregadores	—	0,11	0,21	0,31	1,21	—	—	—	—	—	0,21	0,91
Não remunerados	4,11	1,11	0,41	0,11	0,141	—	—	—	0,21	—	0,081	0,11
Sem declaração	—	0,41	—	0,31	0,21	—	—	—	0,21	—	0,31	—
<b>MTS. SOCIAIS (4.892)</b>	(4.892)	(16.962)	(15.180)	(119.875)	(222.998)	(317)	(1.763)	(9.484)	(34.768)	(44.546)	(81.006)	(484.269)
Empregados	97,91	94,01	96,51	93,01	85,51	96,21	94,31	95,41	97,91	97,1	95,31	94,31
Autônomos	0,81	1,41	1,91	2,21	9,81	2,51	2,01	3,01	1,091	1,81	2,51	2,21
Empregadores	—	0,081	0,11	0,71	2,61	—	—	—	0,031	—	0,31	0,081
Não remunerados	1,11	2,71	1,31	4,21	1,31	1,21	2,61	1,51	0,51	1,11	0,91	1,31
Sem declaração	—	1,61	—	0,81	0,51	—	0,91	—	0,31	—	0,51	—
<b>MTS. PÚBLICA (2.280)</b>	(2.280)	(15.046)	(21.005)	(416.922)	(279.101)	(32)	(218)	(1.536)	(5.603)	(4.955)	(15.885)	(37.167)
<b>OUTRAS ATIVIDADES (14.657)</b>	(14.657)	(72.938)	(38.951)	(377.586)	(288.128)	(3.981)	(713)	(29.703)	(26.506)	(35.421)	(54.367)	(110.288)
Empregados	41,31	86,21	72,91	91,01	79,51	39,71	75,41	80,51	96,11	87,61	96,01	82,71
Autônomos	0,71	3,61	1,031	12,21	9,51	0,11	3,21	1,91	1,31	5,31	1,91	8,71
Empregadores	—	0,121	0,11	0,81	3,11	—	—	—	0,11	0,011	0,11	0,91
Não remunerados	56,71	3,91	0,41	9,41	0,11	56,81	3,91	17,31	0,11	6,81	0,081	10,01
Sem declaração	0,021	6,01	4,91	0,71	7,41	0,21	17,31	0,061	2,31	0,031	1,81	0,21

Fonte: Censo 1970-1990

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO SELINGUO FOSILIA NA OCUPAÇÃO - OCUPAÇÕES URBANAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL - PERMANENTE

	HOMENS										MULHERES									
	CRIANÇAS					JOVENS					ADOLESCENTES					JOVENS				
	1970	1980	1990	2000	TOTAL	1970	1980	1990	TOTAL	1970	1980	1990	2000	TOTAL	1970	1980	1990	2000	TOTAL	1970
<b>ATIVIDADES INDUSTRIAIS</b>	1.835	6.034	16.000	39.930	61.849	32.866	63.429	182.350	321.689	516	2.941	4.110	10.415	5.137	14.518	19.244	38.226			
- Empregados	83,5	78,9	91,4	88,5	85,9	91,4	89,9	85,9	83,5	72,6	36,7	69,8	77,7	91,0	90,1	86,0	79,7			
- Autônomos	5,6	8,7	7,0	8,6	7,9	8,4	12,4	13,4	13,4	20,0	50,3	8,5	19,2	7,1	8,9	11,0	17,1			
- Empregados	-	0,1	0,02	0,2	0,2	0,2	0,4	1,2	1,8	-	-	-	0,03	1,6	0,1	0,3	0,8			
- Não remunerados	10,8	11,1	1,5	1,6	0,3	0,2	0,2	0,4	0,4	2,1	11,9	1,6	2,3	0,7	0,4	0,9	1,7			
- Sem declaração	-	1,0	-	0,9	0,01	-	0,8	-	0,6	-	-	-	0,7	-	0,4	-	0,5			
<b>COMÉRCIO DE MERC.</b>	1.756	4.709	9.834	18.137	32.732	21.844	43.429	104.135	145.009	127	712	2.304	7.737	4.332	11.718	18.389	34.972			
- Empregados	85,5	49,4	69,0	72,0	60,4	69,0	60,4	69,0	60,4	43,9	79,5	64,1	88,8	88,7	87,9	84,0	85,3			
- Autônomos	28,9	19,6	21,5	21,5	37,8	37,8	22,7	58,9	50,5	11,8	21,2	6,9	7,7	10,2	9,5	39,0	38,7			
- Empregados	-	-	0,04	0,3	0,4	1,3	1,3	1,8	3,8	-	0,5	0,1	0,05	0,06	0,5	0,8	2,1			
- Não remunerados	5,5	9,3	3,3	4,9	1,7	1,7	0,7	1,2	1,2	6,6	12,9	1,8	2,7	9,9	1,2	1,4	2,9			
- Sem declaração	-	1,5	-	0,8	-	-	0,4	-	0,4	-	1,1	-	0,6	-	0,6	-	0,7			
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	1.184	4.164	6.904	16.160	28.352	18.559	38.876	49.983	114.266	5.988	10.047	28.139	37.720	21.588	27.200	118.695	171.323			
- Empregados	31,1	75,3	81,6	80,2	72,4	72,4	76,7	79,2	81,7	96,4	87,0	94,1	89,0	85,1	84,6	71,6	67,9			
- Autônomos	20,2	18,8	16,5	16,3	26,4	26,4	20,9	41,1	33,8	3,5	6,4	5,1	7,2	14,5	13,0	28,0	29,1			
- Empregados	-	-	0,05	0,1	0,2	0,2	1,0	1,0	3,2	-	-	-	0,01	-	0,1	0,1	0,4			
- Não remunerados	2,6	4,1	1,7	2,4	0,8	0,8	0,6	0,4	0,6	0,06	2,5	0,1	0,6	0,2	0,6	0,1	0,8			
- Sem declaração	-	1,2	-	0,7	-	-	0,6	-	0,4	-	3,5	-	2,7	-	1,4	-	1,6			
<b>TRANSPORTE, COMÉRCIO, EABRILHACON</b>	230	694	2.788	4.581	8.480	8.480	11.656	55.473	69.214	4	11	169	206	372	978	2.102	4.684			
- Empregados	78,0	44,8	68,7	72,1	84,7	84,7	74,1	78,6	65,4	100,0	63,6	100,0	98,0	98,9	98,7	98,0	96,7			
- Autônomos	16,0	47,4	10,8	23,5	14,6	14,6	24,4	20,6	32,8	-	36,3	-	1,9	1,9	-	1,4	1,3			
- Empregados	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,4	0,9	-	-	-	-	-	-	-	0,1			
- Não remunerados	7,3	6,7	2,2	2,5	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	-	-	-	-	-	-	-	0,9			
- Sem declaração	-	1,0	-	1,4	0,04	-	0,6	-	0,4	-	-	-	-	-	-	-	0,1			
<b>ATIVIDADES SOCIAIS</b>	67	108	713	1.451	2.716	2.716	4.393	24.124	33.536	66	167	2.338	4.878	10.154	15.465	43.260	88.193			
- Empregados	100,0	97,5	97,6	92,4	97,6	97,6	93,6	95,0	90,8	87,8	79,0	90,8	92,5	96,3	95,1	94,9	94,0			
- Autônomos	-	3,7	1,5	5,0	1,5	1,5	4,1	1,5	5,3	12,1	17,0	1,9	4,8	2,7	2,9	3,0	3,2			
- Empregados	-	-	-	-	-	-	0,2	0,1	1,1	-	-	-	0,1	-	0,2	0,03	0,5			
- Não remunerados	-	-	0,5	0,8	0,7	0,7	1,2	3,1	1,06	-	-	1,1	1,1	0,8	0,6	1,9	1,3			
- Sem declaração	-	3,7	-	1,7	-	-	0,6	-	0,4	-	2,9	-	1,3	-	0,9	-	0,9			
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	54	128	3.637	5.009	8.032	8.032	9.039	52.856	64.321	4	8	205	742	1.199	2.896	2.940	12.231			
<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>	2.157	636	10.158	3.365	11.226	11.226	6.586	48.077	30.191	342	99	2.874	1.285	4.010	3.825	13.151	12.084			
- Empregados	32,3	36,0	31,6	63,5	62,0	62,0	85,2	62,0	13,0	11,1	29,2	31,6	41,4	52,1	77,5	48,1	70,7			
- Autônomos	1,9	18,0	1,6	14,0	3,6	3,6	6,1	8,6	16,0	3,5	22,2	18,0	33,4	19,5	16,7	23,4	20,0			
- Empregados	-	-	-	-	0,03	0,03	0,4	0,2	1,7	-	-	-	0,2	0,1	0,1	0,06	1,1			
- Não remunerados	84,5	22,0	64,4	3,2	31,5	31,5	0,5	27,9	1,0	85,3	25,2	49,8	1,4	28,0	0,8	25,8	1,3			
- Sem declaração	-	23,0	0,2	14,0	0,7	0,7	2,5	0,9	8,1	-	23,2	0,1	14,2	0,1	4,1	0,46	6,8			

FONTE: Censo 1970/1990

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: A INFÂNCIA, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL

	HOMENS										MULHERES									
	CRIANÇAS					JOVENS					ADOLESCENTES					JOVENS				
	1970	1980	1970	1980	1990	1970	1980	1990	2000	TOTAL	1970	1980	1990	2000	TOTAL	1970	1980	1990	2000	TOTAL
<b>MASculino</b>																				
Agricultura	649,789	(897,042)	(1,804,092)	(1,741,479)	(1,639,083)	(11,832,693)	(11,050,510)	(175,655)	(202,447)	(286,042)	(321,138)	(166,640)	(189,911)	(1,237,659)	(1,610,907)					
Trab. Agric. Volante	-	13,0	-	15,8	-	13,4	-	11,6	-	13,9	-	15,6	-	14,8	14,8					
- C/Int	-	3,6	-	4,03	-	3,3	-	2,7	-	4,3	-	5,2	-	4,7	4,6					
- S/Int	-	9,4	-	11,7	-	10,1	-	8,9	-	9,5	-	10,4	-	10,0	10,2					
Paralelo ou Mestre	5,1	1,7	9,8	3,4	5,1	13,5	5,5	2,6	0,9	4,5	4,5	1,2	5,7	1,7	5,8	1,9				
- Empregado	-	0,8	-	1,5	-	1,9	-	2,0	-	0,3	-	0,46	-	0,5	0,6					
- Empregador	-	0,01	-	0,03	-	0,08	-	0,15	-	0,0	-	0,01	-	0,015	0,04					
- Contas próprias	-	0,95	-	1,8	-	3,1	-	3,3	-	0,5	-	0,78	-	1,1	1,3					
Empregado	15,6	18,8	28,6	27,7	29,4	26,3	25,0	12,4	15,1	18,5	19,0	17,6	19,4	17,0	17,1					
Empregador	0,01	0,07	0,04	0,21	0,6	1,7	2,6	-	0,04	0,01	0,05	0,06	0,11	0,5	0,6					
Contas próprias	8,94	9,5	18,8	20,2	32,7	41,5	41,8	8,12	9,6	13,8	13,5	22,5	21,3	29,3	25,7					
Rio remunerado	10,2	56,1	42,5	33,6	17,9	16,7	12,6	76,7	59,8	63,1	49,1	54,0	41,9	47,2	38,9					
<b>ALTO RENDIMENTO</b>																				
Agricultura	(72,094)	(67,716)	(189,482)	(160,937)	(131,240)	(1,187,985)	(389,824)	(18,839)	(21,959)	(38,226)	(47,516)	(16,152)	(26,279)	(113,845)	(185,178)					
Trab. Agric. Volante	-	23,0	-	22,5	-	16,9	-	16,3	-	29,3	-	29,3	-	31,2	32,0					
- C/Int	-	11,0	-	12,2	-	8,3	-	8,3	-	17,6	-	18,3	-	20,0	19,5					
- S/Int	-	10,2	-	10,3	-	8,0	-	8,0	-	11,7	-	10,9	-	11,2	12,4					
Paralelo ou Mestre	4,1	0,6	6,5	1,1	10,9	2,1	11,8	2,8	3,5	4,7	0,7	5,4	1,2	5,0	0,9					
- Empregado	-	0,4	-	0,7	-	1,2	-	1,4	-	0,5	-	0,5	-	0,8	0,6					
- Empregador	-	0,02	-	0,03	-	0,05	-	0,1	-	0,008	-	0,008	-	0,02	0,03					
- Contas próprias	-	0,1	-	0,32	-	0,9	-	1,2	-	0,1	-	0,2	-	0,3	0,3					
Empregado	40,0	43,0	53,8	50,0	55,4	51,0	49,0	44,9	41,4	53,7	46,5	51,4	46,0	54,4	43,0					
Empregador	-	0,07	0,04	0,2	1,12	2,6	4,4	-	0,03	0,01	0,02	0,04	0,1	0,6	0,8					
Contas próprias	4,5	2,5	8,1	5,1	11,1	22,3	18,8	2,6	1,7	4,5	2,3	7,5	3,07	8,06	4,1					
Rio remunerado	50,9	29,2	31,4	20,4	12,8	12,1	8,1	48,8	26,3	36,9	20,5	35,6	17,9	31,8	17,9					
<b>FEMININO</b>																				
Agricultura	(57,691)	(71,534)	(103,015)	(105,224)	(70,931)	(669,234)	(634,616)	(9,780)	(17,589)	(17,833)	(26,000)	(12,659)	(15,178)	(95,485)	(153,740)					
Trab. Agric. Volante	-	20,4	-	25,3	-	24,5	-	19,5	-	18,3	-	20,9	-	21,0	20,0					
- C/Int	-	4,3	-	4,6	-	3,7	-	3,35	-	2,1	-	2,15	-	2,7	2,7					
- S/Int	-	16,1	-	20,6	-	20,8	-	16,2	-	16,1	-	18,7	-	18,0	17,3					
Paralelo ou Mestre	2,1	0,3	3,3	0,76	4,2	3,6	1,05	1,0	0,38	1,4	0,6	2,0	0,8	2,2	0,67					
- Empregado	-	0,2	-	0,49	-	0,7	-	0,4	-	0,2	-	0,36	-	0,4	0,3					
- Empregador	-	-	-	-	-	0,05	-	0,03	-	-	-	-	-	-	-					
- Contas próprias	-	0,1	-	0,26	-	0,5	-	0,5	-	0,1	-	0,24	-	0,4	0,3					
Empregado	22,0	19,2	37,8	26,5	28,7	35,0	24,0	17,6	11,1	28,1	14,5	20,9	18,1	29,8	16,1					
Empregador	-	0,03	0,02	0,1	0,4	0,6	1,2	-	-	0,05	0,05	-	0,02	0,1	0,2					
Contas próprias	13,3	7,3	26,6	17,0	39,1	46,3	40,9	9,8	5,0	14,8	9,4	21,6	14,5	33,6	23,9					
Rio remunerado	62,3	52,0	50,1	29,6	11,3	13,5	12,7	71,4	64,6	56,9	53,9	47,2	44,6	54,2	38,4					

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 15

ESTRUTURA DO EMPREGO — CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL  
BRASIL 1970/80

SETOR DA ECONOMIA	CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>INDÚSTRIA</b>								
PRIMÁRIO	(929.789)	(897.042)	(1.884.042)	(1.741.479)	(1.668.376)	(1.449.172)	(11.832.699)	(11.050.510)
	83,6	69,3	60,6	42,2	46,6	29,1	50,5	37,7
SECUNDÁRIO	(57.178)	(162.551)	(482.347)	(1.169.805)	(824.234)	(17.586.667)	(4.659.535)	(8.988.698)
	5,0	12,5	15,5	28,3	23,0	35,3	19,9	10,7
TERCIÁRIO	(128.992)	(233.612)	(737.913)	(1.212.777)	(1.083.744)	(1.773.278)	(6.899.543)	(1.230.617)
	11,3	18,1	23,7	29,4	30,3	35,5	29,4	31,5
Com. de Mercadorias	29,3	43,2	29,0	35,4	25,4	27,1	27,4	31,7
Trans. Com. e Armaz.	4,3	4,9	8,3	8,8	25,6	25,7	17,1	17,9
Prestação de Serv.	23,9	42,5	20,7	34,1	18,5	28,7	17,9	33,1
Atividades Sociais	1,5	4,0	2,8	4,4	5,8	6,7	6,9	9,2
Adm. Pública	2,8	2,5	10,1	8,5	13,3	10,3	14,3	14,6
Outras Atividades	37,8	2,7	28,8	8,7	21,1	11,3	16,1	6,4
TOTAL	(1.139.959)	(1.293.205)	(3.104.352)	(4.124.061)	(3.576.454)	(4.979.117)	(23.391.777)	(29.269.825)
<b>AGRICULTURA</b>								
PRIMÁRIO	(175.655)	(202.447)	(286.042)	(321.138)	(166.660)	(189.911)	(1.257.659)	(1.610.507)
	46,6	31,3	22,2	15,3	13,6	8,5	16,9	14,5
SECUNDÁRIO	(27.873)	(58.350)	(166.850)	(418.655)	(156.838)	(455.991)	(635.892)	(1.783.765)
	1,3	10,7	12,9	19,9	12,8	20,6	8,5	16,4
TERCIÁRIO	(173.386)	(281.712)	(831.724)	(1.357.271)	(893.769)	(1.562.643)	(4.771.896)	(7.444.995)
	46,0	51,9	64,7	64,7	73,4	70,7	57,5	68,6
Com. de Mercadorias	3,3	6,5	9,2	17,8	10,1	17,5	8,6	14,2
Tr. s. Com. e Armaz.	0,1	0,2	0,7	0,9	1,4	2,5	1,4	1,8
Prestação de Serv.	88,9	91,1	12,9	65,1	48,9	42,6	55,9	53,3
Atividades Sociais	0,9	1,9	7,5	10,4	26,7	24,2	23,1	28,4
Adm. Pública	0,1	0,2	0,7	1,5	2,4	4,3	3,7	0,4
Outras Atividades	6,5	0,1	8,8	4,2	10,2	0,8	1,0	0,8
TOTAL	(376.914)	(524.509)	(1.284.616)	(2.097.064)	(1.217.267)	(2.208.545)	(7.423.106)	(10.839.267)

TABELA 16

ESTRUTURA DO EMPREGO CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL

SÃO PAULO 1970-1980

SECTOR DA ECONOMIA	HOMENS										MULHERES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
	CRIANÇAS					ADOLESCENTES					JOVENS					TOTAL					CRIANÇAS					ADOLESCENTES					JOVENS					TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 17

ESTRUTURA DO EMPREGO  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL  
PERNAMBUCO, 1970/80

SETOR DA ECONOMIA	HOMENS												MULHERES											
	CRIANÇAS			ADOLESCENTES			JOVENS			TOTAL			CRIANÇAS			ADOLESCENTES			JOVENS			TOTAL		
	1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980	
PRIMÁRIO AGRIC.	57691	71534		103015	105224		90431	70931		669234	634616		9780	17569		17833	26000		12659	15178		95485	153740	
	88,8	81,3		67,3	54,3		51,1	34,3		56,4	44,9		58,1	55,7		31,8	31,2		21,3	16,5		29,9	27,4	
SECUNDÁRIO IND.	1835	6034		16000	39920		32866	63429		182350	321689		516	2941		4110	10415		5137	14518		19244	58226	
	2,8	6,9		10,5	20,6		18,6	30,7		15,4	22,8		3,1	9,3		7,3	12,5		8,6	15,8		6,0	10,4	
TERCIÁRIO COM.	5448	10427		34032	48703		53745	72414		334653	456535		6529	11044		34059	47048		41656	62032		203831	349007	
	3,4	11,8		22,2	25,1		30,4	35,0		28,2	32,3		38,8	35,0		60,8	56,4		70,1	67,6		63,9	62,2	
Com. de Mercadorias	32,2	45,2		28,9	37,2		27,4	30,2		31,1	31,8		1,9	6,4		6,8	16,4		10,4	18,9		9,0	15,8	
Transp. Com.e Armaz.	4,2	6,7		8,2	9,4		15,8	16,1		16,6	15,2		0,1	0,1		0,4	0,4		0,9	1,5		1,0	1,3	
Prestação de Serviços	21,7	39,8		20,3	33,2		15,9	26,1		14,9	25,0		91,7	90,9		76,7	68,5		51,8	43,8		58,2	49,1	
Atividades Sociais	1,2	1,0		2,1	2,9		5,1	6,1		7,2	7,3		1,0	1,5		7,0	10,3		24,4	24,9		21,4	25,3	
Adm. Pública	0,9	1,2		10,7	10,3		14,9	12,5		15,8	14,1		0,1	0,1		0,6	1,6		2,9	4,7		3,9	5,1	
Outras Atividades	39,6	6,1		29,8	6,9		20,9	9,1		14,4	6,6		5,2	0,9		8,4	2,7		9,6	6,2		6,5	3,5	
TOTAL	64974	87995		153047	193847		177042	206774		1186237	1412840		16825	31554		56002	83463		59452	91728		318566	560973	

TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL

TOTAL, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS

BRASIL, SÃO PAULO, PERNAMBUCO

1980

RENDIMENTO (R\$100)	HOMENS				MULHERES			
	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS
<b>BRASIL</b>								
Até 1/4 s.m.	2,4	29,8	5,5	1,6	9,2	48,2	16,4	7,3
1/4 - 1/2	8,3	30,6	15,2	5,3	18,5	25,8	21,0	11,2
Mais de 1/2 - 1	21,1	27,4	37,9	22,1	24,8	16,4	29,2	24,9
Mais de 1 - 2	29,1	10,4	34,3	39,3	25,5	7,2	28,1	35,9
Mais de 2 - 5	25,1	0,8	6,1	26,3	15,0	0,4	4,1	17,7
Mais de 5	13,2	0,07	0,4	4,8	5,9	0,05	0,2	2,3
S/ Declaração	0,3	0,1	0,3	0,5	0,3	0,1	0,3	0,3
C/ Rendimento	73,9	11,6	53,0	84,1	32,3	6,8	28,6	38,0
S/ Rendimento	25,7	88,2	46,6	15,4	67,4	93,1	71,1	61,7
<b>SÃO PAULO</b>								
Até 1/4 s.m.	0,9	22,0	1,9	0,3	3,6	30,5	4,0	1,9
1/4 - 1/2	2,9	23,9	5,5	0,7	9,6	27,6	11,4	4,2
Mais 1/2 - 1	9,8	33,2	25,9	6,7	22,0	26,1	29,7	17,3
Mais 1 - 2	28,7	19,1	53,8	40,0	33,7	14,7	46,5	43,6
Mais 2 - 5	36,2	1,1	11,8	43,4	21,9	0,6	7,8	28,9
Mais de 5	20,9	1,0	0,6	8,2	8,4	0,05	0,2	3,7
S/ Declaração	0,4	0,05	0,3	0,5	0,3	0,04	0,2	0,2
C/ Rendimento	80,7	14,7	66,8	89,6	39,8	10,7	46,3	49,8
S/ Rendimento	18,9	85,3	32,9	9,9	59,9	89,3	53,5	50,0
<b>PERNAMBUCO</b>								
Até 1/4 s.m.	4,5	35,9	10,2	3,1	15,9	66,5	34,8	15,1
Mais 1/4 - 1/2	16,2	42,7	30,5	11,9	30,8	24,7	31,9	21,5
Mais 1/2 - 1	33,3	18,7	44,3	39,9	26,9	7,4	24,4	33,1
Mais 1 - 2	24,1	2,2	12,9	31,0	14,5	1,0	7,7	21,4
Mais 2 - 5	14,9	0,3	1,8	11,9	8,2	0,1	1,1	7,8
Mais de 5	6,8	0,05	0,2	2,1	3,5	0,08	0,06	0,9
S/ Declaração	0,3	0,1	2,9	0,5	0,3	0,08	0,2	0,2
C/ Rendimento	70,1	12,7	45,8	81,2	30,2	5,4	20,1	32,5
S/ Rendimento	29,6	87,1	51,4	18,3	69,5	94,5	79,7	67,3

Fonte: Censo 1980



TABELA 19

RENDIMENTO E HORAS SEMANAIS TRABALHADAS. CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL - BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO  
1970/1980 - HOMENS

IDADE, LOCALIZAÇÃO E HORAS SEMANAIS		RENDIMENTO MENSAL EM 1980											
		ATÉ 1/4 S.M.		1/4 A 1/2 S.M.		1/2 A 1 S.M.		1 A 2 S.M.		2 A 5 S.M.		MAIS DE 5 S.M.	
		Nº ABSOL.	% DE 40 e +	Nº ABSOL.	% DE 40 e +	Nº ABSOL.	% DE 40 e +	Nº ABSOL.	% DE 40 e +	Nº ABSOL.	% DE 40 e +	Nº ABSOL.	% DE 40 e +
BRASIL	- 40 h	227.269		381.042		630.791		589.256		476.894		259.282	
TOTAL	40 ou +	477.112	67,7	1.570.204	80,5	5.613.150	89,9	8.260.694	93,3	6.855.227	93,5	3.319.596	92,8
Crianças	- 40 h	102.593		77.420		35.909		8.627		856		42	
	40 ou +	88.211	46,2	166.599	68,3	185.771	83,8	73.602	89,5	4.613	84,3	295	87,5
Adolescentes	- 40 h	51.080		106.951		129.626		71.572		14.672		1.513	
	40 ou +	108.834	68,1	414.314	79,5	1.194.635	90,2	1.116.005	94,0	186.018	92,7	11.563	88,4
Jovens	- 40 h	12.772		39.969		97.289		115.594		85.518		16.352	
	40 ou +	51.845	80,2	200.582	80,4	970.566	90,9	1.740.115	93,8	1.122.582	92,9	198.656	92,4
SÃO PAULO	- 40 h	20.586		28.203		48.024		81.895		111.302		74.152	
TOTAL	40 ou +	23.641	53,5	101.427	78,2	591.019	92,5	2.074.206	96,2	2.504.782	95,7	1.302.709	94,6
Crianças	- 40 h	15.146		12.645		7.048		2.017		129		4	
	40 ou +	10.679	41,3	30.047	70,4	53.686	88,4	32.865	94,2	1.510	92,1	81	95,3
Adolescentes	- 40 h	2.830		7.859		16.270		19.123		4.854		451	
	40 ou +	6.305	69,0	38.098	82,9	215.817	93,0	450.381	95,9	94.054	95,1	4.370	90,7
Jovens	- 40 h	228		1.052		5.047		17.823		26.437		5.509	
	40 ou +	1.190	83,9	6.754	86,5	77.898	93,9	470.985	96,3	48.116	94,9	88.484	94,1
PERNAMBUCO	- 40 h	22.227		40.549		51.282		33.806		19.320		8.616	
TOTAL	40 ou +	42.910	65,9	150.128	78,7	395.343	88,5	287.183	89,5	170.609	89,8	75.721	89,8
Crianças	- 40 h	8.279		6.373		1.874		218		30		0	
	40 ou +	7.650	48,0	14.789	69,9	7.409	79,8	789	78,3	100	76,9	8	100,0
Adolescentes	- 40 h	5.549		10.874		8.407		2.205		458		72	
	40 ou +	9.236	62,5	37.320	77,4	62.105	88,1	17.699	88,9	2.256	83,1	183	71,8
Jovens	- 40 h	1.305		4.562		7.590		5.799		2.600		454	
	40 ou +	4.167	76,1	18.535	80,3	71.500	90,4	53.900	90,3	19.655	88,3	3.472	88,4

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 20

RENDIMENTO E HORAS SEMANAIS TRABALHADAS. CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL - BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO

1970/1980 - MULHERES

IDADE, LOCALIZAÇÃO E HORAS SEMANAIS		RENDIMENTO MENSAL EM 1980											
		ATÉ 1/4 S.M.		1/4 A 1/2 S.M.		1/2 A 1 S.M.		1 A 2 S.M.		2 A 5 S.M.		MAIS DE 5 S.M.	
		Nº ABSOL.	% DE 40 E +	Nº ABSOL.	% DE 40 E +	Nº ABSOL.	% DE 40 E +	Nº ABSOL.	% DE 40 E +	Nº ABSOL.	% DE 40 E +	Nº ABSOL.	% DE 40 E +
BRASIL	- 40 h	507.899		502.844		624.642		584.933		460.302		125.000	
TOTAL	40 ou +	566.343	52,7	960.332	65,6	2.034.041	76,5	2.488.483	81,0	1.232.566	72,8	471.137	79,0
Crianças	- 40 h	70.841		29.222		9.640		2.118		179		9	
	40 ou +	105.483	59,8	84.769	74,4	63.591	86,8	28.720	93,1	758	80,9	26	74,3
Adolescentes	- 40 h	87.025		84.350		75.396		43.215		8.854		617	
	40 ou +	189.993	68,6	306.299	78,4	488.276	86,6	484.643	91,8	60.431	87,2	1.771	74,2
Jovens	- 40 h	59.089		68.678		110.382		122.742		69.690		7.864	
	40 ou +	73.561	55,5	160.309	70,0	439.748	79,9	637.170	83,9	294.561	80,9	35.511	81,9
SÃO PAULO	- 40 h	36.346		66.909		113.192		117.054		161.249		45.622	
TOTAL	40 ou +	38.020	51,1	144.661	68,4	522.153	82,2	1.047.658	89,9	532.094	76,7	184.350	80,2
Crianças	- 40 h	12.368		8.039		3.144		811		66		5	
	40 ou +	14.650	54,2	26.844	76,9	30.616	90,7	17.788	95,6	374	85,0	5	50,0
Adolescentes	- 40 h	4.929		13.344		18.024		14.867		4.001		193	
	40 ou +	10.725	68,5	55.484	80,6	167.554	90,3	269.304	94,8	39.977	90,9	823	81,0
Jovens	- 40 h	2.099		7.133		16.534		25.175		28.852		3.355	
	40 ou +	2.653	55,8	18.654	72,3	99.106	85,6	258.109	91,1	152.421	84,1	17.865	84,2
PERNAMBUCO	- 40 h	43.344		38.361		33.378		25.898		12.013		4.192	
TOTAL	40 ou +	53.010	55,0	76.419	66,6	100.677	75,1	51.066	66,3	31.822	72,6	13.961	76,9
Crianças	- 40 h	4.505		1.521		336		54		4		0	
	40 ou +	7.526	62,5	3.434	69,3	1.076	76,2	104	65,8	8	66,7	0	0
Adolescentes	- 40 h	6.784		4.854		2.662		848		123		4	
	40 ou +	13.735	69,7	16.865	77,6	14.049	84,1	4.078	82,5	478	79,5	32	88,9
Jovens	- 40 h	4.591		4.925		6.362		4.627		1.321		131	
	40 ou +	7.172	61,0	12.802	72,2	21.968	77,5	13.337	74,0	5.004	79,1	563	81,1

Fonte: Censo 1970-1980

TABELA 21

## POPULAÇÃO URBANA

SÉRIE	HOMENS			MULHERES		
	MATRÍCULAS	MATR. EM IDA DE ADEQUADA	%	MATRÍCULAS	MATR. EM IDA DE ADEQUADA	%
19 G r a u	1. <sup>a</sup> 1.671.998	715.502	42,79	1.537.283	718.106	46,71
	2. <sup>a</sup> 1.247.637	382.554	30,66	1.214.441	421.065	34,67
	3. <sup>a</sup> 1.112.196	303.503	27,29	1.108.016	341.945	30,86
	4. <sup>a</sup> 962.336	236.783	24,61	998.147	279.553	28,01
	5. <sup>a</sup> 903.015	210.725	23,34	920.471	250.265	27,19
	6. <sup>a</sup> 704.027	163.460	23,22	765.174	204.187	26,69
	7. <sup>a</sup> 608.060	138.054	22,70	677.012	179.757	26,55
	8. <sup>a</sup> 557.494	121.984	21,88	629.938	162.500	25,80
2º C r a u	7.766.763	2.272.565	29,26	7.850.482	2.557.378	32,58
	1. <sup>a</sup> 459.440	112.611	24,51	529.739	153.724	29,02
	2. <sup>a</sup> 380.348	105.150	27,65	433.248	124.157	28,66
	3. <sup>a</sup> 336.515	74.192	22,05	391.176	106.308	27,18
	1.176.303	291.953	24,82	1.354.163	384.489	28,39
	1. <sup>a</sup> 168.649	27.097	16,07	181.774	38.423	21,14
	2. <sup>a</sup> 165.990	20.161	12,15	171.179	30.067	17,56
	334.639	47.258	14,12	352.953	68.490	19,40

TABELA 22

1980

SÉRIE	HOMENS			MULHERES			HOMENS E MULHERES		
	MATRICULADOS	MATR. EM IDADE DE ADEQUADA	%	MATRICULADAS	MATR. EM IDADE DE ADEQUADA	%	MATRICULADOS	MATR. EM IDADE DE ADEQUADA	%
19 G r a u	1. <sup>a</sup> 783.538	209.799	26,78	704.214	214.223	30,42	1.487.752	424.022	28,50
	2. <sup>a</sup> 526.087	80.268	15,26	518.547	93.269	17,99	1.044.634	173.537	16,61
	3. <sup>a</sup> 407.821	51.746	12,69	434.678	69.244	15,93	842.699	120.990	14,36
	4. <sup>a</sup> 284.999	36.801	12,91	310.352	47.137	15,19	595.331	83.938	14,10
	5. <sup>a</sup> 152.569	25.702	16,85	145.551	29.791	20,47	298.120	55.493	18,61
	6. <sup>a</sup> 104.445	17.781	17,02	104.109	21.300	20,46	208.554	39.081	18,74
	7. <sup>a</sup> 83.812	13.984	16,68	83.763	16.965	20,25	167.575	30.949	18,47
	8. <sup>a</sup> 68.596	10.868	15,84	70.014	14.081	20,11	138.610	24.949	18,00
29	2.412.167	446.949	18,53	2.371.108	506.010	21,34	4.783.275	952.959	19,92
G r a u	1. <sup>a</sup> 35.210	6.745	19,16	37.967	9.511	25,05	73.177	16.256	22,21
	2. <sup>a</sup> 27.589	4.960	17,98	29.626	6.882	23,23	57.215	11.842	20,70
	3. <sup>a</sup> 21.816	3.910	17,92	23.700	5.065	21,37	45.516	8.975	19,72
S u p	84.615	15.615	18,45	91.293	21.458	23,50	175.908	37.073	21,08
	1. <sup>a</sup> 5.330	1.034	19,40	5.496	1.126	20,49	10.826	2.160	19,95
	2. <sup>a</sup> 5.053	571	11,30	4.355	681	15,64	9.388	1.252	13,34
	10.383	1.605	31,76	9.831	1.807	18,38	20.214	3.412	16,88

% = porcentagens de pessoas matriculadas em idade adequada.

TABELA 23

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	24.474.012	61,6	31.507.644	65,0	+28,7	7.055.199	80,2	8.619.927	76,8	+22,2
Empregados	24.474.012	61,6	31.507.644	65,0	+28,7	7.055.199	80,2	8.619.927	76,8	+22,2
Autônomos	9.076.444	22,9	10.962.352	22,6	+20,8	1.150.515	13,1	1.739.648	15,5	+51,2
Empregadores	1.046.743	2,6	1.506.734	3,1	+43,9	304.059	3,5	450.156	4,0	+48,0
Não remunerados	5.116.578	12,9	4.489.763	9,3	-12,3	282.063	3,2	420.696	3,7	+49,1
Sem declaração	4.19	0,01	--	--	--	--	--	--	--	--
PEA TOTAL	39.717.916	100,0	48.466.493	100,0		8.791.836	100,0	11.230.427	100,0	

Observação: Em 1976 os dados sobre posição na ocupação são publicados separados por sexo. Infelizmente, a partir da PNAD 1981 eles deixam de sê-lo, o que impede a análise desagregada no período.

Fonte: PNAD 1976 e 1983.

TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO, FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO — BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE 1976-1982

	7-9		10-14		15-19		20-24		15-24		50 e +			
	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982		
HOMENS														
BRASIL														
Total	48,6	58,5	20,3	25,3	30,9	37,8	15,8	15,6	14,4	13,2	15,2	14,5	36,2	37,5
Urbano	35,4	48,7	8,9	15,4	18,5	27,8	6,2	8,0	9,4	7,3	7,5	7,6	32,4	27,7
Rural	62,9	77,3	33,1	44,8	44,7	57,1	27,4	32,9	29,9	29,9	28,5	31,7	64,3	60,1
SÃO PAULO														
Total	25,5	35,1	3,1	6,5	11,1	17,5	3,7	3,4	4,9	4,2	4,3	3,8	21,5	22,1
Urbano	23,5	34,4	2,5	5,9	9,8	16,8	2,8	3,0	4,2	4,1	3,5	3,5	17,9	20,1
Rural	34,9	40,3	5,9	11,1	16,6	22,2	8,7	6,9	9,4	5,6	9,3	6,3	44,7	42,2
NORDESTE														
Total	72,6	81,9	45,9	51,1	56,4	63,0	37,1	35,6	35,0	32,1	36,2	34,2	59,6	60,5
Urbano	57,7	72,3	23,7	34,3	36,9	48,7	16,8	19,8	17,1	18,1	16,9	19,1	43,4	48,2
Rural	84,4	90,7	62,9	67,7	71,4	76,7	53,5	53,2	51,4	50,1	52,7	52,0	71,6	72,6
MULHERES														
BRASIL														
Total	45,2	53,8	16,5	18,6	27,1	32,1	11,7	10,4	14,4	11,3	12,9	10,8	49,6	48,1
Urbano	33,3	43,3	8,0	10,9	17,0	23,1	5,6	6,0	10,0	7,1	7,4	6,5	39,5	40,0
Rural	61,7	74,5	29,9	35,1	42,1	50,7	23,8	21,9	29,8	24,8	26,3	23,1	73,0	72,2
SÃO PAULO														
Total	24,2	31,2	3,2	4,8	10,7	14,7	3,9	3,1	5,2	4,1	4,5	3,6	40,2	38,2
Urbano	21,7	29,6	2,3	4,1	9,2	13,7	3,0	3,2	4,1	3,8	3,5	3,5	37,0	36,4
Rural	34,1	43,9	6,9	10,4	17,3	17,3	9,4	2,7	13,1	8,8	11,1	5,4	69,7	63,1
NORDESTE														
Total	69,5	78,5	35,7	38,6	48,7	54,2	78,3	21,9	29,7	24,4	27,3	22,9	69,7	67,1
Urbano	52,5	66,7	17,9	24,2	30,6	47,4	11,7	12,8	20,8	15,0	15,3	13,7	54,4	55,0
Rural	81,8	90,1	50,2	54,6	62,7	69,0	38,5	34,2	45,0	38,7	52,5	36,0	85,0	82,5

TABELA 25

DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS QUE NUNCA FREQUENTARAM O CURSO  
REGULAR, POR GRUPOS DE IDADE, SEXO E MOTIVO APRESENTADO  
BRASIL, SÃO PAULO, PERNAMBUCO, 1982

	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
<b>HOMENS</b>					
<b>BRASIL</b>	(1.359.441)	(906.511)	(501.840)	(323.308)	(646.181)
Necessidade de trabalhar	1,9	17,7	36,6	44,5	51,4
Falta de escola	16,8	23,6	20,5	17,1	17,0
Falta de vaga	7,9	3,1	0,8	0,5	0,2
Outro	73,0	55,4	41,8	37,6	31,1
S/ Declaração	0,07	0,03	0,02	0,03	-
<b>SÃO PAULO</b>	(153.022)	(37.463)	(25.721)	(18.579)	(56.456)
Necessidade de trabalhar	0,8	10,0	27,8	54,8	51,4
Falta de escola	5,1	12,3	11,4	4,4	16,5
Falta de vaga	16,4	-	1,6	-	0,7
Outro	77,5	77,5	59,0	40,7	31,2
S/ Declaração	-	-	-	-	-
<b>PERNAMBUCO</b>	(83.198)	(68.423)	(47.021)	(29.587)	(51.685)
Necessidade de trabalhar	2,0	14,7	34,1	36,8	46,8
Falta de escola	20,9	25,6	10,9	17,7	11,7
Falta de vaga	4,0	2,9	0,2	0,3	-
Outro	73,0	56,7	54,6	45,0	41,3
S/ Declaração	-	-	-	-	-
<b>MULHERES</b>					
<b>BRASIL</b>	(1.251.548)	(663.097)	(333.654)	(219.484)	(580.653)
Necessidade de trabalhar	1,2	9,9	19,3	21,0	26,9
Falta de escola	18,3	30,5	29,6	27,4	28,4
Falta de vaga	7,8	3,2	1,0	0,8	0,3
Outro	72,3	56,1	49,8	43,5	44,2
S/ Declaração	0,2	0,04	0,09	0,14	0,07
<b>SÃO PAULO</b>	(143.935)	(35.907)	(19.127)	(18.731)	(52.490)
Necessidade de trabalhar	0,8	12,5	26,1	44,2	34,8
Falta de escola	5,1	6,8	13,1	26,8	34,3
Falta de vaga	19,4	4,5	2,2	-	-
Outro	73,9	76,0	58,5	28,8	30,7
S/ Declaração	0,5	-	-	-	-
<b>PERNAMBUCO</b>	(72.808)	(53.427)	(32.131)	(17.517)	(54.369)
Necessidade de trabalhar	0,1	10,8	14,2	11,9	14,7
Falta de escola	20,7	24,9	18,6	19,5	14,1
Falta de vaga	2,5	2,7	-	-	0,5
Outro	75,9	61,4	67,1	68,4	70,5
S/ Declaração	0,5	-	-	-	-

TABELA 26

ESTUDANTE DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E A SÉRIE FREQUENTADA

NÍVEL DE FUNDAMENTAR	1970						1980					
	URBANO			RURAL			URBANO			RURAL		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
<b>BRASIL</b>												
TOTAL	6.944.651	100,00	6.794.428	100,00	2.976.194	100,00	2.786.091	100,00	2.514.513	100,00	2.478.527	100,00
Elm. / 18 a 48 série	3.037.669	56,70	3.869.376	56,93	2.593.661	87,15	2.441.668	87,27	4.994.167	32,03	4.857.867	29,36
Médo - 19 ciclo + 38 a 48 série	2.151.601	30,98	2.160.497	31,30	341.778	11,48	310.530	11,14	2.772.596	28,49	2.992.595	30,41
Subtotal - 19 grau	6.089.200	87,68	6.009.873	88,45	2.535.639	98,64	2.752.198	98,71	7.766.763	80,91	7.850.482	79,77
Médo - 20 ciclo/29 grau	514.764	7,41	533.121	7,85	31.507	1,06	29.307	1,05	1.176.203	12,25	1.354.163	13,76
Superior	340.420	4,90	231.434	3,70	9.048	0,30	6.586	0,24	655.602	6,83	636.149	6,46
<b>SÃO PAULO</b>												
TOTAL	1.793.121	100,00	1.637.790	100,00	325.359	100,00	265.666	100,00	2.456.430	100,00	2.342.335	100,00
Elm. / 18 a 48 série	889.731	49,62	830.078	50,68	250.997	77,86	215.999	81,30	1.162.723	47,29	1.086.341	46,38
Médo - 19 ciclo + 38 a 48 série	632.386	35,27	575.897	35,16	60.790	18,86	42.097	15,85	769.585	30,49	776.927	31,03
Subtotal - 19 grau	1.522.117	84,89	1.405.975	85,84	311.787	96,72	258.096	97,15	1.912.316	77,79	1.813.268	77,41
Médo - 20 ciclo/29 grau	151.873	8,47	145.469	8,88	7.708	2,39	5.705	2,15	329.206	13,39	335.519	14,32
Superior	119.131	6,64	86.346	5,27	2.863	0,89	1.865	0,70	216.206	8,82	193.548	8,26
<b>PERNAMBUCO</b>												
TOTAL	346.428	100,00	328.716	100,00	132.075	100,00	146.789	100,00	406.148	100,00	501.931	100,00
Elm. / 18 a 48 série	228.537	65,97	235.108	63,76	123.013	93,14	133.258	90,78	219.739	54,10	265.133	52,82
Médo - 19 ciclo + 38 a 48 série	85.415	24,46	99.422	26,96	8.156	6,18	12.127	8,26	115.763	28,50	144.752	28,84
Subtotal - 19 grau	313.932	90,63	334.530	90,73	131.169	99,31	145.385	99,04	335.502	82,40	409.885	81,46
Médo - 20 ciclo/29 grau	18.058	5,44	22.831	6,19	676	0,51	1.146	0,78	46.428	11,43	63.317	12,61
Superior	13.418	3,93	11.355	3,08	253	0,17	258	0,17	24.218	5,96	28.739	5,72

Fonte: Censo Demográfico do Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1970 - p. 31.

Censo Demográfico do Brasil - 1980 - p. 125.

Censo Demográfico do Brasil - 1970 - p. 313.

Censo Demográfico de Pernambuco - 1980 - p. 244.



TABELA 27

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR GRUPOS

DE RENDIMENTO MENSAL SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO

BRASIL 1976-1982

PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS QUE FREQUÊNTAM CURSO REGULAR				
	TOTAL	GRAU QUE FREQUÊNTAM		
		1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
1976				
TOTAL	(23.167,2)	(19.525,7)	(2.512,6)	(1.128,9)
Até 1 salário mínimo	9,3	10,8	1,8	0,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	19,9	22,6	1,0	2,2
Mais de 2 a 5 salários mínimos	34,5	36,7	26,7	14,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	20,8	18,7	32,0	30,1
Mais de 10 salários mínimos	15,2	10,9	31,0	52,3
1982				
TOTAL	25.017.484	21.194.815	2.570.726	1.251.943
Até 1 salário mínimo	12,3	14,2	2,6	0,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,6	23,0	8,9	2,8
Mais de 2 a 5 salários mínimos	35,9	37,3	33,8	17,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	18,3	16,2	30,2	31,1
Mais de 10 salários mínimos	11,3	7,7	23,1	46,7

Fonte: PNAD 1976/1982

MEDIANA DO RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS — TOTAL 1970/1980

ANOS DE ESTUDO	HOMENS						MULHERES					
	TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>BRASIL</b>												
Total	0,97	1,50	0,30	0,41	0,49	0,89	0,68	0,94	0,22	0,26	0,49	0,71
Sem instr.	0,53	0,87	0,26	0,38	0,41	0,65	0,44	0,47	0,19	0,23	0,24	0,36
1 a 4	1,05	1,54	0,37	0,39	0,58	0,87	0,58	0,85	0,23	0,21	0,39	0,52
5 a 8	1,55	1,79	0,38	0,50	0,80	1,03	0,91	1,15	0,31	0,37	0,57	0,85
9 a 11	2,73	3,58	—	—	1,06	1,27	1,52	1,81	—	—	1,03	1,18
12 ou mais	5,82	9,78	—	—	1,57	1,76	2,23	4,07	—	—	1,30	1,48
<b>SÃO PAULO</b>												
Total	1,31	2,47	0,36	0,54	0,74	1,27	0,88	1,36	0,25	0,42	0,52	1,15
Sem instr.	0,88	1,43	0,33	0,53	0,59	1,17	0,52	0,79	0,23	0,42	0,41	0,77
1 a 4	1,25	2,33	0,11	0,51	0,68	1,21	0,77	1,61	0,25	0,40	0,49	0,88
5 a 8	1,49	2,47	0,39	0,66	0,78	1,27	0,89	1,39	0,31	0,49	0,64	1,19
9 a 11	2,69	4,83	0,47	—	1,02	1,49	1,62	2,51	0,42	—	1,01	1,41
12 ou mais	5,38	8,11	—	—	1,59	2,26	2,71	5,11	—	—	1,50	1,79
<b>FERNAMBUCO</b>												
Total	0,73	0,94	0,28	0,33	0,47	0,61	0,46	0,53	0,20	0,19	0,26	0,37
Sem instr.	0,57	0,72	0,27	0,35	0,41	0,53	0,29	0,41	0,19	0,20	0,22	0,29
1 a 4	0,86	1,12	0,30	0,29	0,50	0,62	0,41	0,52	0,20	0,17	0,24	0,31
5 a 8	1,42	1,48	0,50	0,32	0,72	0,72	0,80	0,81	0,27	0,19	0,53	0,49
9 a 11	2,35	2,72	—	—	1,00	0,88	1,32	1,32	—	—	0,89	0,79
12 ou mais	3,74	8,93	—	—	1,42	1,29	1,72	3,24	—	—	1,13	1,08

Fonte: Censo de 1970/80.

Obs.: Foi feita uma estimativa para o valor do salário mínimo no Brasil (1970): a partir da média dos valores do salário mínimo por regiões, ponderada pelos números de população economicamente ativa em cada região.  
(Valor da estimativa = NCt\$ 163,00)

TABELA 29

MEDIANA DO RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS  
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS - TOTAL 1970/1980

ANOS DE ESTUDO	HOMENS						MULHERES					
	TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL		CRIANÇAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>BRASIL</b>												
Total	0,97	1,50	0,30	0,41	0,49	0,89	0,94	1,43	0,68	0,94	0,22	0,26
sem instr.	0,53	0,87	0,26	0,38	0,41	0,65	0,52	0,85	0,44	0,47	0,19	0,23
1 a 4	1,05	1,54	0,37	0,39	0,58	0,87	1,09	1,32	0,58	0,85	0,23	0,21
5 a 8	1,55	1,79	0,38	0,50	0,80	1,03	1,20	1,73	0,91	1,15	0,31	0,37
9 a 11	2,73	3,58	—	—	1,06	1,27	1,75	2,87	1,52	1,81	—	—
12 ou mais	5,82	9,78	—	—	1,57	1,76	2,65	3,51	2,23	4,07	—	—
<b>SÃO PAULO</b>												
Total	1,31	2,47	0,36	0,54	0,74	1,27	1,14	2,17	0,80	1,36	0,25	0,42
sem instr.	0,88	1,43	0,33	0,53	0,59	1,17	0,87	1,45	0,52	0,79	0,23	0,42
1 a 4	1,25	2,33	0,11	0,51	0,68	1,21	1,03	1,46	0,77	1,61	0,23	0,40
5 a 8	1,49	2,47	0,39	0,66	0,78	1,27	1,48	1,76	0,89	1,39	0,31	0,49
9 a 11	2,69	4,83	0,47	—	1,02	1,49	1,95	2,33	1,62	2,51	0,42	—
12 ou mais	5,38	8,11	—	—	1,59	2,26	2,68	2,95	2,71	5,11	—	—
<b>PERNAMBUCO</b>												
Total	0,73	0,94	0,28	0,33	0,47	0,61	0,71	0,93	0,46	0,53	0,20	0,19
sem instr.	0,57	0,72	0,27	0,35	0,41	0,53	0,53	0,72	0,29	0,41	0,19	0,20
1 a 4	0,86	1,12	0,30	0,29	0,50	0,62	0,76	0,92	0,41	0,52	0,20	0,17
5 a 8	1,42	1,48	0,50	0,32	0,72	0,72	1,15	1,22	0,80	0,81	0,27	0,19
9 a 11	2,35	2,72	—	—	1,00	0,88	1,61	1,72	1,32	1,32	—	—
12 ou mais	3,74	8,93	—	—	1,42	1,29	2,31	2,61	1,72	3,24	—	—

Fonte: Censo de 1970/80.

Obs.: Foi feita uma estimativa para o valor do salário mínimo no Brasil (1970): a partir da média dos valores do salário mínimo por regiões, ponderada pelos números de população economicamente ativa em cada região.  
(Valor da estimativa = NCr\$ 163,00)

TAXAS DE ATIVIDADES DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS SEGUNDO, A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E A CONDIÇÃO DA FAMÍLIA

BRASIL, SÃO PAULO, NORDESTE. 1970/1977

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E A CONDIÇÃO DA FAMÍLIA	TOTAL		SEM RENDIMENTO		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 2		MAIS DE 2	
	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977
<b>BRASIL</b>												
TOTAL	43,8	53,8	3,8	28,3	42,4	51,8	48,9	54,6	49,7	57,0	50,3	56,7
Chefes	84,8	83,4	3,5	33,4	90,3	85,3	83,9	82,0	82,6	83,6	82,2	85,1
Cônjuges	10,0	28,9	1,6	18,1	6,8	27,3	14,1	27,1	20,5	30,7	26,7	35,0
Filhos de 10-17 anos	20,4	30,8	5,3	15,3	21,6	34,5	17,8	30,6	9,4	23,2	3,3	12,2
Filhos de 18 e mais	61,7	76,0	7,2	37,1	58,3	72,0	70,2	80,7	68,0	80,4	60,8	70,9
<b>URBANA</b>												
TOTAL	41,6	50,5	1,9	20,8	37,3	42,9	47,1	52,0	49,3	56,0	50,1	56,4
Chefes	79,7	80,5	1,7	27,4	84,2	79,3	82,0	80,4	82,0	82,3	81,8	84,7
Cônjuges	12,6	26,6	0,2	6,7	7,5	19,4	14,6	25,0	21,0	30,3	27,1	35,6
Filhos de 10-17 anos	13,0	21,6	2,9	6,2	12,8	21,1	15,8	26,0	9,0	21,3	3,0	10,3
Filhos de 18 e mais	60,8	74,4	4,3	20,5	52,7	64,8	69,3	79,3	68,0	80,6	60,8	70,4
<b>RURAL</b>												
TOTAL	46,8	60,7	6,9	43,0	46,6	60,1	59,5	63,1	55,8	63,3	53,4	59,9
Chefes	92,0	89,7	6,4	46,0	95,2	91,2	93,7	86,8	92,6	92,4	93,9	91,4
Cônjuges	6,6	33,8	3,6	35,9	6,2	34,1	11,2	33,6	11,3	33,2	11,8	26,4
Filhos de 10-17 anos	28,8	46,6	9,5	33,6	28,8	47,3	33,0	46,5	19,3	37,1	12,1	34,0
Filhos de 18 e mais	62,9	79,6	11,6	60,6	62,2	78,0	75,6	84,4	68,5	79,4	61,1	77,2
<b>SÃO PAULO</b>												
TOTAL	46,6	54,7	3,7	27,8	42,7	46,9	50,0	54,6	51,3	58,2	50,5	57,6
Chefes	83,3	82,9	4,6	35,9	87,8	82,3	84,6	82,7	82,3	82,4	83,7	85,9
Cônjuges	11,3	25,0	0,4	19,6	5,9	16,9	11,4	22,7	17,7	27,3	24,2	31,2
Filhos de 10-17 anos	22,8	30,3	3,3	13,9	24,1	31,3	25,0	35,6	14,9	29,0	43,5	15,3
Filhos de 18 e mais	71,3	81,4	10,4	9,8	65,6	72,6	76,4	85,4	74,6	86,4	64,5	74,7
<b>URBANA</b>												
TOTAL	46,4	54,5	1,4	22,2	40,8	44,4	49,3	53,7	51,3	58,1	50,5	57,7
Chefes	81,3	82,0	1,8	31,6	84,2	78,8	83,8	81,7	82,0	82,0	83,5	85,9
Cônjuges	13,0	25,6	—	4,8	7,3	16,9	11,8	22,0	18,0	27,5	24,6	31,7
Filhos de 10-17 anos	20,7	28,2	1,3	8,3	21,2	26,9	24,1	33,9	15,0	28,5	4,5	14,8
Filhos de 18 e mais	71,7	81,5	3,7	10,9	64,2	69,4	76,5	85,9	74,9	86,8	64,5	74,5
<b>RURAL</b>												
TOTAL	47,4	56,2	12,8	47,6	46,2	52,6	57,8	60,1	51,6	59,4	50,5	54,8
Chefes	92,9	89,1	16,1	54,0	95,4	91,2	92,9	88,5	91,1	88,2	90,7	88,2
Cônjuges	3,9	21,1	1,5	50,0	3,2	16,8	6,4	26,5	5,8	24,0	8,6	15,0
Filhos de 10-17 anos	30,2	41,8	10,7	40,1	30,0	41,0	38,5	45,9	10,7	36,3	3,1	29,3
Filhos de 18 e mais	69,5	80,5	38,1	—	68,0	78,3	76,0	82,9	66,2	80,3	66,7	78,7
<b>NORDESTE</b>												
TOTAL	43,1	54,9	2,9	30,8	43,7	54,9	47,7	55,8	47,9	56,0	50,1	55,2
Chefes	85,9	85,1	1,9	37,4	91,6	86,9	84,6	82,1	84,8	88,0	84,2	84,9
Cônjuges	9,1	33,1	0,6	12,4	8,0	32,8	17,6	32,0	25,2	37,6	28,7	39,2
Filhos de 10-17 anos	21,7	35,3	5,1	15,0	22,7	37,8	8,3	27,1	3,6	14,0	—	7,9
Filhos de 18 e mais	54,8	72,2	6,8	45,8	54,7	71,9	59,6	75,7	56,0	66,8	55,3	63,6
<b>URBANA</b>												
TOTAL	37,3	46,4	2,1	22,5	36,6	43,0	43,8	51,0	46,6	53,4	50,1	54,4
Chefes	79,0	79,6	1,7	30,4	85,6	79,6	81,4	80,8	83,7	85,9	83,9	83,8
Cônjuges	11,0	27,6	—	5,8	8,6	23,4	17,7	29,6	26,0	37,8	30,0	40,7
Filhos de 10-17 anos	8,5	17,6	3,0	4,6	8,8	19,1	5,6	16,2	2,1	8,9	—	4,0
Filhos de 18 e mais	48,8	65,4	5,1	10,9	46,0	61,8	57,4	71,9	54,7	67,1	56,3	61,6
<b>RURAL</b>												
TOTAL	47,3	62,8	3,8	42,1	47,8	62,5	64,5	65,4	61,9	65,5	49,8	60,3
Chefes	91,0	90,4	2,2	47,4	95,2	91,8	94,4	84,5	92,7	95,1	89,7	91,3
Cônjuges	7,9	37,8	1,4	20,9	7,7	38,1	17,2	36,9	15,3	36,7	—	28,6
Filhos de 10-17 anos	30,6	50,0	8,1	30,6	30,7	50,2	29,0	51,5	23,7	33,8	—	29,6
Filhos de 18 e mais	59,1	78,9	8,9	61,4	59,2	78,2	71,1	83,4	76,1	74,7	28,5	77,3

TABELA 31

DISTRIBUÇAO DAS FAMILIAS RESIDENTES EM DOMICILIOS PARTICULARES  
 POR NUMERO DE COMPONENTES E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR  
 SEGUNDO NUMERO DE PESSOAS COM RENDIMENTOS  
 BRASIL  
 1970/1976

Em 1 000 famílias

Numero de Componentes (1)		GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALARIO MINIMO)							
Pessoas com rendimentos		Total	Até 1 / 2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM Rendimento	SEM Declaração
<b>1970</b>									
Total		18.554,4	2.990,2	4.730,4	4.222,2	4.366,6	963,3	672,1	609,1
1 pessoa		1.018,7	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	184,8	32,9
com rendimento		833,9	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	-	32,9
2 pessoas		2.735,3	562,1	722,9	506,1	494,3	125,0	247,2	77,7
1 com rendimento		2.062,9	539,2	670,2	399,9	325,0	72,9	-	55,7
2 com rendimento		425,2	22,9	52,7	106,2	169,3	52,1	-	22,0
3 pessoas		3.081,0	534,6	798,0	674,4	713,7	164,5	108,2	37,6
1 com rendimento		2.199,6	499,8	700,0	481,4	396,7	78,2	-	43,5
2 com rendimento		666,6	32,7	90,2	175,7	262,7	69,4	-	35,9
3 com rendimento		106,6	2,1	7,8	17,3	54,3	16,9	-	8,2
4 a 6 pessoas		7.493,6	1.080,0	1.849,4	1.741,9	1.979,9	497,8	110,1	234,5
1 com rendimento		5.009,8	999,8	1.569,5	1.161,9	965,2	230,1	-	83,3
2 com rendimento		1.523,7	70,2	218,3	423,3	579,2	155,8	-	76,9
3 e mais com rendimento		850,0	10,0	61,6	156,7	435,5	111,9	-	74,3
7 a 10 pessoas		3.619,1	505,6	970,4	971,8	875,4	130,1	20,7	145,1
1 com rendimento		2.118,9	457,7	759,9	537,4	288,8	41,4	-	33,7
2 com rendimento		717,2	39,9	144,2	251,7	208,8	30,7	-	41,9
3 e mais com rendimento		762,3	8,0	66,3	182,7	377,8	58,0	-	69,5
11 pessoas e mais		606,7	56,8	131,6	178,5	189,1	18,3	1,1	31,3
1 com rendimento		269,8	49,5	88,4	78,0	46,2	3,7	-	4,0
2 com rendimento		122,4	5,6	25,4	45,2	35,9	2,8	-	7,5
3 e mais com rend.		213,4	1,7	17,8	55,3	107,0	11,8	-	19,8
<b>1976 (2)</b>									
Total		23.130,4	1.212,7	3.492,5	5.706,9	6.818,7	5576,7	229,5	93,4
1 pessoa		1.183,5	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	27,7	4,4
com rendimento		1.160,8	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	-	4,4
2 pessoas		3.749,2	378,7	763,4	901,7	892,2	679,4	119,1	14,7
1 com rendimento		2.504,6	368,4	629,6	623,3	539,2	336,9	-	7,2
2 com rendimento		1.125,5	10,3	133,8	278,4	353,0	342,5	-	7,5
3 pessoas		4.241,3	201,9	660,5	1.103,7	1.255,3	988,2	48,4	13,3
1 com rendimento		2.585,6	189,9	541,9	762,5	660,0	428,0	-	3,3
2 com rendimento		1.282,5	10,5	109,6	294,3	440,8	419,9	-	7,4
3 com rendimento		324,8	1,5	9,0	46,9	124,5	140,3	-	2,6
4 a 6 pessoas		9.486,6	261,1	1.192,4	2.254,0	2.981,0	2.727,9	34,0	36,2
1 com rendimento		5.158,2	239,0	1.061,4	1.493,6	1.401,9	1.013,0	-	9,3
2 com rendimento		2.473,0	20,2	167,8	576,3	878,3	818,0	-	12,4
3 e mais com rend.		1.821,4	1,9	23,2	184,1	700,8	896,9	-	14,5
7 a 10 pessoas		3.932,7	83,1	520,9	1.069,2	1.345,8	890,3	4,4	20,0
1 com rendimento		1.723,9	77,3	434,5	623,6	393,5	124,8	-	3,2
2 com rendimento		887,9	4,2	56,4	283,4	366,6	162,2	-	5,1
3 e mais com rend.		1.316,5	1,5	20,0	154,2	585,7	543,3	-	11,7
11 Pessoas e mais		537,1	5,6	44,1	125,4	207,2	149,1	0,9	1,8
1 com rendimento		175,8	5,2	33,5	61,2	54,0	20,8	-	1,1
2 com rendimento		108,0	0,2	8,5	37,2	44,4	16,7	-	0,8
3 e mais com rend.		252,4	-	2,1	27,0	108,8	111,6	-	2,9

FONTE: Tabulações especiais do Censo Demográfico e da PNAD 1976 - DEISC-IBGE.

NOTAS: (1) Incluídas as pessoas sem rendimento

(2) Corresponde ao total das regiões da PNAD, ou seja Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.





